

---

# Imigrantes e lusodescendentes nos EUA no século XXI

---

**FLAD**

FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA  
PARA O DESENVOLVIMENTO



# Imigrantes e lusodescendentes nos EUA no século XXI

**Alda Botelho Azevedo**

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa e Centro de Administração  
e Políticas Públicas (ISCSP), Universidade de Lisboa

**Jorge Malheiros**

Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território,  
Universidade de Lisboa

**Katielle Silva**

Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa e Universidade Federal de  
Roraima (UFFR, Brasil)

**Lara Patrício Tavares**

Centro de Administração e Políticas Públicas (ISCSP), Universidade de Lisboa

**Nachatter Singh Garha**

Universidad de La Coruña e Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

**Pedro Moura Ferreira**

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Março 2023

©2023 FLAD – Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento  
Todos os direitos reservados, incluindo os direitos de reprodução  
em qualquer suporte.

FLAD  
Rua do Sacramento à Lapa, 21  
1249-090 Lisboa

Título: *Imigrantes e lusodescendentes nos EUA no século XXI*

Autoria: Alda Botelho Azevedo (coord.),  
Jorge Malheiros, Katielle Silva, Lara Patrício Tavares,  
Nachatter Singh Garha, Pedro Moura Ferreira

Identidade gráfica: Pedro Fernandes

Capa e paginação: Pedro Fernandes

Revisão: Cristina Silveira de Carvalho

1.ª edição: maio 2023, Lisboa

Impressão e acabamento: Finepaper

ISBN: 978-972-8654-65-8

Depósito legal:

Este estudo deve ser citado como: Azevedo, A. B., Malheiros,  
J., Silva, K., Tavares, L. P., Garha, N. S. e Ferreira, P. M. (2023),  
*Imigrantes e Lusodescendentes nos EUA no Século XXI*,  
Lisboa: FLAD.

---

# Índice geral

---

1. Introdução	11
2. Os portugueses nos EUA: uma proposta de interpretação bibliográfica sintética e orientada	13
2.1. O debate relativo às categorias <i>imigrantes</i> e <i>lusodescendentes</i> nos EUA (classificação)	14
2.2. Os ciclos migratórios fundamentais (o tempo)	16
2.3. Notas sobre a geografia das comunidades portuguesas nos EUA (o espaço)	18
2.4. As características sociodemográficas (sociografias básicas)	19
3. Fonte de informação e opções metodológicas	21
4. Imigrantes e lusodescendentes: quantos são?	23
5. Caracterização dos imigrantes e lusodescendentes: quem são?	27
5.1. Escolaridade: percentagem com ensino superior (BSc+)	31
6. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes: onde estão?	36
6.1. Os ciclos migratórios e os espaços de fixação originais	36
6.2. Alterações recentes nas principais áreas de residência dos imigrantes e lusodescendentes, 2006-2010 e 2016-2020	38
6.3. A distribuição geográfica dos imigrantes e lusodescendentes	40
6.4. Peso dos imigrantes e dos lusodescendentes que falam português na população residente nos EUA	46
6.5. Principais <i>clusters</i> dos imigrantes e lusodescendentes nos EUA	49
7. Com quem vivem os imigrantes e os lusodescendentes?	58
7.1. Estado civil	58
7.2. Tipo de família	59
7.3. Dimensão dos agregados domésticos	65
7.4. Número de filhos	66
7.5. Casamentos endógenos e mistos	67
8. Em que condições habitacionais vivem os imigrantes e os lusodescendentes?	69
8.1. Qual o contexto residencial?	69
8.2. Em que edifícios e casas?	72
8.3. Que custos da habitação têm?	76
9. Imigrantes e lusodescendentes: que rendimentos têm e em que trabalham?	78
9.1. Quem são os imigrantes e lusodescendentes que trabalham?	78
9.2. Quais os rendimentos dos imigrantes e lusodescendentes que trabalham?	81
9.3. Quantas horas trabalham e em que atividades económicas?	87
9.4. Qual a posição socioeconómica?	90
10. Que acesso à saúde têm os imigrantes e os lusodescendentes nos EUA e em que condições de saúde vivem?	94
10.1. O acesso aos cuidados de saúde	95
10.2. Incapacidades e limitações de saúde	97

11. Imigrantes e lusodescendentes nos EUA: principais resultados	102
Imigrantes e lusodescendentes: quantos são?	102
Caracterização dos imigrantes e lusodescendentes: quem são?	103
Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes: onde estão?	103
Com quem vivem os imigrantes e os lusodescendentes?	104
Em que condições habitacionais vivem os imigrantes e os lusodescendentes?	105
Imigrantes e lusodescendentes: que rendimentos têm e em que trabalham?	106
Que acesso à saúde têm os imigrantes e os lusodescendentes nos EUA e em que condições de saúde vivem?	107
Referências	109

---

## Índice de figuras

---

Figura 1. Imigrantes e lusodescendentes nos EUA por categorias (n.º), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020	24
Figura 2. Evolução das estruturas da população de imigrantes e lusodescendentes e da população dos outros residentes nos EUA (%), 2006-2010 e 2016-2020	27
Figura 3. Evolução da estrutura da população dos imigrantes portugueses nos EUA (%), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020	29
Figura 4. Proporção de seniores entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020	30
Figura 5. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes nos EUA por estado (n.º), 2006-2010 e 2016-2020	39
Figura 6. Distribuição dos imigrantes portugueses nos EUA por estado (n.º), 2006-2010 e 2016-2020	41
Figura 7. Distribuição dos imigrantes naturalizados nos EUA por estado (n.º), 2006-2010 e 2016-2020	42
Figura 8. Distribuição dos lusodescendentes que falam português nos EUA por estado (n.º), 2006-2010 e 2016-2020	43
Figura 9. Distribuição dos lusodescendentes que não falam português nos EUA por estado (n.º), 2006-2010 e 2016-2020	45
Figura 10. Imigrantes e lusodescendentes na população residente nos EUA por estado (%), 2006-2010 e 2016-2020	47
Figura 11. Imigrantes portugueses, naturalizados e lusodescendentes que falam português na população residente nos EUA por estado (%), 2006-2010 e 2016-2020	48
Figura 12. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes nas PUMA de Massachusetts, Rhode Island e Connecticut (n.º), 2006-2010 e 2016-2020	50
Figura 13. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes nas PUMA da Califórnia (n.º), 2006-2010 e 2016-2020	52
Figura 14. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes nas PUMA de Nova Iorque e Nova Jérquia (n.º), 2006-2010 e 2016-2020	53
Figura 15. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes nas PUMA da Flórida (n.º), 2006-2010 e 2016-2020	54
Figura 16. Estatuto metropolitano da área de residência dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	70
Figura 17. Anos de residência do <i>household head</i> nos alojamentos em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	71
Figura 18. Dispersão do rendimento bruto total do trabalho por conta de outrem dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (em dólares), 2016-2020	83
Figura 19. Distribuição dos trabalhadores que têm rendimentos do trabalho por atividades económicas, imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	88

Figura 20. Distribuição dos trabalhadores que têm rendimentos do trabalho nas atividades económicas que, em cada grupo, concentram mais trabalhadores (%), 2016-2020 _____	89
Figura 21. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA com seguro de saúde, por setor (%), 2016-2020 _____	96
Figura 22. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA com dificuldades motoras por tipo (%), 2016-2020 _____	98
Figura 23. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA com dificuldades sensoriais por tipo (%), 2016-2020 _____	99



---

## Índice de tabelas

---

Tabela 1. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (n.º), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020	25
Tabela 2. Idade média dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (em anos), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020	28
Tabela 3. Mulheres entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020	29
Tabela 4. Indivíduos com 18 e mais anos com o ensino superior (BSc+) entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020	32
Tabela 5. Indivíduos com 18 e mais anos com o ensino superior entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), por grupo etário, 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020	33
Tabela 6. Principais <i>clusters</i> territoriais dos imigrantes e lusodescendentes nos EUA (n.º e %), 2006-2010 e 2016-2020	49
Tabela 7. Estado civil dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	59
Tabela 8. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que vivem em agregados domésticos formados com base no casal, com ou sem filhos com menos de 18 anos (%), 2016-2020	60
Tabela 9. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que vivem em agregados domésticos unipessoais (%), 2016-2020	61
Tabela 10. Pessoas que não vivem em casal, com filhos de menos de 18 anos em agregados domésticos de imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	62
Tabela 11. Pessoas que vivem com familiares, mas não em casal, e sem filhos de menos de 18 anos em agregados domésticos de imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	63
Tabela 12. Pessoas que não vivem em casal e que vivem apenas com não familiares em agregados domésticos de imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	63
Tabela 13. Número de subfamílias dos agregados domésticos de imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	64
Tabela 14. Agregados domésticos multigeracionais nos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	65
Tabela 15. Pessoas nos agregados domésticos dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	66
Tabela 16. Filhos que residem com cada indivíduo nos agregados domésticos de imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	67

Tabela 17. Casamentos endógenos e mistos nos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	68
Tabela 18. Rendimentos familiares médios dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (em dólares), 2016-2020	72
Tabela 19. Alojamentos em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	72
Tabela 20. Período de construção dos edifícios em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	73
Tabela 21. Tipo de edifícios em que residem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	73
Tabela 22. Quartos dos alojamentos em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (média), 2016-2020	74
Tabela 23. Lotação dos alojamentos em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	74
Tabela 24. Regime de ocupação dos alojamentos em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	75
Tabela 25. Hipotecas dos proprietários imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020	75
Tabela 26. Custos da habitação dos proprietários imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (em dólares), 2016-2020	76
Tabela 27. Custos da habitação dos arrendatários imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (em dólares), 2016-2020	77
Tabela 28. Indivíduos com rendimentos do trabalho nos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (n.º e %), 2016-2020	79
Tabela 29. Indivíduos com o ensino superior (BSc +) entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (%), 2016-2020	79
Tabela 30. Situação perante o emprego entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (%), 2016-2020	80
Tabela 31. Tipo de trabalhador entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (%), 2016-2020	81
Tabela 32. Rendimento bruto total do trabalho por conta de outrem entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (em dólares), 2016-2020	82
Tabela 33. Rendimento médio individual total dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (em dólares), 2016-2020	84
Tabela 34. Rendimentos de pensões dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (em dólares), 2016-2020	85
Tabela 35. Rendimentos de capital dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (em dólares), 2016-2020	86
Tabela 36. Rendimento bruto total da família dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (em dólares), 2016-2020	86

Tabela 37. Horas trabalhadas por semana pelos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho, 2016-2020 _____	87
Tabela 38. <i>Occupational Income Score</i> dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (%), 2016-2020 _____	91
Tabela 39. <i>Occupational Educational Score</i> dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (%), 2016-2020 _____	91
Tabela 40. <i>Nam-Powers-Boyd Occupational Status Score</i> dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (n.º), 2016-2020 _____	92

## Conhecer a comunidade

*Imigrantes e lusodescendentes nos EUA no século XXI* é um estudo que surge da vontade da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) de conhecer o perfil demográfico e socioeconómico atual da comunidade luso-americana nos Estados Unidos. Esta investigação, cujo resultado agora se publica, compreende os anos entre 2006 e 2020, estudados em três períodos de cinco anos.

A relação da FLAD com os Estados Unidos, e de modo particular com a diáspora portuguesa, está presente em toda a nossa atividade e decorre naturalmente da nossa existência.

Queremos, por isso, continuar a trabalhar com a comunidade no fortalecimento da relação entre os nossos dois países e no aumento da sua representação nos Estados Unidos. Tal implica, desde logo, uma proximidade entre pessoas, para aprofundar os laços que temos criado ao longo dos anos. Mas o modo como países e instituições, entre as quais a FLAD, se relacionam com a comunidade – e o modo como os membros dessa comunidade se relacionam entre si – depende não apenas da proximidade, mas do conhecimento que temos desse grupo como um todo e das especificidades que nele se encontram.

Este estudo enquadra-se, assim, na missão da FLAD de promover iniciativas que fortaleçam a comunidade luso-americana, incentivando o movimento associativo, a formação e a participação cívica e a sua representação política. Isto é crucial para a comunidade fazer ouvir a sua voz nos Estados Unidos e potenciar a ligação entre os dois países.

Afirmamos com frequência que existe hoje uma comunidade portuguesa nos Estados Unidos com um novo perfil, mais qualificada. Afirmamos também a importância da língua e como ela está muito presente nas novas gerações. Mas tal não estava, até agora, devidamente documentado com dados que não se cingissem apenas aos primeiros anos do século XXI.

Com este estudo, abrem-se portas para o conhecimento cada vez mais profundo desta população, maioritariamente constituída por lusodescendentes, falantes ou não da língua portuguesa, e, ainda que em menor medida, por imigrantes portugueses, com ou sem cidadania americana. Fica assim documentada a sua maior dispersão geográfica, a mais elevada qualificação dos lusodescendentes falantes de português, os setores de atividades em que se ocupam, o acesso que têm à saúde, as condições em que vivem, entre outros indicadores.

Não podemos agir para e com a comunidade sem sabermos quantos são os seus membros, quem são, em que condições vivem e em que estados e cidades os encontramos.

Este relatório é produto do trabalho de seis investigadores, sob a coordenação de Alda Botelho Azevedo, a quem a FLAD agradece o entusiasmo demonstrado desde o primeiro dia, bem como a dedicação com que desenvolveram o trabalho até à data da sua publicação.

Estou certa de que o relatório será um instrumento de trabalho de grande utilidade nos dois lados do Atlântico.

**Rita Faden**

*Presidente da FLAD*

Maio 2023

---

# 1. Introdução

---

## **Alda Botelho Azevedo**

---

Este estudo surge do interesse da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) em disponibilizar uma caracterização tão completa e atualizada quanto possível dos imigrantes de nacionalidade portuguesa e dos lusodescendentes residentes nos Estados Unidos da América (EUA), aqui também designados por comunidade portuguesa e de proximidade lusa. Cem anos após a maior vaga de emigração de Portugal para os EUA, proveniente, designadamente, dos arquipélagos dos Açores e, em menor medida, da Madeira, prevalecem várias questões sobre a caracterização e as dinâmicas mais recentes de transformação da comunidade portuguesa e de proximidade lusa que reside nos EUA. Atendendo a que a maioria dos estudos publicados sobre esta população, tanto em Portugal como nos EUA, se baseia em dados estatísticos relativos aos primeiros anos do século XXI, existe um enorme campo de informação disponível ainda não coberto por trabalhos de investigação, que o presente estudo visa explorar.

Em virtude da própria história da imigração portuguesa nos EUA (revista na secção 2), coexistem atualmente vários grupos populacionais nos EUA com ligações a Portugal e à língua portuguesa bem diferenciadas. Por esta razão, neste estudo desdobra-se a população dos portugueses e lusodescendentes em diferentes grupos populacionais constituídos a partir do cruzamento de várias informações sobre os indivíduos recolhidas pelo *American Community Survey*<sup>1</sup>, nomeadamente, a cidadania, o local de nascimento, a língua falada em casa além do inglês e a ascendência.

Da interseção destas variáveis derivaram quatro grupos populacionais – os imigrantes portugueses, os imigrantes naturalizados, os lusodescendentes que falam português, e os lusodescendentes que não falam português. A secção 4 dá conta da evolução quantitativa destes grupos ao longo de três quinquénios (2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020). Tendo em conta que os quatro grupos populacionais não são homogéneos e estão sujeitos a impactos diferenciados resultantes de mudanças sociais aceleradas e de mobilidades espaciais de amplitude crescente, a sua evolução ao longo dos anos em causa tem também de ser caracterizada e completada com base

<sup>1</sup> O *American Community Survey* é um inquérito anual, representativo da população residente nos EUA, que constitui a principal fonte de informação detalhada sobre a população e habitação nos EUA.

nos seus perfis sociodemográficos (secção 5) e na sua distribuição no território norte-americano (secção 6).

Além desta perspetiva temporal, o estudo explora a informação disponível para o período mais recente (2016-2020), em torno de quatro temas. O primeiro incide sobre os agregados domésticos, caracterizando as relações familiares e não familiares entre os indivíduos que os constituem (secção 7). O segundo tema centra-se nas condições habitacionais em que residem os grupos (secção 8). O terceiro aborda os rendimentos dos indivíduos que trabalham, bem como as suas atividades económicas (secção 9). O quarto tema trata do acesso à saúde e caracteriza algumas das condições de saúde dos grupos em estudo (secção 10). A análise adota um ponto de vista comparativo, não apenas entre os imigrantes, divididos entre portugueses e naturalizados, e lusodescendentes, divididos entre os que falam e os que não falam português, mas também entre estes e um quinto grupo, constituído pelos outros residentes nos EUA, que representam praticamente o conjunto da população dos EUA. A última secção sintetiza os principais resultados do estudo.

---

## 2. Os portugueses nos EUA: uma proposta de interpretação bibliográfica sintética e orientada

---

**Jorge Malheiros e Katielle Silva**

Como refere Onésimo Teotónio de Almeida (2009), a bibliografia produzida sobre os portugueses e lusodescendentes nos Estados Unidos da América é vasta e antiga, sendo possível identificar textos de natureza científica ou académica desde finais do século XIX. São exemplo o trabalho de natureza descritiva elaborado por Henri Lang em 1892 sobre os portugueses na Nova Inglaterra, citado por Ribeiro (2000), ou o artigo de Frederic L. Hoffman (1899) que aborda alguns elementos demográficos e geográficos sobre os portugueses nos EUA a partir de dados do Censo americano de 1890, combinados com outras fontes que fornecem informação sobre a mortalidade. Entre estas obras concisas elaboradas e disponibilizadas originalmente nos EUA e os trabalhos mais recentes publicados ao longo dos últimos 10 anos, tanto nos EUA como em Portugal, que abordam temáticas inovadoras como o uso das novas tecnologias para aceder e transmitir recursos culturais (e.g. Ferreira 2009 ou Holton 2016) ou as práticas transnacionais, o translocalismo e as dinâmicas locais (e.g. Feldman-Bianco 1992 e 2009), ou retomam, com dados e perspetivas distintas, temas “clássicos” no estudo dos portugueses nos EUA (cidadania, reconstrução e posicionamento identitário e cultura<sup>2</sup>), uma miríade significativa e diversa de estudos sobre os portugueses e os seus descendentes neste país e nas suas regiões foi sendo produzida e/ou publicada, quer em Portugal, quer nos Estados Unidos.

A bibliografia produzida sobre os portugueses e lusodescendentes nos Estados Unidos da América é vasta e antiga, sendo possível identificar textos de natureza científica ou académica desde finais do século XIX.

Tendo em consideração a vastidão destes trabalhos face à natureza mais sintética que se pretende dar ao presente estudo e, sobretudo, ao seu objetivo central que, relembramos, visa a caracterização dinâmica dos portugueses e lusodescendentes nos EUA para o período atual, considerando as suas dimensões fundamentais de forma relativamente detalhada, torna-se despropositado, se não mesmo despropósito, pretender fornecer aqui um estado da arte, completo e detalhado, da temática. Assim, optou-se por efetuar uma síntese das ideias relevantes que têm sido produzidas

<sup>2</sup> Uma boa síntese destas temáticas (e de outras complementares) pode ser encontrada em Holton, K. C., & Klimt, A. (2009). *Community, culture and the makings of identity: Portuguese-Americans along the Eastern Seaboard*.

em vários estudos orientados para domínios que se considera poderem ajudar a compreender melhor os resultados obtidos com a análise dos dados do *American Community Survey*, designadamente: i) o debate relativo às categorias de imigrantes e lusodescendentes nos EUA (classificação); ii) os ciclos migratórios fundamentais (o tempo); iii) a geografia das comunidades portuguesas nos EUA (o espaço) e iv) as características sociodemográficas (sociografias). Estas quatro entradas permitirão incorporar elementos de reflexão relevantes respeitantes a questões como a identidade dos portugueses e lusodescendentes, as ligações a Portugal<sup>3</sup>, as atitudes face à instrução formal e os processos de mobilidade social. Já outros elementos, como a criminalidade e a repatriação, estudada, por exemplo, por Miguel Brilhante (2000) ou as interações digitais (Ferreira 2009) ficarão fora do escopo deste capítulo.

De qualquer modo, aqueles que estão interessados em obter uma perspetiva mais desenvolvida e aprofundada dos estudos relativos à imigração, aos imigrantes portugueses nos EUA e aos seus descendentes, podem começar por explorar o livro coordenado por Holton e Klimt (2009), cuja recensão em português, efetuada por Graça Índias Cordeiro na *Sociologia – Problemas e Práticas* (n.º 65, 2011), constitui um bom ponto de partida. Os trabalhos de Rosalie Ribeiro (2000) e Onésimo Teotónio de Almeida (2009) emergem como obras que também contribuem para o desiderato de obter uma panorâmica da emigração portuguesa para os EUA e de várias das problemáticas que lhe são associadas. Consideramos igualmente essencial consultar, com o necessário olhar crítico, o trabalho seminal de carácter pioneiro de Leo Pap (1981), *The Portuguese Americans – the European Heritage of America*, ou as várias contribuições de Eduardo Mayone Dias (1981, 1987, 2002), professor da Universidade da Califórnia, em Los Angeles (UCLA), recentemente falecido.

Por último, convém salientar que os elementos bibliográficos referidos ao longo do capítulo estão necessariamente incompletos, correspondendo a uma seleção dos autores deste estudo que se pretende sintética e não exaustiva e que está assente numa interpretação da sua utilidade para os objetivos prosseguidos no trabalho.

## 2.1. O debate relativo às categorias imigrantes e lusodescendentes nos EUA (classificação)

Embora se possa optar por uma classificação simples das pessoas de origem portuguesa nos EUA considerando apenas imigrantes (os que nasceram em Portugal e vivem nos EUA) e descendentes (nascidos nos EUA), ditos de 2.<sup>a</sup>, 3.<sup>a</sup> ou mais gerações (consoante o grau do antepassado que nasceu em Portugal), alguns estudos consideram critérios mais complexos para estabelecer o perímetro desta população, que remetem para a etnicidade, a sociabilização em contexto dos EUA e mesmo a língua (uso e conhecimento do português). Esta questão é relevante, uma vez que a contabilização da população “portuguesa” nos EUA varia consoante se utilize um critério baseado na naturalidade ou na autoidentificação como tendo ancestralidade portuguesa. Olhando para a terminologia utilizada em alguma literatura e para os debates que emergem em torno do assunto (Ribeiro 2000), os termos “portugueses” (Martins 2009) e “luso-americanos” (Ribeiro 2000; Valente 2019) emergem como os mais populares, embora a designação “comunidade(s) portuguesa(s)” também se verifique (Almeida 2009). De

<sup>3</sup> Esta questão, que a partir do início dos anos 90 do século xx se enquadra no marco teórico-conceitual do transnacionalismo, foi abordada de modo pioneiro por Maria Beatriz Rocha-Trindade, em 1976, ao debruçar-se sobre as relações socioespaciais e os processos de influência social à distância que envolviam Mira de Aire e Hartford, no Connecticut. Trata-se, efetivamente, de uma análise de translocalismo *avant la lettre*.



uma forma mais lata, os três termos designam um grupo populacional equivalente, que corresponde aos indivíduos de origem portuguesa (que assumem ter laços ancestrais com Portugal), independentemente do local de nascimento e da nacionalidade. No entanto, uma abordagem mais fina, na linha das afirmações de Rosalie Ribeiro e de Eduardo Mayone Dias, considera “portugueses nos EUA” os nascidos em Portugal e os descendentes, correspondendo estes últimos e aqueles que chegaram crianças e fizeram quase toda a sua socialização nos EUA aos luso-americanos (seriam, portanto, uma grande subcategoria dos “portugueses nos EUA”).

Note-se que a língua (do país de origem) tende a ser considerada um importante indicador não só de identidade étnica, mas sobretudo de prevalência de ligações culturais de ancestralidade efetiva, estando a questão relativa ao seu uso incluída tanto nos censos dos EUA como no *American Community Survey* (Scott 2009)<sup>4</sup>. Isto leva a que o cruzamento da autoidentificação da ancestralidade portuguesa com o uso da língua portuguesa permita distinguir uma espécie de “comunidade de proximidade lusa” de uma “comunidade de ancestralidade distante”. Por outro lado, esta questão remete também para processos complexos de construção e desconstrução histórica de uma comunidade lusófona nos EUA, uma vez que a génese da imigração cabo-verdiana para este país aconteceu no quadro do colonialismo português (Halter 1993) e acompanha, em larga medida, os processos migratórios de madeirenses e, sobretudo, açorianos. De resto, mais recentemente, a própria imigração brasileira para os EUA apresenta elementos de sobreposição e contacto com a imigração portuguesa, sobretudo em diversos locais dos estados da Costa Leste dos EUA (Lokensgard 2007). Evidentemente, no estudo que estamos a desenvolver, as populações de origem cabo-verdiana e brasileira não são incluídas, mas é importante fazer referência quer ao processo histórico que produziu, em termos formais e de facto, dinâmicas identitárias e de relação que ampliaram e reduziram a noção de “ser português”, quer as estratégias que remetem para um outro quadro de afirmação comunitária de espectro mais largo que ultrapassa “os portugueses” (enquanto pessoas com ligação a Portugal) e se posiciona nos falantes de língua portuguesa e nas suas próprias reivindicações, que procuram tirar partido das próprias classificações e processos de recolha de informação em contexto censitário (Cordeiro 2012).

**A língua do país de origem tende a ser considerada um importante indicador não só de identidade étnica, mas sobretudo de prevalência de ligações culturais de ancestralidade efetiva.**

Sintetizando o que se acaba de discutir, justifica-se que o presente trabalho considere uma população exclusivamente portuguesa (*ancestralidade lusa*), embora de sentido amplo, introduzindo elementos de segmentação em função da origem geográfica (nascimento ou não em Portugal), cruzados com o uso da língua portuguesa. O critério referente à nacionalidade, mesmo passível de utilização, é claramente menos relevante, não só porque é desvalorizado nas fontes básicas, mas porque o imaginário americano ainda olha para a imigração para os EUA como algo permanente, o que significa a

<sup>4</sup> Nos Censos 2000, a questão relativa à língua falada em casa, além do inglês, foi inquirida pela última vez e apenas no questionário longo aplicado apenas a um subconjunto da população. Desde então, essa questão consta apenas no *American Community Survey*.

adoção da nacionalidade norte-americana, num prazo mais ou menos longo. Decorre daqui que o elemento central se refere à cidadania americana e não à cidadania de outros países.

## 2.2. Os ciclos migratórios fundamentais (o tempo)

Embora haja referências à emigração portuguesa para o território dos EUA desde o século XVII, com destaque para os judeus (Ribeiro 2000; Almeida 2009), a identificação de uma lógica de emigração continuada que permite identificar fases é situada por diversos autores nos últimos anos do século XVIII/inícios do século XIX e está associada aos açorianos que tiravam partido da função dos Açores enquanto porto de escala para os barcos baleeiros americanos (Almeida 2009). Utilizando como referência os dois autores mencionados acima e reinterpretando as periodizações que estabelecem, podemos considerar cinco fases na emigração portuguesa para os EUA, três das quais de carácter histórico e que Onésimo Teotónio de Almeida (2009) considera terem-se diluído no quadro da assimilação promovida pelo Estado e a sociedade dos EUA, pelo que, entendemos nós, corresponderão, sobretudo, a comunidades de memória. As duas fases mais recentes estão associadas aos fluxos que ocorreram nos últimos 60-65 anos.

Em termos concretos, e recorrendo a Ribeiro (2000), a fase mais antiga de emigração portuguesa para os EUA desenvolve-se entre 1800 e 1870 e está, em larga medida, ligada à captura e transformação da baleia. Não apresenta um carácter maciço e envolve, em primeiro lugar, população dos Açores, região que se manterá, desde então, como um dos principais espaços de conexão migratória entre os EUA e Portugal. O principal destino desta imigração, dominada por população camponesa pobre e muito pouco instruída, correspondia a localidades da Nova Inglaterra como New Bedford ou Nantucket (Massachusetts), mas também teve como destinos relevantes algumas localidades da Califórnia (Sacramento, Monterey) ou o Havai. Note-se que para além das ligações à indústria de transformação da baleia, atividades no têxtil nos estados de Massachusetts e Rhode Island, sobretudo a partir das últimas décadas do século XIX, também assumiram significado. Já na Califórnia, começou a verificar-se uma fixação em áreas de produção agrícola, designadamente no Vale de San Joaquin.

A segunda fase corresponde ao período 1870/1880-1920 e é marcada por uma intensificação dos fluxos migratórios que têm por destinos sobretudo o Havai (trabalho nas plantações de cana-de-açúcar), cujo ciclo se encerraria em 1913 (Freitas 1930), os estados de Rhode Island e do Massachusetts (localidades como New Bedford, Fall River ou Lowell), onde a expansão da indústria têxtil justificava uma crescente necessidade de mão-de-obra, e a Califórnia, onde a prática de atividades agrícolas e pecuárias se foi tornando cada vez mais significativa e visível, sobretudo no Vale de San Joaquin, embora a imigração para áreas urbanas como Salinas ou Monterey também se verificasse. Adicionalmente, algumas dinâmicas de recomposição económica (da indústria da baleia ou do têxtil em certas áreas da Nova Inglaterra) e o processo de urbanização nos EUA levam os portugueses a deslocar-se para novos espaços, começando a desenvolver-se comunidades nos estados do Connecticut, Nova Jérquia e Nova Iorque (Costa Leste) ou em San José, na Califórnia. Ao longo deste período, as origens açorianas continuam a ser predominantes, mantêm-se as características de imigração laboral, proveniente de

espaços rurais, pouco instruída e a enfrentar condições de vida muito duras nos EUA, em termos residenciais e de trabalho na indústria (Ribeiro 2000). As questões relativas a um certo fechamento da comunidade portuguesa, à valorização das dinâmicas familiares e intragrupo, à resistência face à discriminação em contexto WASP<sup>5</sup> começam a aparecer neste período.

A terceira e última fase de carácter histórico situa-se entre 1920 e meados dos anos 50 do século XX. Neste período, os EUA optam por uma lógica de imigração mais restritiva (Baganha 1988) apoiada por uma série de diplomas legais que vão limitar as entradas de imigrantes analfabetos (e a maioria dos portugueses encontrava-se nesta situação) e não brancos, acabando por estabelecer processos de contingência assentes em quotas por origens geográficas. A partir de 1921, a emigração portuguesa reduz significativamente, assumindo diversos autores que o processo de aculturação e assimilação dos portugueses nos EUA se intensifica nesta fase, o que remete para uma americanização desta população que, contudo, em muitos casos, manteve uma identidade hifenizada que deu origem às expressões luso-americanos ou *Portuguese-amerians*.

As duas fases mais recentes, que podemos considerar contemporâneas *lato sensu*, correspondem i) ao período entre meados dos anos de 1950 e meados dos anos de 1980 e ii) ao período entre 1985 e a atualidade. A primeira destas é caracterizada por um recrudescimento da emigração portuguesa para os EUA, bastante alimentada pelo fluxo açoriano, mas envolvendo muitas pessoas de diversas regiões do continente como a Bairrada ou Trás-os-Montes, e pode ser dividida em duas subfases. A primeira vai até 1965 e é marcada pela criação de condições excecionais relativas a uma abertura à emigração portuguesa que, na sequência da erupção do Vulcão dos Capelinhos, no Faial, em 1957, vai beneficiar de um alargamento claro das quotas justificada por razões humanitárias. Apoiada inicialmente pelo *Azorean Refugee Act* de 1958 (Public Law 85-892), a que se seguiram diplomas legais complementares em 1960 e 1961 que permitiram a imigração de famílias de faialenses, esta situação rapidamente se alargou a todo o arquipélago dos Açores, acabando mesmo por beneficiar algumas famílias continentais (Lobão 2009). Neste primeiro período, o fluxo cresce bastante em termos relativos, mas ainda é composto por um número global relativamente modesto, que abrangerá no máximo 5000 pessoas (por via das disposições humanitárias decorrentes da erupção), a que se juntarão mais algumas centenas através das quotas gerais. É apenas no segundo período que a entrada de portugueses nos EUA vai aumentar significativamente, beneficiando de um alargamento geral das quotas de imigração atribuídas a europeus e asiáticos em 1965. Entre o início do decénio de 1960 e 1985 entram nos EUA cerca de 180 000 portugueses, continuando os Açores a constituir o principal espaço de origem, mas envolvendo um número crescente de pessoas de outras regiões do continente. Ao contrário da terceira fase de carácter histórico e dos quinze anos subsequentes à 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a política de inserção dos EUA começou a alterar-se neste período, sendo o princípio assimilacionista substituído por ideias de pluralismo que, na descrição de Almeida (2009), abriram as portas ao ensino bilingue e ao respeito pela diversidade cultural, possibilitando a recuperação e a valorização de elementos da identidade portuguesa apoiados no florescimento dos media étnicos e na vitalidade das associações lusas. É neste período que os lusodescendentes beneficiam

<sup>5</sup> Sigla utilizada para os *White Anglo-Saxon Protestants*.

de programas do governo federal que, em simultâneo, promovem a integração na sociedade americana e aceitam a manutenção da identidade e das ligações à cultura ancestral (Almeida 2009: 349).

A última fase nesta cronografia da emigração portuguesa para os EUA vem de 1985 até à atualidade e tem como marca uma clara redução do fluxo – de cerca de 3000 chegadas anuais nos anos 80-90 do século passado, passou-se para valores abaixo das 1000 entradas por ano a partir de 2007<sup>6</sup>, que nem as sucessivas crises por que Portugal vem passando (financeira-austeritária-social, pandémica e agora associada à Guerra na Ucrânia) inverteram. As restrições na política imigratória dos EUA, a entrada na então Comunidade Económica Europeia, em 1986, e o desenvolvimento experimentado entre finais dos anos 80 da centúria passada e os primeiros anos do século XXI associado às possibilidades de livre circulação no espaço europeu são alguns dos fatores que ajudam a compreender o reduzido valor do fluxo migratório.

### 2.3. Notas sobre a geografia das comunidades portuguesas nos EUA (o espaço)

Uma das características que tem vindo a ser associada às comunidades portuguesas é a da concentração geográfica em determinados lugares específicos dos estados de maior presença, tanto na Costa Leste (Massachusetts, Rhode Island, Nova Jérquia e, em menor grau, Connecticut), como na Califórnia (Ribeiro 2000; Scott 2009). No entanto, e não obstante os lugares de concentração tradicional continuarem a registar um número relevante de portugueses, verifica-se, sobretudo após finais da década de 1980/inícios de 1990, uma tendência para uma maior dispersão geográfica que justificou crescimentos importantes em diversos estados do Sul (Flórida, Arizona, Nevada e mesmo Texas) e, também, nos estados da Costa Oeste localizados a norte da Califórnia (Oregon e Washington) (Scott 2009). Contudo, destes estados de maior crescimento relativo, apenas a Flórida atingia, em valores absolutos, uma presença de pessoas com ancestralidade portuguesa que, nos Censos 2000, já ultrapassava ligeiramente os números do Connecticut ou de Nova Iorque<sup>7</sup> (mas ainda longe dos valores de Massachusetts, Rhode Island, Nova Jérquia ou da Califórnia<sup>8</sup>).

Contudo, a questão da concentração geográfica é sobretudo evidenciada à escala do lugar ou mesmo do bairro. Não se pretendendo, no presente capítulo, descer a este último nível, é, no entanto, pertinente fazer uma breve referência a alguns dos principais lugares de concentração, devendo destacar-se que em diversos destes se foi consolidando a presença de comunidades portuguesas ao longo de muitas décadas. Considerando a listagem relativamente abrangente incluída por Ribeiro (2000) no seu trabalho, destacam-se as seguintes localidades. Na Califórnia, a área de instalação tradicional do Vale de San Joaquin, a que se juntam as cidades de Salinas e Monterey, sendo ainda de destacar uma crescente presença na área da baía de San Francisco, por exemplo em San José. No estado de Nova Iorque, o condado de Worcester parece continuar a manter-se como um espaço de sobrerrepresentação, remetendo a presença inicial para a transição do século XIX para o século XX. Na vizinha Nova Jérquia, Newark constitui um marco da presença portuguesa, embora se detetem algumas concentrações em localidades vizinhas. Por último, várias localidades de Massachusetts

<sup>6</sup> Ver dados publicados pelo Observatório da Emigração (2022).

<sup>7</sup> Apesar das evidências de crescimento significativo da população portuguesa em vários estados de instalação "não tradicional", o facto de apenas na Flórida este aumento ter conduzido a valores que atualmente já se podem considerar relevantes justifica a inclusão desta no capítulo 6, dedicado à distribuição geográfica contemporânea nos estados de maior concentração e à sua dinâmica recente.

<sup>8</sup> Ver dados publicados pelo Census Bureau (2022a).

continuam a registar valores significativos de população portuguesa, devendo fazer-se referência às “históricas” New Bedford<sup>9</sup>, Fall River, Taunton, Dartmouth e Lowell, podendo ainda mencionar-se Falmouth ou Fairhaven. Em Rhode Island, East Providence é um espaço de fixação histórico, mas Providence, Central Falls ou Pawtucket emergem também como localidades com uma presença portuguesa importante. Finalmente, no Connecticut destaca-se Hartford, que mencionámos na nota de rodapé 3, mas outros locais de fixação têm também vindo a emergir.

Não queremos fechar este ponto sem fazer referência a dois aspetos que nos parecem significativos: por um lado, há que explorar com mais detalhe a geografia dos portugueses nos EUA, avançando para uma escala de bairro e para análises dinâmicas de segregação socioespacial urbana, para além de se tentar perceber a emergência de novos espaços de localização, tanto à escala do estado (novos estados de atração), como ao nível local, designadamente no que respeita à instalação em subúrbios de classe média das grandes cidades. Decorrente disto, emerge um segundo aspeto, que corresponde à necessidade de testar de modo mais explícito uma associação, que vem sendo referida em diversos trabalhos (e.g. Scott 2009), entre incremento da dispersão geográfica, mobilidade social ascendente e reforço da americanização.

## 2.4. As características sociodemográficas (sociografias básicas)

Para concluir este capítulo, pretendemos apenas fazer uma referência breve ao facto de sociografias da população portuguesa executadas com base em informação proveniente de fontes secundárias americanas, designadamente os censos, terem uma história longa que remonta a finais do século XIX.

Como mencionámos no início do capítulo, Frederic L. Hoffman escreveu em 1899 um pequeno artigo baseado na informação dos Censos de 1890 e em algumas fontes complementares que se refere à concentração residencial na Califórnia e em Massachusetts, mencionando as áreas de sobrerrepresentação neste último estado, designadamente New Bedford (a mais relevante, onde os portugueses constituíam cerca de 7% dos residentes), mas também Fall River e Taunton. O artigo refere ainda uma presença importante dos portugueses em espaços rurais e atividades agropecuárias no Massachusetts, para além de identificar os Açores e a Madeira como as principais regiões de origem. Preocupa-se, depois, com supostas características raciais dos portugueses, assumindo-os como bons imigrantes, mas resultando de uma mistura racial com elementos negros (sobretudo os originários dos arquipélagos atlânticos) e mouros. Dá ainda destaque à reduzida taxa de mortalidade dos portugueses nos EUA, com realce para os provenientes dos Açores e da Madeira, quando comparada com a situação de grupos com outras origens e, também, a observada nas regiões de partida. Além de frisar que a presença das componentes africanas não teve efeitos nocivos ao nível da mortalidade, considera que a situação positiva identificada se deve, em larga medida, à boa moral dos naturais dos arquipélagos atlânticos portugueses, quando comparada, por exemplo, com a moral dos negros americanos.

Esta primeira leitura, apoiada em preconceitos de partida e na hierarquia racial eurocêntrica que emergia em finais do século XIX, deu lugar a vários processos de caracterização, ocorridos em momentos posteriores e apoiados em censos de décadas

<sup>9</sup> De acordo com Feldman-Bianco (2009), as estratégias de revitalização prosseguidas por New Bedford desde inícios do século XXI incluem uma valorização da diversidade cultural e das experiências culturais dos imigrantes, dando-se relevo à presença portuguesa, procedendo-se à promoção dos elementos de identidade étnica que lhe estão associados.

subsequentes, de natureza analítica muito distinta. Por exemplo, Maria Ioannis Baganha (1988) utiliza os dados dos Censos americanos de 1910 para caracterizar as dimensões sociais e as atividades económicas dos portugueses nos EUA e em algumas cidades com presença portuguesa nos estados da Califórnia, Massachusetts e Havaí. Já nos anos de 1970, Sandra K. Wolforth (1976) utiliza dados dos Censos americanos de 1970 para descrever a distribuição dos portugueses e lusodescendentes nos estados dos EUA que mostram que o Massachusetts ainda registava o maior número de residentes pertencentes a esta população (cerca de 108 000 pessoas), situação que veio a alterar-se nos decénios seguintes, uma vez que atualmente é na Califórnia que residem mais imigrantes portugueses e luso-americanos. O trabalho de Wolforth (1976) confirma, no entanto, que Rhode Island já era, há quase 50 anos, o estado com maior proporção de população de origem portuguesa. Também Vicente, num trabalho publicado em 1998, que tem como objetivo último aferir elementos sobre o peso político da comunidade portuguesa e lusodescendente nos EUA, apresenta uma caracterização demográfica desta população efetuada a partir dos dados do Censo de 1990. Nesta, distingue imigrantes e luso-americanos (descendentes), dá atenção ao conhecimento da língua portuguesa, evidencia a ligeira feminização da comunidade e manifesta preocupação com os baixos níveis de escolaridade e de naturalização. Analisa ainda a distribuição geográfica, detalhando os casos dos estados de fixação tradicional que, à época, registavam maior número de portugueses e lusodescendentes: Massachusetts, Califórnia, Rhode Island, Nova Jérсия e Havaí.

Finalmente, Dulce Maria Scott (2009), em trabalho mais recente, utiliza dados dos Censos americanos de 1980, 1990 e 2000, complementados com informação estatística proveniente do *American Community Survey* de 2005 e 2006, para analisar a distribuição geográfica da população nascida em Portugal e de origem portuguesa e a sua evolução no período, o uso da língua portuguesa, os níveis de instrução e rendimento, a estrutura profissional e a ancestralidade. A análise desta informação leva-a a concluir que existe um bom processo de integração e assimilação na sociedade americana por parte da população de origem portuguesa e que se verificou uma trajetória de mobilidade educacional e socioprofissional geracional ascendente, embora os portugueses ainda não atingissem os níveis observados em outros grupos étnicos presentes na sociedade americana. Refere, ainda, as tendências de dispersão geográfica em curso nas áreas tradicionais de concentração das comunidades portuguesas, assumindo que aqueles que ficam podem experimentar processos de assimilação desqualificante, enquanto os que partem se posicionam num quadro de mobilidade social ascendente que, contudo, pode ter como consequência uma aceleração da integração e da aculturação, com perdas dos elementos da identidade portuguesa. Neste sentido, Scott (2009) refere que a sua identidade (portuguesa) pode assumir, essencialmente, um carácter simbólico.

Por conseguinte, tanto quanto nos é possível apurar, o trabalho de Dulce Scott, que parece apresentar-se como o mais recente sobre as características dos portugueses e lusodescendentes, utiliza dados de 2006. Sendo as populações inerentemente dinâmicas no seu volume, estrutura e composição, bem como na sua caracterização socioeconómica, torna-se necessário o acompanhamento da sua evolução no tempo e no espaço. Esse é um dos principais contributos do presente estudo.

---

## 3. Fonte de informação e opções metodológicas

---

**Alda Botelho Azevedo, Nachatter Singh Garha e Pedro Moura Ferreira**

Este estudo tem por base o *American Community Survey* (ACS), um inquérito aplicado com uma regularidade anual, desde o ano de 2000, a cerca de 15 milhões de pessoas e mais de 3,5 milhões de agregados domésticos, e representativo da população residente nos EUA ao nível de diferentes escalas geográficas (*Census Bureau, 2020*). O ACS utiliza o questionário longo aplicado anteriormente nos censos, substituindo-o como a principal fonte de informação detalhada sobre a população e a habitação nos EUA (*Census Bureau, 2017*). Por conseguinte, os Censos de 2020 recorreram a uma versão curta do ACS, orientada para recolher informação básica sobre a população e a habitação (por exemplo, a idade, o sexo, o regime de ocupação da habitação), com vista a determinar a representação da população residente no congresso americano (*Census Bureau, 2020*). O ACS é, assim, a fonte de informação privilegiada neste estudo, porque é um inquérito de aplicação contínua, que proporciona anualmente dados demográficos, sociais, económicos e habitacionais fiáveis e atualizados (*Census Bureau, 2017*).

Neste estudo utilizam-se três amostras dos microdados de uso público (*ACS Public Use Microdata Sample – PUMS*): 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020. Os microdados permitem tabulações múltiplas a partir da informação recolhida, que não seriam possíveis com resultados agregados. Uma vez que as bases de microdados contêm informação pessoal (condições de saúde, por exemplo), a anonimização dos dados é um requisito prévio para impedir a identificação das pessoas inquiridas. Uma das consequências do processo de anonimização é limitar a desagregação em termos de áreas geográficas a um patamar mínimo de 100 mil pessoas por *Public Use Microdata Area* (PUMA). Utilizam-se os microdados quinquenais, pois estes são mais adequados quando se pretende maior precisão estatística e se estudam populações pequenas (*Census Bureau, 2020*), como é o caso dos portugueses e lusodescendentes nos EUA. Os dados relativos a um quinquénio incluem registos de cerca de 5% da população dos EUA (1% por cada ano civil).

Na primeira parte deste estudo, dedicada a conhecer as principais características sociodemográficas dos imigrantes e lusodescendentes, são analisados os três quinquénios que cobrem o período 2006-2020. Esta perspetiva cronológica permite traçar as linhas gerais da evolução dos grupos populacionais, bem como as tendências específicas de cada um deles. Na secção 6, centrada na distribuição geográfica dos grupos no território norte-americano, a análise centra-se nos primeiro e último quinquénios.

Na segunda parte, que se circunscreve ao período mais recente, 2016-2020, analisa-se a informação disponível, que não existe nos quinquénios anteriores, sobre os agregados domésticos, as condições habitacionais, os rendimentos e as condições de

saúde. Esta análise permite um retrato atual e mais amplo da comunidade portuguesa e de proximidade lusa nos EUA.

Como referido na Introdução, a constituição dos quatro grupos populacionais resultou da confluência de quatro variáveis: a cidadania, o local de nascimento, a língua falada em casa além do inglês e a ascendência. Uma vez que no ACS a informação sobre a língua, por razões que se prendem com o seu processo de aprendizagem, só está disponível para os indivíduos com 5 e mais anos, não seria possível classificar as crianças com menos de 5 anos com base nessas categorias. Assim, as crianças com menos de 5 anos não são incluídas neste estudo, embora continuem a ser consideradas para efeitos da dimensão e composição familiar e do número de residentes por alojamento. Esta opção metodológica afeta os indicadores que dependem da idade da população (por exemplo, a idade média da população). Por esse motivo, os indicadores apresentados são comparáveis entre os grupos populacionais considerados, mas não com fontes externas a este estudo. A alternativa seria abdicar da utilização da língua portuguesa como um elemento da constituição dos grupos, o que seria bastante mais limitativo e empobrecedor, tendo em conta a centralidade da língua na afirmação da comunidade portuguesa e de proximidade lusa.

Ao longo do estudo, os imigrantes e os lusodescendentes são comparados com outros residentes nos EUA, que servem de grupo de referência.

Do ponto de vista da apresentação dos resultados, importa deixar duas notas. Em primeiro lugar, nas tabelas de resultados não são apresentados os valores do total dos cinco grupos, porque, tendo em conta o reduzido peso dos portugueses e lusodescendentes na população residente nos EUA, a distribuição do total acaba por corresponder também à distribuição observada no grupo dos outros residentes até à segunda casa decimal, o rigor numérico utilizado. Em segundo lugar, salvo indicação em contrário, as diferenças apresentadas são estatisticamente significativas com um nível de confiança de 95%.

Por último, resta salientar que os resultados apresentados são ponderados, o que significa que são geradas estatísticas representativas da população residente (por exemplo, médias ou proporções) a partir do ponderador individual disponibilizado pelo *Census Bureau* e que integra a base de dados do ACS. Com o uso do ponderador, cada uma das pessoas na amostra é multiplicada pelo número de pessoas necessárias para que as estatísticas sejam representativas da população residente nos EUA no ano a que os dados se reportam.



---

## 4. Imigrantes e lusodescendentes: quantos são?

---

**Pedro Moura Ferreira e Alda Botelho Azevedo**

A identificação dos imigrantes e lusodescendentes a partir do ACS não é direta ou automática, no sentido em que a informação não está condensada numa única variável. Para se chegar a essa identificação, é necessário combinar a informação obtida através de quatro questões do questionário, a saber:

- a) Cidadania americana – «Is this person a citizen of the United States?» – o inquirido identifica os indivíduos que têm cidadania americana independentemente de como foi obtida, isto é, por nascimento ou por naturalização, não informando a cidadania dos não-americanos residentes nos EUA.
- b) Local de nascimento – «Where was this person born?» – o ACS identifica a naturalidade dos inquiridos, não necessariamente coincidente com a nacionalidade.
- c) Língua – «Does this person speak a language other than English at home? [If yes,] What is this language?» – a língua portuguesa é uma das categorias desta variável que é aplicável apenas aos maiores de 4 anos de idade.
- d) Ascendência «What is this person ancestry or ethnic origin?» – a pergunta do ACS sobre a ascendência ou a origem étnica do indivíduo permite associá-lo ao país de origem dos seus ascendentes/antepassados, independentemente da língua. Portugal é um dos países que figura como categoria desta variável. A pergunta permite a recolha de duas respostas por indivíduo, caso este pretenda identificar mais do que uma origem.

Na definição dos residentes nos Estados Unidos com vínculo(s) a Portugal, é útil considerar simultaneamente várias características como sejam a cidadania, local de nascimento, língua falada em casa e ascendência – e não apenas esta última.

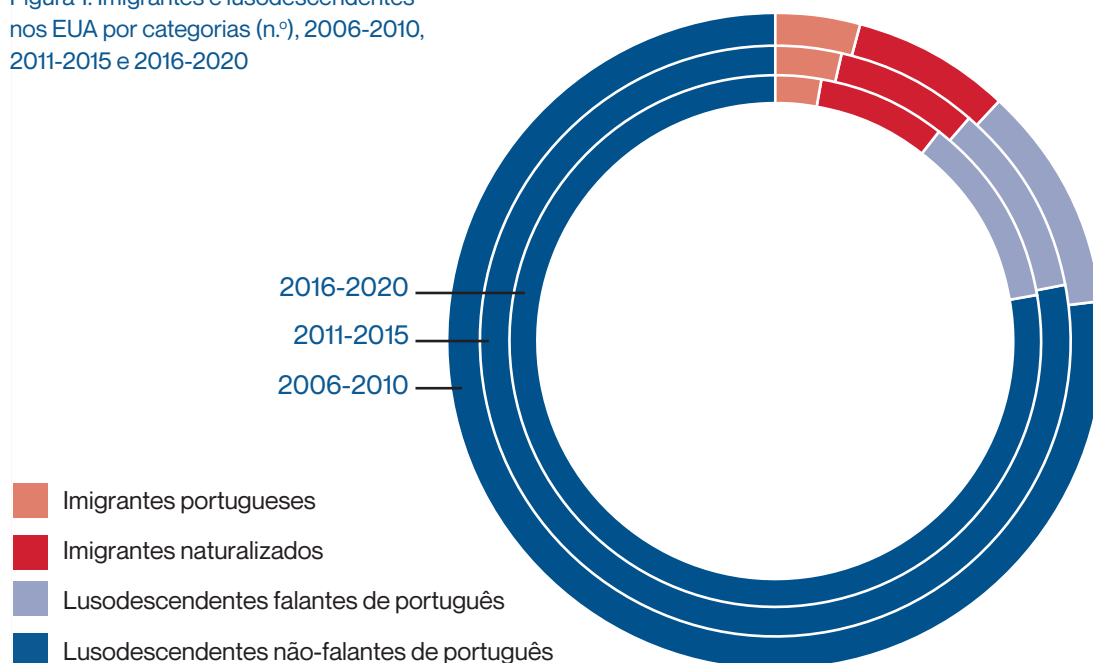
A partir da combinação das variáveis resultantes destas questões, constituiu-se uma tipologia que contempla quatro categorias (figura 1), nas quais se desdobra a **comunidade portuguesa e de proximidade lusa**.

- 1) **Imigrantes portugueses:** indivíduos que nasceram em Portugal, falam português, mas não têm cidadania americana (apesar de viverem nos EUA).
- 2) **Imigrantes naturalizados:** indivíduos que nasceram em Portugal, falam português e têm cidadania americana.

- 3) **Lusodescendentes que falam português:** indivíduos que indicam ter origem portuguesa, que não nasceram em Portugal e falam português.
- 4) **Lusodescendentes que não falam português:** indivíduos que indicam ter origem portuguesa, que não nasceram em Portugal e que não falam português.

O país de nascimento e a utilização da língua portuguesa são utilizados na definição dos quatro grupos. Enquanto a cidadania é utilizada para criar os dois primeiros grupos, os dois últimos utilizam a ascendência dos indivíduos.

Figura 1. Imigrantes e lusodescendentes nos EUA por categorias (n.º), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020



Nota: 2006-2010: 1 318 032 indivíduos; 2011-2015: 1 273 379 indivíduos; 2016-2020: 1 272 040 indivíduos.  
 Fonte: microdados do *American Community Survey*.  
 Cálculos dos autores.

O peso numérico de cada um destes grupos é inverso à ordem que seguem na tipologia, sendo o peso dos lusodescendentes que não falam português bastante mais significativo do que os três outros grupos juntos. Esta ordem hierárquica mantém-se inalterada desde o início do século XXI.

Os dados relativos ao quinquénio 2016-2020 permitem estimar uma comunidade portuguesa e de proximidade lusa de 1 272 040 indivíduos, o que corresponde a um peso na população total dos EUA de 0,41%<sup>10</sup>. Dos quatro grupos, o mais importante, como referido, são os lusodescendentes que não falam português, que totalizam 986 003 indivíduos, representando 77,51% do conjunto, seguido dos 149 339 falantes de português (11,74%), pelos 98 810 imigrantes naturalizados americanos (7,77%) e, por fim, os imigrantes portugueses com 37 888 (2,98%).

A maior variação observa-se no grupo dos imigrantes portugueses, grupo que decresceu 34,21% entre 2006-2010 e 2016-2020. Ainda assim, é importante assinalar algumas tendências que, embora numa fase aparentemente incipiente, podem vir a traduzir-se numa vaga de fundo.

<sup>10</sup> Esta estimativa difere da publicada pelo *Census Bureau* relativamente à ancestralidade portuguesa (1,36 milhões em 2020 no ACS 5-anos), sobretudo em virtude da exclusão dos indivíduos com menos de 5 anos pelas razões explicitadas na secção 3, mas também pela combinação de variáveis utilizadas na definição de cada um dos grupos.

Tabela 1. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (n.º), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020

	2006-2010 (n.º)	2011-2015 (n.º)	2016-2020 (n.º)
Imigrantes portugueses	57 589 (± 3 244)	46 876 (± 3 017)	37 888 (± 2 920)
Imigrantes naturalizados	102 266 (± 3 600)	99 153 (± 3 941)	98 810 (± 4 235)
Lusodescendentes falantes de português	145 987 (± 5 098)	134 758 (± 4 867)	149 339 (± 6 584)
Lusodescendentes não-falantes de português	1 012 190 (± 16 272)	992 592 (± 21 475)	986 003 (± 22 032)
<b>Subtotal imigrantes e lusodescendentes</b>	<b>1 318 032</b>	<b>1 273 379</b>	<b>1 272 040</b>
Outros residentes nos EUA	282 528 818 (± 14 753)	295 365 688 (± 16 802)	305 678 442 (± 18 326)
<b>Total</b>	<b>283 846 850</b>	<b>296 639 067</b>	<b>306 950 482</b>

Nota: margens de erro com um nível de confiança de 95% entre parênteses.  
Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Em 2016-2020, existiam 1 272 040 residentes nos Estados Unidos com vínculo(s) a Portugal, considerando imigrantes e lusodescendentes.

A observação mais importante diz respeito ao declínio da comunidade portuguesa e de proximidade lusa ao longo do século XXI. Entre os quinquênios 2006-2010 e 2016-2020, regista-se uma quebra populacional de 3,49% (45 992 indivíduos), a que corresponde uma diminuição do peso relativo dos imigrantes e lusodescendentes na população residente nos EUA de 0,46% para 0,41%. Dos quatro grupos em questão, imigrantes portugueses e naturalizados, lusodescendentes falantes e não-falantes da língua portuguesa, o único grupo que consegue resistir a esta tendência de diminuição é o dos lusodescendentes que falam português. Com efeito, em relação a este grupo, no último quinquénio houve um aumento de 3352 indivíduos por referência ao primeiro, embora no quinquénio intermédio (2011-2015) tenha sofrido uma forte quebra (7,69%). Apesar disto, não se pode dizer que o número de falantes de português tenha propriamente aumentado, na medida em que este ligeiro aumento é contrariado pela descida do número dos imigrantes portugueses e naturalizados (menos 19 701 e 3456, entre o primeiro e o último quinquénios, respetivamente), fazendo com que o número de falantes de português diminua em 19 805 indivíduos. Deste modo, a presença da língua portuguesa parece, assim, resistir sobretudo nos lusodescendentes que falam português. A preservação da língua portuguesa nos EUA não estará apenas dependente da presença da população de origem lusa, contando ainda com outros grupos de imigrantes nos EUA, não abordados neste estudo, sendo que um dos mais significativos (o brasileiro) continua a aumentar.<sup>11</sup>

Os lusodescendentes que falam português estão em processo de crescimento, enquanto todos os outros grupos estão em declínio.

<sup>11</sup> Relativamente às reivindicações sobre um reforço da presença e da identidade baseada na língua portuguesa em algumas áreas dos EUA, designadamente o Massachusetts, fortemente apoiadas na presença crescente da variante português do Brasil ver, por exemplo, o texto de Graça Índias Cordeiro (2012).

Resumindo, os dados do ACS, nos períodos 2006-2010 e 2016-2020, evidenciam duas grandes tendências:

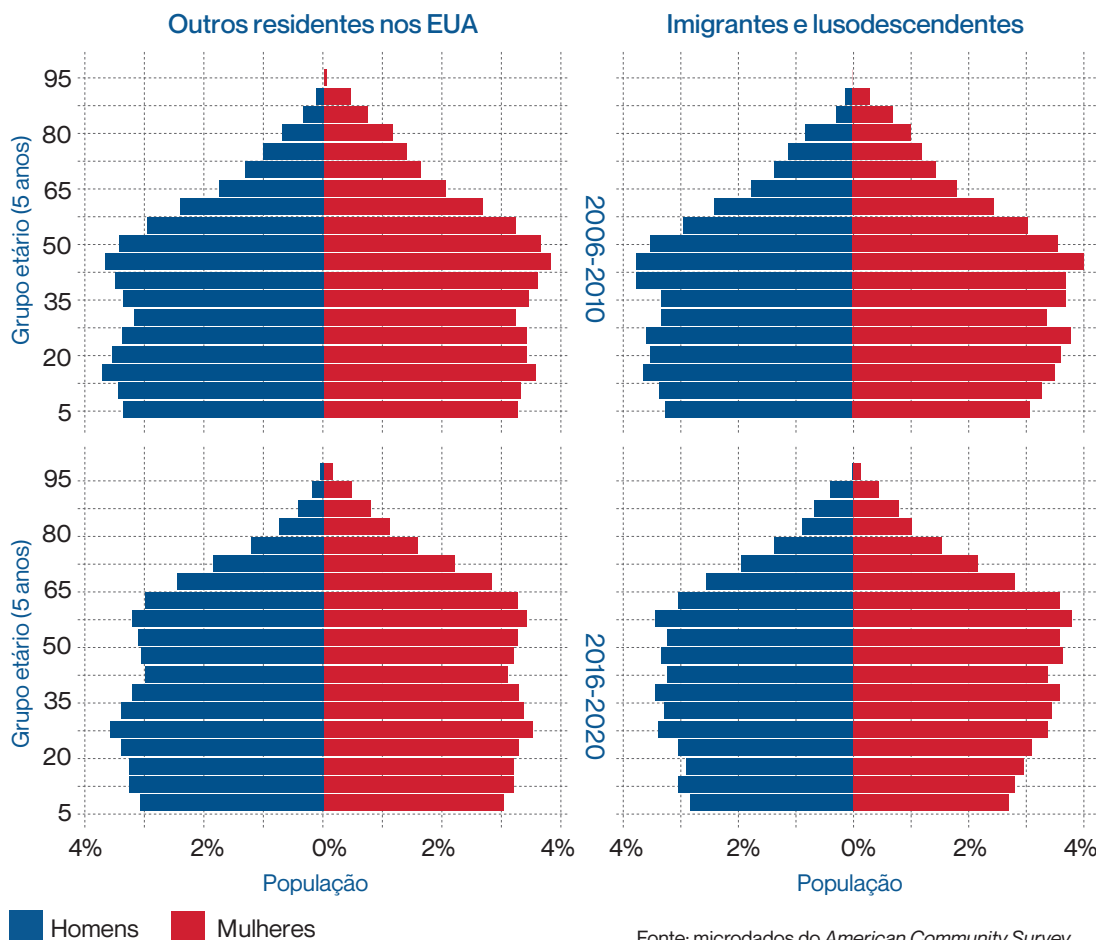
- a) o aumento da população lusodescendente que fala português;
- b) a diminuição da população imigrante portuguesa.

# 5. Caracterização dos imigrantes e lusodescendentes: quem são?

Lara Patrício Tavares e Alda Botelho Azevedo

O declínio da população de imigrantes portugueses está associado ao seu envelhecimento, resultante, por um lado, de um fraco rejuvenescimento por via da redução do fluxo imigratório e, por outro lado, do envelhecimento populacional. De facto, apesar de o envelhecimento populacional – que se traduz no estreitamento da base e no alargamento do topo da pirâmide da população – se observar quer nos imigrantes (portugueses e naturalizados) e lusodescendentes quer nos outros residentes nos EUA, este processo foi mais acelerado entre os primeiros que, em 2016-2020, apresentam um estreitamento na base da pirâmide mais acentuado do que os segundos (figura 2), refletindo, assim, uma importante alteração na estrutura da população dos imigrantes e lusodescendentes.

Figura 2. Evolução das estruturas da população de imigrantes e lusodescendentes e da população dos outros residentes nos EUA (%), 2006-2010 e 2016-2020



Fonte: microdados do *American Community Survey*.  
Cálculos dos autores.

## O declínio da população de imigrantes portugueses está associado ao seu envelhecimento, resultante do fraco rejuvenescimento por via do fluxo imigratório, e do envelhecimento populacional.

A idade média dos imigrantes é mais elevada do que a dos lusodescendentes e outros residentes nos EUA (tabela 2), logo no primeiro quinquénio (2006-2010). Tal pode resultar, em grande medida, das características particulares das populações imigrantes, que têm um maior peso relativo de população em idade ativa. O abrandamento do fluxo migratório de portugueses para os EUA poderá ter contribuído também para essa elevada idade média, na medida em que poderá não ter havido o rejuvenescimento mencionado acima. De facto, nesse primeiro quinquénio, a idade média dos imigrantes (portugueses e naturalizados) indica que já estariam a aproximar-se do fim da *prime age*, isto é, idade nobre do mercado de trabalho (25-54), ou para lá dela, enquanto os lusodescendentes e os outros residentes nos EUA estão ainda numa fase intermédia.

Tabela 2. Idade média dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (em anos), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020

	2006-2010	2011-2015	2016-2020
Imigrantes portugueses	47,72	49,83	52,54
Imigrantes naturalizados	55,44	58,38	61,67
Lusodescendentes falantes de português	34,88	36,86	37,97
Lusodescendentes não-falantes de português	37,25	38,36	40,41
Outros residentes nos EUA	39,49	40,34	41,23

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Já em 2006-2010, os imigrantes (portugueses e naturalizados) estavam, em média, na fase final da idade nobre do mercado de trabalho – enquanto os lusodescendentes e os outros residentes nos EUA estavam ainda numa fase intermédia.

Em sentido inverso, observa-se uma convergência entre a idade média dos lusodescendentes e a dos outros residentes nos EUA, o que é expectável, uma vez que os primeiros pertencem à segunda, terceira ou posteriores gerações nos EUA.

Uma vez que as mulheres têm uma esperança de vida superior à dos homens em quase todas as populações (*Population Reference Bureau* 2001), o maior envelhecimento das populações imigrantes reflete-se também num maior aumento da proporção de mulheres do primeiro quinquénio para o último, em termos relativos, quando comparado com o observado para os lusodescendentes (tabela 3).

Tabela 3. Mulheres entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020

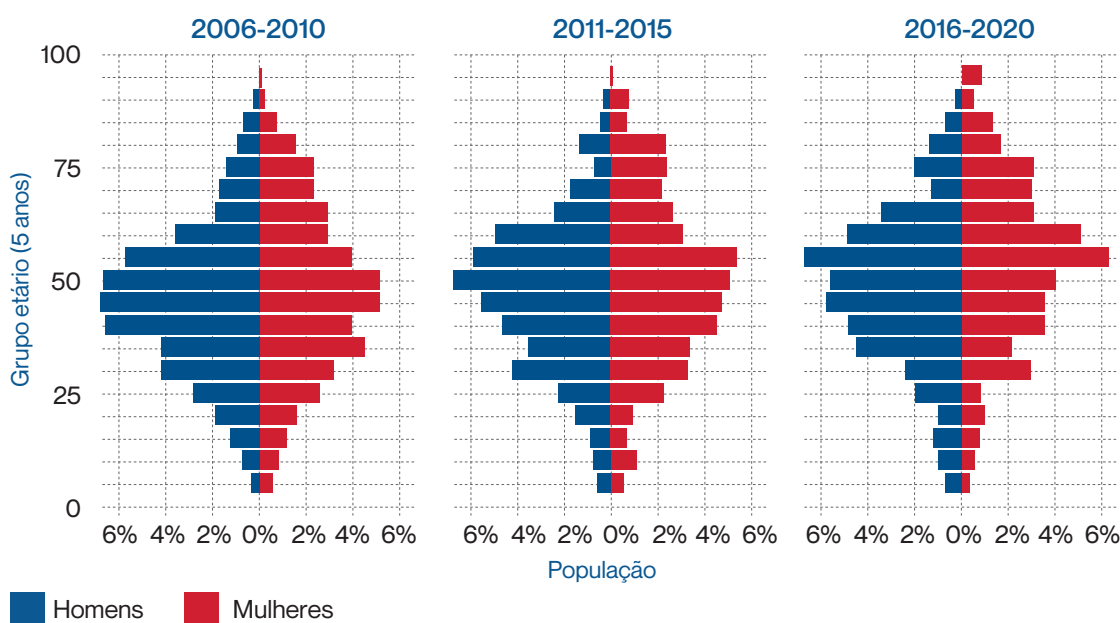
	2006-2010	2011-2015	2016-2020
Imigrantes portugueses	45,76	48,94	46,94
Imigrantes naturalizados	53,80	53,85	54,99
Lusodescendentes falantes de português	52,66	53,19	52,57
Lusodescendentes não-falantes de português	50,89	50,69	51,24
Outros residentes nos EUA	51,01	50,92	50,88

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Na comparação com os outros residentes nos EUA, observam-se diferenças entre os imigrantes portugueses e os naturalizados, nomeadamente um diferente posicionamento da proporção de mulheres: no último quinquénio, enquanto a proporção de mulheres entre os imigrantes portugueses está cerca de 4 p.p. abaixo da observada entre os outros residentes nos EUA, entre os imigrantes naturalizados está mais de 4 p.p. acima.

A análise da evolução da pirâmide da população dos imigrantes portugueses ao longo do tempo (figura 3) ajuda a clarificar algumas observações. Por um lado, a população feminina de imigrantes portugueses registou um duplo envelhecimento: não só aumentou a proporção de mulheres acima dos 65 anos (de 8,92% para 14,11%) como diminuiu a proporção de mulheres com idades inferiores aos 15 anos (de 1,36% para 0,98%). Por outro lado, quando se olha para a proporção de população em idade ativa, observa-se que esta sofreu uma redução quer na população feminina quer na população masculina de imigrantes portugueses, sendo a queda maior na população masculina (de 46,12% para 41,32%). É interessante constatar que, enquanto a proporção de jovens (com idades abaixo dos 15 anos) na população feminina de imigrantes portugueses diminuiu, na população masculina aumentou (de 1,36% para 1,86%).

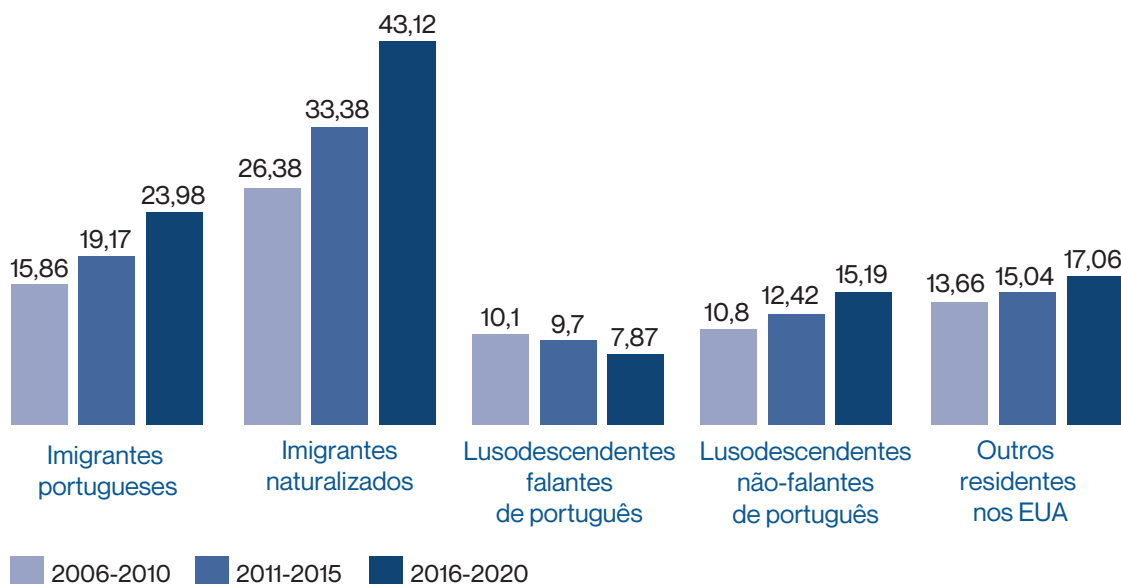
Figura 3. Evolução da estrutura da população dos imigrantes portugueses nos EUA (%), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020



Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

A proporção de indivíduos com 65 e mais anos reforça algumas das observações anteriores, desde logo o envelhecimento das populações de imigrantes – sobretudo dos naturalizados (figura 4). Como seria de esperar, a proporção de seniores no grupo dos lusodescendentes que não fala português é, em todos os períodos, a mais próxima da observada nos outros residentes nos EUA.

Figura 4. Proporção de seniores entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020



Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

No entanto, apesar de a proporção de jovens ser mais baixa no grupo dos lusodescendentes que falam português do que no dos outros residentes nos EUA (11,36% vs. 13,40% em 2016-2020), é, ainda assim, bastante superior à observada para os imigrantes, naturalizados ou não (0,27% e 2,84%, respetivamente) – sendo que estes valores ilustram, mais uma vez, o processo acentuado de envelhecimento dos imigrantes.

Olhando para a evolução da proporção de seniores ao longo do período em análise, esse facto emerge igualmente de forma muito clara: aumentou 63,46% no grupo dos imigrantes naturalizados, e 51,2% no grupo dos imigrantes portugueses. Em contraste, a proporção de seniores no grupo dos lusodescendentes que fala português diminuiu 22,08%. Ou seja, o valor deste indicador é baixo para este grupo no último quinquénio porque tem vindo a diminuir ao longo do tempo, e a divergir da proporção de seniores no grupo dos lusodescendentes que não fala português – no primeiro quinquénio (2006-2010) os valores eram 10,1% e 10,8%, respetivamente.

Uma última nota sobre a evolução da proporção de jovens. Apesar de a população dos lusodescendentes que fala português ser relativamente jovem quando comparada com a dos imigrantes, a proporção de jovens tem vindo a diminuir – como acontece também no grupo dos lusodescendentes que não falam português. Enquanto no primeiro quinquénio a proporção de jovens entre os lusodescendentes (falem ou não português) era superior à dos outros residentes nos EUA, no último quinquénio tal só se continua a verificar para os lusodescendentes que não falam português.



Atendendo à proporção de indivíduos com 65 e mais anos, a população dos lusodescendentes que fala português é a menos envelhecida, mas a proporção de jovens tem vindo a diminuir.

### 5.1. Escolaridade: percentagem com ensino superior (BSc+)

O capital humano, e em particular o nível de escolaridade, é um importante mecanismo de transmissão intergeracional de (des)vantagens socioeconómicas (Tavares 2009), porque está subjacente à maior ou menor mobilidade social (Gregg e Machin 1999). Historicamente, os portugueses que emigravam tinham níveis de escolaridade muito baixos (Baganha 1991), mesmo tendo em conta os reduzidos níveis de escolaridade da população residente em Portugal no século xx e no início do século xxi.

No entanto, dada a expansão da educação, quer em Portugal quer nos EUA, e a relevância das qualificações ao nível do ensino superior no mercado de trabalho, nesta secção analisa-se a percentagem de indivíduos que têm pelo menos quatro anos de *college* – e que assumimos corresponder ao *Bachelor* (BSc) ou qualificações mais elevadas. Denominaremos esse valor como a percentagem de indivíduos com ensino superior.

Olhando para a percentagem de imigrantes portugueses com ensino superior (tabela 4), constata-se que, apesar de esta ser bastante inferior à dos lusodescendentes ou outros residentes nos EUA (e/ou também por isso), é a que apresenta a mais elevada taxa de crescimento do primeiro quinquénio para o último, passando de 6,99% para 11,98% (uma variação de 71,39%). Ou seja, apesar de este valor ser pouco mais de um terço do observado para os outros residentes nos EUA, há convergência ao longo do período. Esta evolução está de acordo com Scott (2009) relativamente à última fase de emigração portuguesa para os EUA, caracterizada por uma presença maior de pessoas com qualificação média e elevada (se bem que aparentemente inferior ao que se passa com outros grupos de imigrantes que chegam aos EUA, como os brasileiros ou os gregos) e na sua maioria oriundas de áreas urbanas.

Por sua vez, os lusodescendentes que falam português têm vindo a distanciar-se quer dos outros americanos que residem nos EUA, quer dos lusodescendentes que não falam português: em 2016-2020, a percentagem de lusodescendentes que falam português que tem pelo menos o BSc é quase 10 p.p. superior à dos outros dois grupos. Este resultado, observado no último quinquénio, resulta de um forte crescimento da percentagem de indivíduos com ensino superior ao longo de todo o período no grupo dos lusodescendentes que falam português – o que não se observa nos outros dois grupos. O crescimento da percentagem de indivíduos com ensino superior não foi homogéneo. Para os grupos dos imigrantes portugueses, em particular, observa-se uma forte quebra na taxa de crescimento da percentagem de indivíduos com ensino superior do segundo para o terceiro quinquénio. Ainda assim, em 2016-2020 a percentagem de imigrantes portugueses com ensino superior é superior à dos imigrantes naturalizados, o que não acontecia em 2006-2010. Pelo contrário, os lusodescendentes que falam português são o grupo onde se observa a taxa de crescimento mais elevada da

percentagem de indivíduos com ensino superior entre o segundo e terceiro quinquênios (23,53%) – o que ajuda a explicar a elevada taxa de crescimento do primeiro para o último quinquênio, superada apenas pelos imigrantes portugueses (55,21% e 71,39%, respetivamente).

Tabela 4. Indivíduos com 18 e mais anos com o ensino superior (BSc+) entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020

	2006-2010	2011-2015	2016-2020
Imigrantes portugueses	6,99	10,66	11,98
Imigrantes naturalizados	8,43	10,02	10,70
Lusodescendentes falantes de português	25,54	32,09	39,64
Lusodescendentes não-falantes de português	22,87	26,12	30,58
Outros residentes nos EUA	25,47	27,11	30,25

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Ainda sobre o elevado nível de escolaridade dos lusodescendentes que falam português, é importante sublinhar que este é um resultado novo. Scott (2009), bem como vários estudos anteriores, referem que o nível de escolaridade dos lusodescendentes está abaixo do nível médio da sociedade americana<sup>12</sup>. Porém, nesses estudos os lusodescendentes não são diferenciados de acordo com falarem ou não português, e os dados usados referem-se a um período anterior ao analisado aqui. De facto, quando se olha para o primeiro quinquênio (2006-2010), vemos que o grupo dos lusodescendentes que não falam português exibe uma percentagem de indivíduos com ensino superior inferior à dos outros residentes nos EUA (22,87% vs. 25,47%), mas a dos lusodescendentes que falam português é muito próxima da dos outros residentes nos EUA (25,54% vs. 25,47%) – e vai, a partir daqui, distanciar-se. Ou seja, é a partir da segmentação entre lusodescendentes falantes e não-falantes de português e sua comparação com a população residente nos EUA que sobressai a maior percentagem de lusodescendentes falantes de português com o ensino superior em 2016-2020 (39,64%).

**Em 2016-2020, 40% dos lusodescendentes que falam português têm ensino superior, uma percentagem quase 10 p.p. acima da observada para os outros residentes nos EUA: um resultado novo.**

Para perceber melhor os elevados níveis de escolaridade dos lusodescendentes que falam português, analisou-se a percentagem de indivíduos com ensino superior, segundo dois grandes grupos etários, 18-64 anos e 65 anos e mais (tabela 5). Como esperado, a percentagem de indivíduos com o ensino superior é consideravelmente mais elevada em todos os grupos para quem está em idade ativa (18-64 anos). Mais interessante é observar que a maior diferença entre os dois grupos etários se regista, precisamente, nos lusodescendentes que falam português: 27,51% dos indivíduos que têm entre 18 e 64 anos vs. 11,73% dos que têm 65 e mais anos (2006-2010). No último quinquênio, 2016-2020, 40,85% dos lusodescendentes em idade ativa que falam português têm ensino superior, mais de 10 p.p. acima da observada para os outros residentes nos EUA. Note-se que este resultado só se observa para a população

<sup>12</sup> E no que respeita à relativa lentidão na evolução dos níveis de instrução formal das sucessivas gerações de portugueses e seus descendentes nos EUA, desenvolveu-se uma ideia inicial que justificava a situação com base em especificidades étnicas e culturais desta população (a valorização do trabalho relativamente à educação, a aposta nas relações e negócios étnicos e familiares...). Isto tem sido desconstruído por estudos recentes (Sá e Borges 2009; Becker 2009; Martins 2009), que demonstram como os constrangimentos materiais e imateriais associados ao contexto (e.g. défice de acesso a boas escolas, falta de orientação para o prolongamento dos percursos escolares, atitudes estereotipadas e desvalorizadoras por parte da comunidade escolar) são, efetivamente, fatores explicativos fundamentais para os défices identificados ao nível da instrução formal, designadamente até ao início do século XX.

em idade ativa, não se observando para a população mais velha. As percentagens mais elevadas de indivíduos com ensino superior entre os lusodescendentes que falam português face aos que não falam, considerando o grupo etário, sugere que o bilinguismo favorece as condições para que tal aconteça. Poderá dizer-se assim que, em linha com Scott (2009), se observam processos importantes de mobilidade social entre os lusodescendentes, sobretudo dos que falam português.

Tabela 5. Indivíduos com 18 e mais anos com o ensino superior entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), por grupo etário, 2006-2010, 2011-2015 e 2016-2020

	2006-2010		2011-2015		2016-2020	
	18-64	65+	18-64	65+	18-64	65+
Imigrantes portugueses	8,03	1,75	12,64	2,72	14,96	3,05
Imigrantes naturalizados	10,45	2,83	12,48	5,17	14,43	5,83
Lusodescendentes falantes de português	27,51	11,73	33,93	17,98	40,85	26,64
Lusodescendentes não-falantes de português	24,38	13,39	27,44	18,96	32,25	23,22
Outros residentes nos EUA	26,56	20,80	27,78	24,14	30,76	28,31

Nota: As seguintes diferenças não são estatisticamente significativas, com um nível de confiança de 95%: imigrantes portugueses e naturalizados, 18-64 anos, nos quinquênios 2011-2015 e 2016-2020.

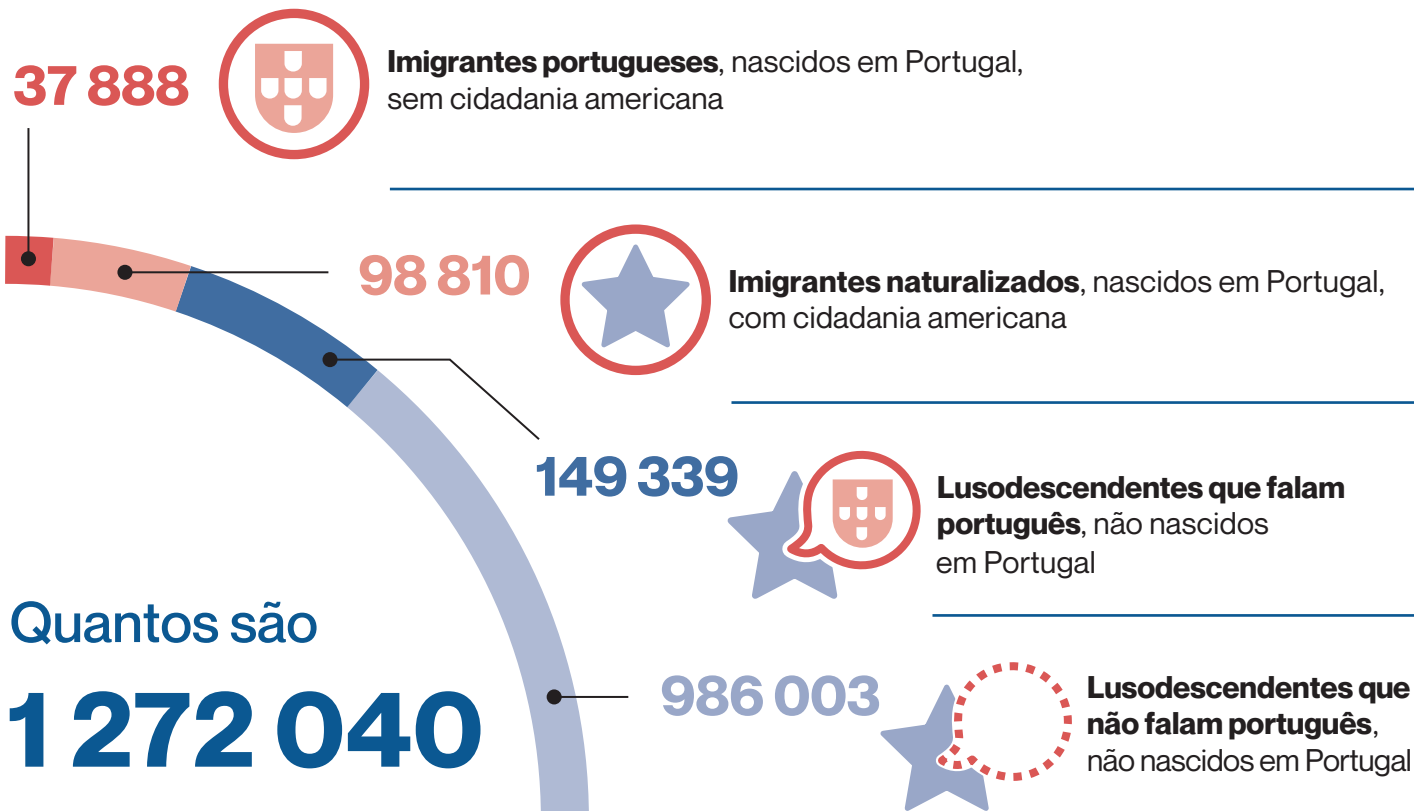
Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Apesar de a percentagem dos indivíduos com ensino superior em idade ativa ter subido muito mais, em termos relativos, nos grupos dos imigrantes portugueses e naturalizados, é ainda menos de metade da dos lusodescendentes que não falam português ou da dos outros residentes nos EUA. É de notar, no entanto, a aproximação da percentagem dos indivíduos com ensino superior em idade ativa entre os imigrantes portugueses e os naturalizados.

Olhando especificamente para os indivíduos em idade ativa, e analisando a percentagem de indivíduos com ensino superior separadamente para mulheres e homens, encontram-se diferenças de género interessantes. É um facto empírico quase universal que, nas sociedades ocidentais, as mulheres têm níveis de escolaridade mais elevados do que os homens, o que se reflete numa percentagem mais elevada da população com o ensino superior (Stoet e Geary 2020). Como tal, não é surpresa encontrar esse resultado em todos os grupos. Mais interessante é constatar que essa diferença é particularmente acentuada no grupo dos lusodescendentes que falam português: no último quinquénio, a percentagem de mulheres está mais de 5 pontos percentuais acima da registada para os homens. Mais de 40% das mulheres lusodescendentes que falam português têm ensino superior, uma percentagem mais de 10 pontos percentuais acima da observada para as outras mulheres residentes nos Estados Unidos.

# Quem são

A comunidade portuguesa e de proximidade lusa nos Estados Unidos somava quase 1,3 milhões de pessoas com cinco e mais anos em 2016-2020, divididas em quatro grupos



Quantos são

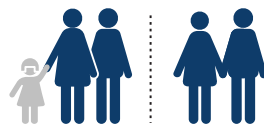
**1 272 040**

Número de imigrantes e lusodescendentes com cinco e mais anos nos EUA em 2016-2020

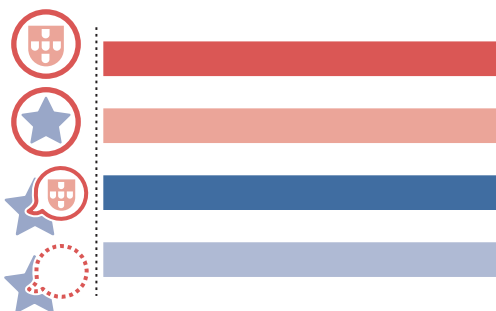
**0,4%**

É quanto os imigrantes e lusodescendentes representam no total da população dos EUA

## Com quem vivem



A maioria vive em famílias formadas com base no casal





## EVOLUÇÃO

A população diminuiu em três dos grupos

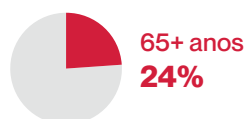
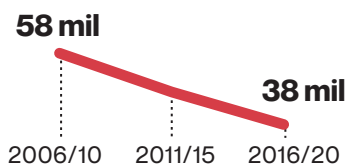
## IDADE

Há mais idosos entre os imigrantes

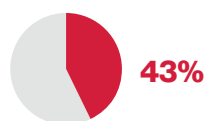
## ESCOLARIDADE

População com 18+ anos com ensino superior

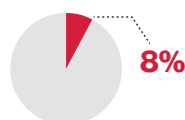
47% 53%



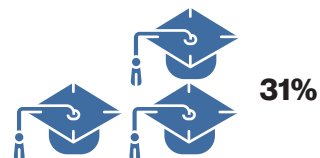
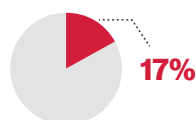
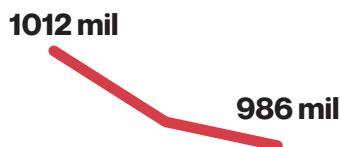
55% 45%



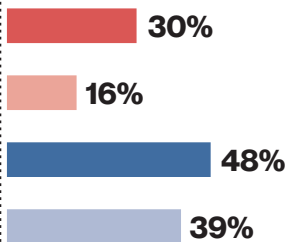
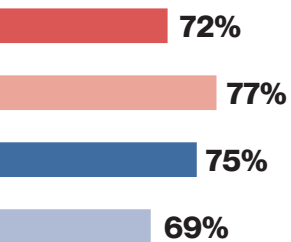
53% 47%



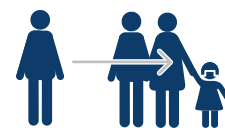
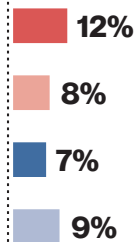
51% 49%



Viver com filhos (<18 anos) é mais comum entre lusodescendentes



Poucos vivem com outros familiares que não sejam filhos ou cônjuge



Dimensão média das famílias



---

## 6. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes: onde estão?

---

**Nachatter Singh Garha e Jorge Malheiros**

### 6.1. Os ciclos migratórios e os espaços de fixação originais

Como mencionado na secção 2, a atual distribuição da população portuguesa nos EUA é o resultado de diferentes ciclos de imigração provenientes de Portugal continental e dos seus arquipélagos atlânticos (Açores e Madeira) que, tendo início nas primeiras décadas do século XIX e prolongando-se até aos dias de hoje, são caracterizados por níveis de maior e menor intensidade. Exemplificando, se nos últimos decénios de oitocentos e no primeiro de 1900 a intensidade é elevada, nos 30 anos que decorrem entre 1920 e os finais de 1950 verifica-se uma atenuação relevante no fluxo, que volta a recrudescer em finais do decénio de 1950.

Historicamente, as principais áreas de fixação de portugueses nos EUA foram Massachusetts, Califórnia e Havai. Até 1910, o fluxo migratório português era composto, em grande parte, por jovens adultos não qualificados provenientes das ilhas dos Açores e da Madeira. Na altura da sua chegada, tinham menos recursos económicos, taxas de alfabetização mais baixas e uma maior concentração na base da estrutura socioprofissional, quando comparados com outros grupos de imigrantes instalados nos EUA (Baganha 1991). As três áreas de fixação atrás referidas ofereciam oportunidades económicas muito diferentes aos recém-chegados, o que afetava o seu estatuto socioeconómico e a sua distribuição espacial nos Estados Unidos.

No final do século XIX e início do século XX, o estado de Massachusetts, na região da Nova Inglaterra, era o núcleo da indústria têxtil dos EUA. Inicialmente, em meados do século XX, a indústria têxtil atraía trabalhadores não qualificados da Irlanda e do Canadá. Na década de 1880, um grande número de trabalhadores indiferenciados da Polónia, Itália, Grécia e outros países da Europa de Leste vieram também para Massachusetts em busca de emprego na indústria têxtil. Contrariamente a esta tendência, os portugueses chegaram inicialmente a este estado como tripulantes das frotas baleeira e comercial no início do século XIX. Na década de 1880, tal como outros novos grupos de imigrantes, os portugueses beneficiaram da abertura de oportunidades de emprego pouco qualificado nas fábricas têxteis da região (Baganha 1991). A disponibilidade de empregos não qualificados ou semiquilificados no setor têxtil permitiu-lhes instalarem-se permanentemente em Massachusetts e nos estados vizinhos de Rhode Island e Connecticut. Estes assentamentos iniciais funcionaram como centros de atração para novos imigrantes portugueses que começaram a crescer a um ritmo acelerado até à travagem resultante das restrições impostas pelos EUA à imigração em inícios dos anos 20 do século passado. Após 1958, a imigração portuguesa para os EUA voltou a conhecer uma intensificação que, inicialmente, beneficiou das condições excecionais

favoráveis criadas pelo *Azorean Refugee Act*, de 1957-58, posteriormente ampliada pelo alargamento das quotas imigratórias atribuídas a europeus e asiáticos. Como consequência, uma nova onda de imigração de Portugal, com uma forte componente açoriana, mas de modo algum exclusiva, chegou ao sudeste do Massachusetts.

Por outro lado, os imigrantes portugueses chegaram à Califórnia em meados do século XIX, vindos das ilhas dos Açores. Muitos vieram para a Califórnia para trabalhar nas indústrias pesqueira e agrícola, e instalaram-se no Vale de San Joaquin e em cidades como San Francisco e San José. As terras disponíveis, mesmo a preços baixos, não eram imediatamente acessíveis para a maioria dos imigrantes portugueses. Mesmo assim, através de um processo de arrendamento seguido de compra, os portugueses conseguiram ganhar uma posição em dois ramos da agricultura: a horticultura e a produção leiteira (Baganha 1991). Esta capacidade de comprar terras permitiu-lhes instalarem-se permanentemente e estes assentamentos iniciais abriram o caminho a novos imigrantes, que foram frequentemente contratados pelos seus compatriotas nas fases iniciais do seu estabelecimento. Durante o último século, estabeleceram uma grande e próspera comunidade luso-americana na Califórnia, com um rico património cultural e histórico que inclui contribuições para a pesca, agricultura e indústrias culturais do estado.

O Havá foi a terceira maior área de instalação com um fluxo constante de imigrantes ocorrido no último quartel do século XIX e no primeiro decénio do século XX, sobretudo proveniente dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. A chegada de muitos imigrantes a este estado baseou-se num sistema de trabalho contratado que refletia tanto as necessidades da economia do açúcar como o desejo da elite política havaiana de travar o crescimento do elemento oriental (população chinesa) nas ilhas (Freitas 1930). Desde o início, este fluxo migratório português diferia substancialmente dos fluxos migratórios para o continente dos EUA, tendo sido subsidiado pelos plantadores de açúcar e pelo governo, envolvendo o contrato, normalmente, toda a unidade familiar. As oportunidades de trabalho no Havá eram também substancialmente diferentes das existentes em outros locais, sendo a maioria dos imigrantes recrutados como trabalhadores agrícolas contratados ao abrigo do programa de “passagem livre”. Este programa cessou em 1913, situação que conduziu à redução das chegadas de imigrantes portugueses para valores sem significado numérico, o que implicou, ao contrário do verificado nas outras duas grandes áreas de fixação tradicional (estados da Nova Inglaterra e Califórnia), uma maior cristalização da comunidade de origem portuguesa neste arquipélago norte-americano do Pacífico. Efetivamente, a população de origem portuguesa no estado do Havá é, quase na sua totalidade, composta por lusodescendentes que não falam português, embora mantenham vivas muitas tradições e práticas culturais e religiosas de matriz lusa e continuem a envolver-se em estruturas associativas que remetem para os locais de origem dos seus ancestrais.

## 6.2. Alterações recentes nas principais áreas de residência dos imigrantes e lusodescendentes, 2006-2010 e 2016-2020

Nas últimas décadas, para além dos destinos fundamentais que se acabam de apresentar, a população imigrante e lusodescendente portuguesa nos Estados Unidos começou a evidenciar tendências de maior dispersão territorial, começando a emergir novos espaços de fixação. De acordo com os dados recentes do ACS, 2016-2020, a comunidade portuguesa e de proximidade lusa nos EUA diminuiu de 1,31 milhões em 2006-2010 para 1,27 milhões em 2016-2020; no entanto, estes estavam presentes em todos os estados americanos (figura 5<sup>13</sup>). Ao nível estadual, a Califórnia registava o maior número de imigrantes e lusodescendentes (309,96 mil), seguida de Massachusetts (258,23 mil), Rhode Island (81,69 mil), Flórida (78,87 mil), Nova Jérсия (72,31 mil) e Havai (47,04 mil). Pelo contrário, os estados do Dacota do Sul e do Dacota do Norte tinham o menor número de imigrantes e lusodescendentes na sua população.

Durante a última década, a dimensão da população portuguesa diminuiu na Califórnia (-35,89 mil, 10,38%), Massachusetts (-30,69 mil, 10,62%), Rhode Island (-11,61 mil, 12,45%) e Havai (-10,05 mil, 17,62%). Entre os estados com maior número de portugueses, Nova Jérсия registou o menor declínio, de -479 pessoas. Pelo contrário, a população portuguesa aumentou na Flórida (+14,82 mil, 23,13%), no Texas (+9,34 mil, 37,82%), na Pensilvânia (+4,66 mil, 29,84%) e na Carolina do Sul (+4,47 mil, 99,42%). Esta tendência mostra que os estados onde se fixou a maioria da população portuguesa ao longo dos séculos XIX e XX estão a perder alguma da sua importância, verificando-se uma diminuição destes residentes devido a causas naturais (mortalidade associada a envelhecimento e não reposição das gerações) ou migração para outros estados, com destaque para a Flórida e, em menor grau, o Texas.

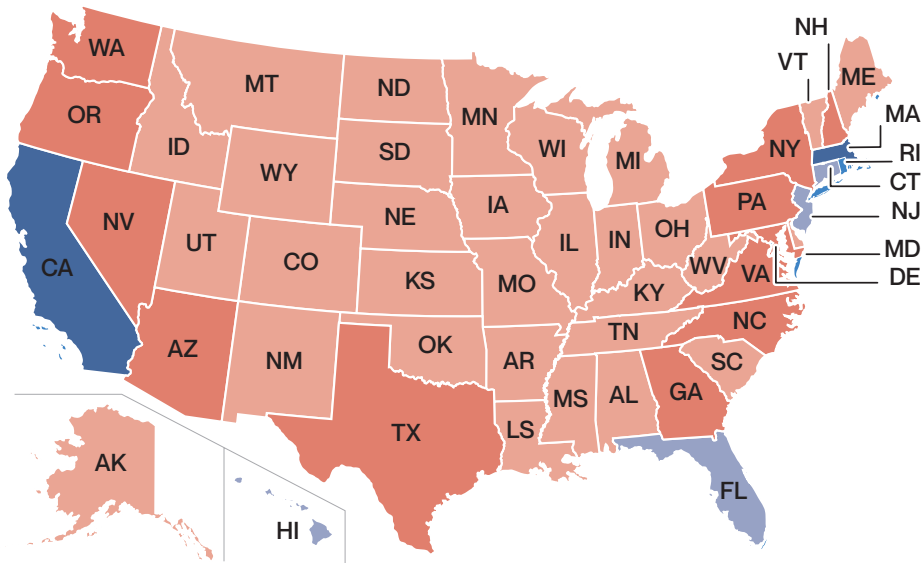
A população portuguesa e lusodescendente está presente em todos os estados dos Estados Unidos no período de 2016-2020.

<sup>13</sup> Os mapas apresentados seguem a seguinte codificação dos estados norte-americanos: Alabama (AL), Alasca (AK), Arizona (AZ), Arkansas (AR), Califórnia (CA), Colorado (CO), Connecticut (CT), Delaware (DE), Distrito de Columbia (DC), Flórida (FL), Geórgia (GA), Havai (HI), Idaho (ID), Kansas (KS), Kentucky (KY), Luisiana (LA), Maine (ME), Maryland (MD), Massachusetts (MA), Michigan (MI), Minnesota (MN), Mississippi (MS), Missouri (MO), Montana (MT), Nebraska (NE), New Hampshire (NH), Nova Jérсия (NJ), Novo México (NM), Nova Iorque (NY), Carolina do Norte (NC), Dacota do Norte (ND), Ohio (OH), Oklahoma (OK), Oregon (OR), Pensilvânia (PA), Porto Rico (PR), Rhode Island (RI), Carolina do Sul (SC), Dacota do Sul (SD), Tennessee (TN), Texas (TX), Utah (UT), Vermont (VT), Virgínia (VA), Washington (WA), Virgínia Ocidental (WV), Wisconsin (WI), Wyoming (WY).

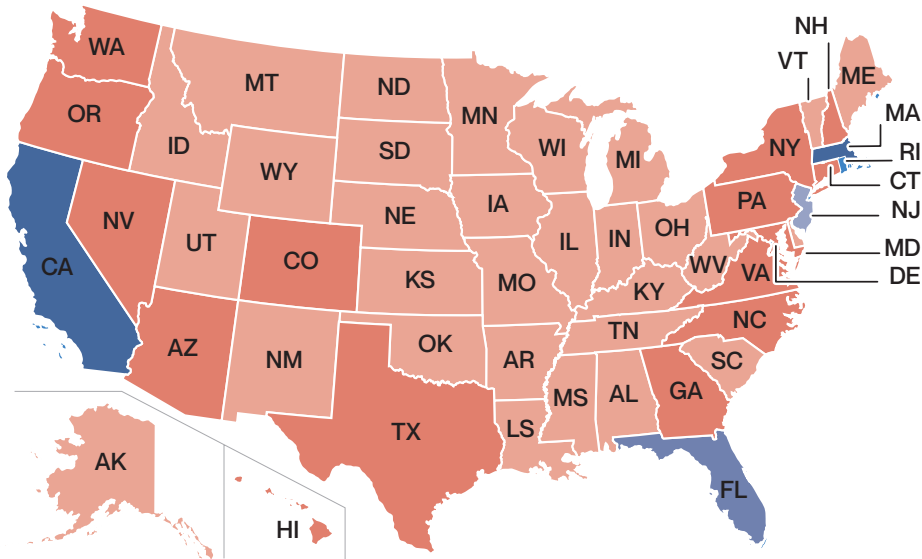


Figura 5. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes nos EUA por estado (n.º), 2006-2010 e 2016-2020

2006-2010



2016-2020



População ('000) 0-10 10-50 50-75 75-150 150-370

Fonte: microdados do American Community Survey. Cálculos dos autores.

Os imigrantes e lusodescendentes estão territorialmente mais concentrados nos estados da Califórnia e do Massachusetts, havendo ainda uma presença assinalável em Rhode Island, Nova Jérсия e Flórida, estados onde o crescimento nas últimas décadas tem sido considerável.

### 6.3. A distribuição geográfica dos imigrantes e lusodescendentes

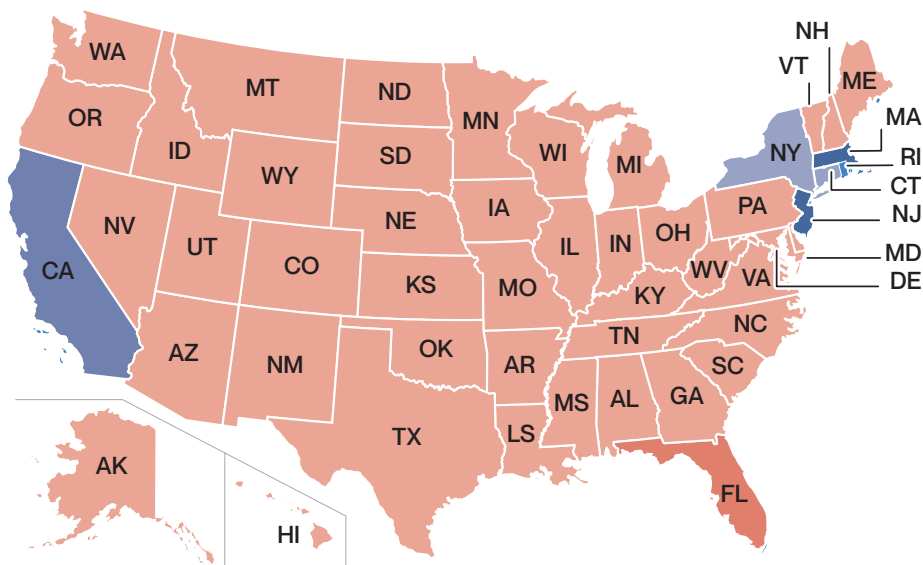
#### **Imigrantes portugueses**

Começando pelo grupo mais pequeno em termos de volume populacional, o dos imigrantes portugueses (figura 6), destaca-se uma distribuição muito concentrada nos estados de Massachusetts (11,34 mil), Nova Jérсия (6,93 mil), Califórnia (5,19 mil), Rhode Island (3,49 mil) e Nova Iorque (3,11 mil).

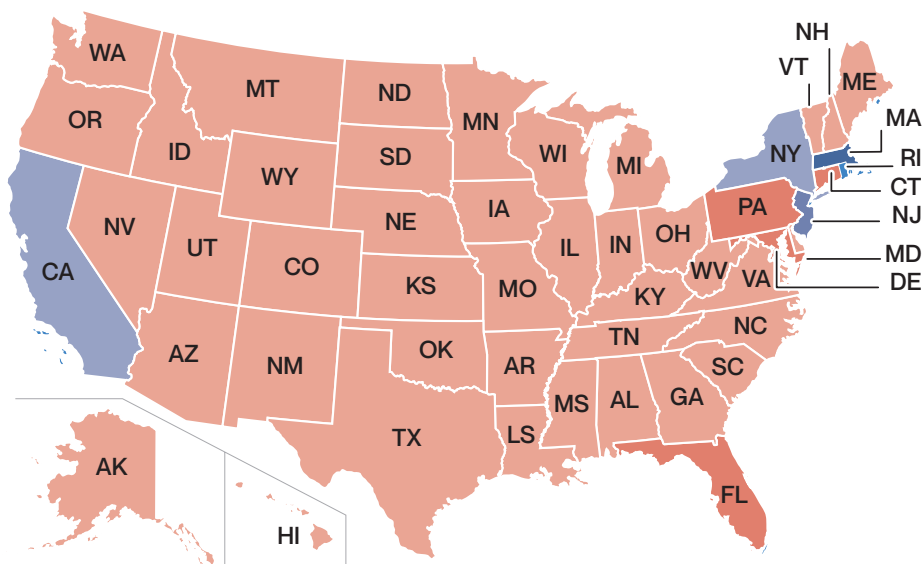
Este é também o grupo em que o declínio é mais acentuado no período estudado: de 57,6 mil em 2006-2010 para 37,88 mil em 2016-2020 (-34,21%). Esta redução, verificada no período de uma década, poderá explicar-se pela conjugação da diminuição das entradas com a progressiva naturalização dos imigrantes portugueses. Por outro lado, o declínio dos imigrantes portugueses poderá também ter como motivos os efeitos de saída da população, quer através do seu regresso a Portugal, quer por via do efeito da mortalidade (relembra-se que este é o segundo subgrupo mais envelhecido dos quatro em análise, após os imigrantes naturalizados). Para o decréscimo global deste grupo concorrem perdas populacionais mais acentuadas em todos os estados de fixação tradicional, designadamente Nova Jérсия (-6,84 mil), Massachusetts (-4,37 mil), Connecticut (-2,61 mil), Nova Iorque (-2,18 mil), Rhode Island (-1,82 mil) e Califórnia (-1,43 mil). Esta quebra não ocorre sem ganhos populacionais em alguns estados, embora bastante menos expressivos: Carolina do Sul (+0,4 mil) e Texas (+0,2 mil) (figura 6). Esta evidência de pequenos aumentos em certos estados do sul dos EUA parece confirmar algumas mudanças de residência em direção a estes espaços, algo já referido anteriormente. Em suma, o grupo dos imigrantes portugueses parece, assim, ter um volume de entradas inferior ao das saídas, registando um importante declínio.

Figura 6. Distribuição dos imigrantes portugueses nos EUA por estado (n.º), 2006-2010 e 2016-2020

2006-2010



2016-2020



População ('000) 0-1 1-3 3-6 6-9 9-16

Fonte: microdados do American Community Survey. Cálculos dos autores.

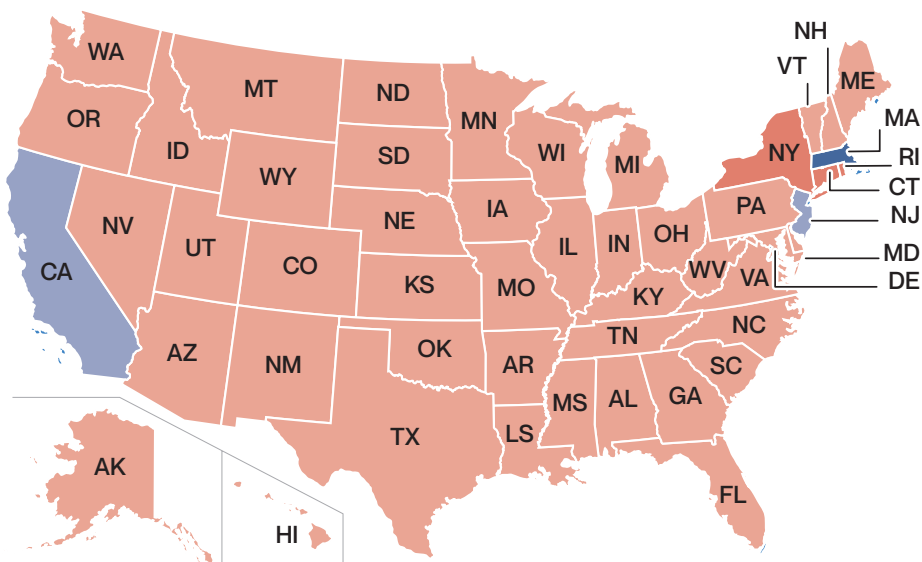
### Imigrantes naturalizados

Passando aos imigrantes naturalizados, em 2016-2020, a sua localização privilegiava sobretudo os estados de Massachusetts (34,49 mil), Nova Jérсия (18,55 mil), Califórnia (14,09 mil), Rhode Island (10,61 mil) e Flórida (5,48 mil). O número de imigrantes naturalizados diminuiu de 102,26 mil em 2006-2010 para 98,81 mil em 2016-2020 (-3,38%) (figura 7). Os maiores declínios tiveram lugar na Califórnia (-3,06 mil), em Nova Iorque (-2,75 mil) e no Connecticut (-1,91 mil). Neste grupo, regista-se um crescimento mais expressivo nos estados da Flórida (+1,83 mil) e de Rhode Island (+0,94 mil), o que atesta um movimento de dispersão geográfica que acompanha o de outras populações nos EUA e que favorece o Sul, onde se localiza a Flórida. Ainda que registando também uma tendência para o decréscimo, o grupo dos imigrantes naturalizados parece resistir

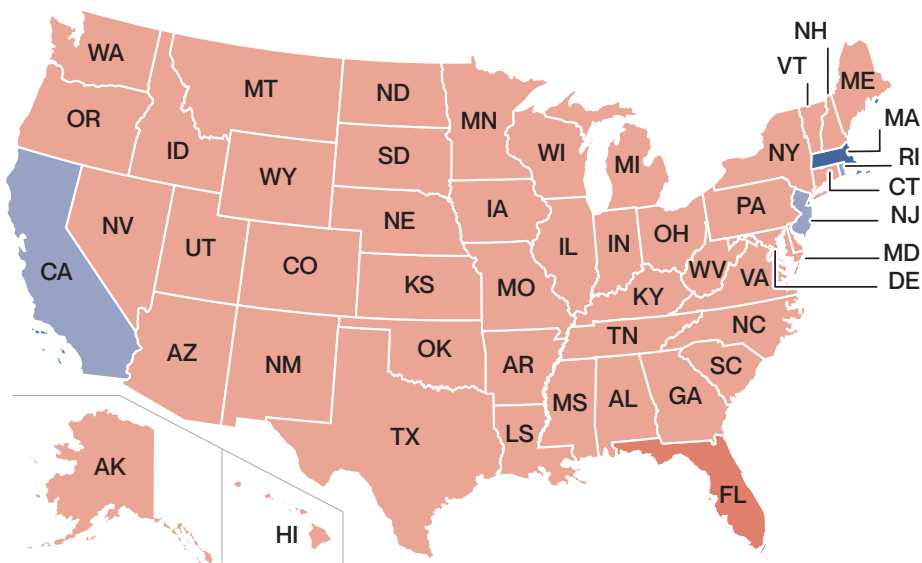
melhor aos efeitos do tempo do que o grupo dos imigrantes portugueses, possivelmente porque o primeiro se vai formando precisamente a partir do grupo dos imigrantes portugueses que, entretanto, se naturalizaram.

Figura 7. Distribuição dos imigrantes naturalizados nos EUA por estado (n.º), 2006-2010 e 2016-2020

2006-2010



2016-2020



População ('000) 0-5 5-10 10-20 30-35

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

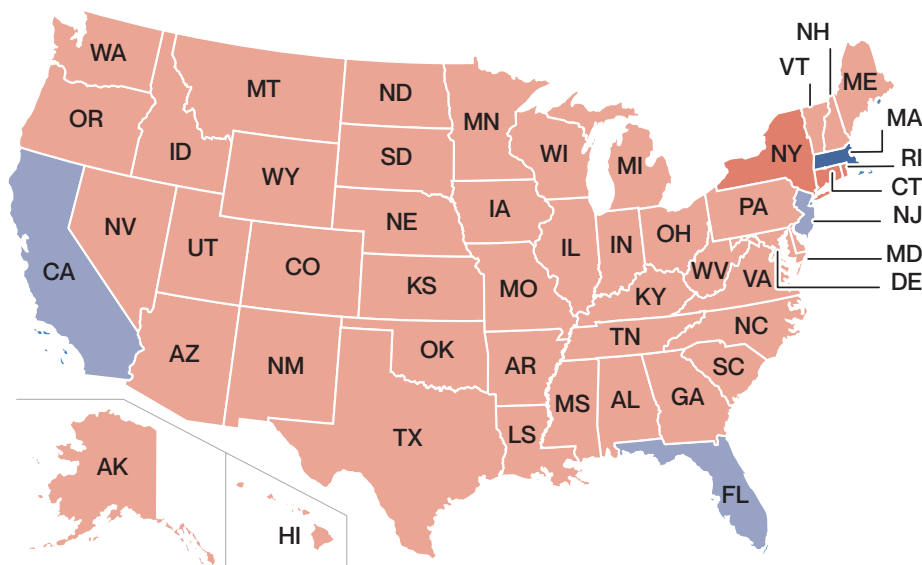
### Lusodescendentes que falam português

O grupo constituído pelos lusodescendentes que falam português (figura 8) é o único a observar um crescimento populacional ao longo da última década: +3,35 mil pessoas, tendo passado de 145,99 mil em 2006-2010 para 149,34 mil em 2016-2020 (+2,29%). Este grupo concentra-se sobretudo nos estados de Massachusetts (35,36 mil), Califórnia (21,18 mil), Flórida (19,45 mil), Nova Jérсия (17,43 mil) e Nova Iorque (9,44 mil) (figura 8). No período mais recente, apenas não tem representação no Dakota do Norte. Este

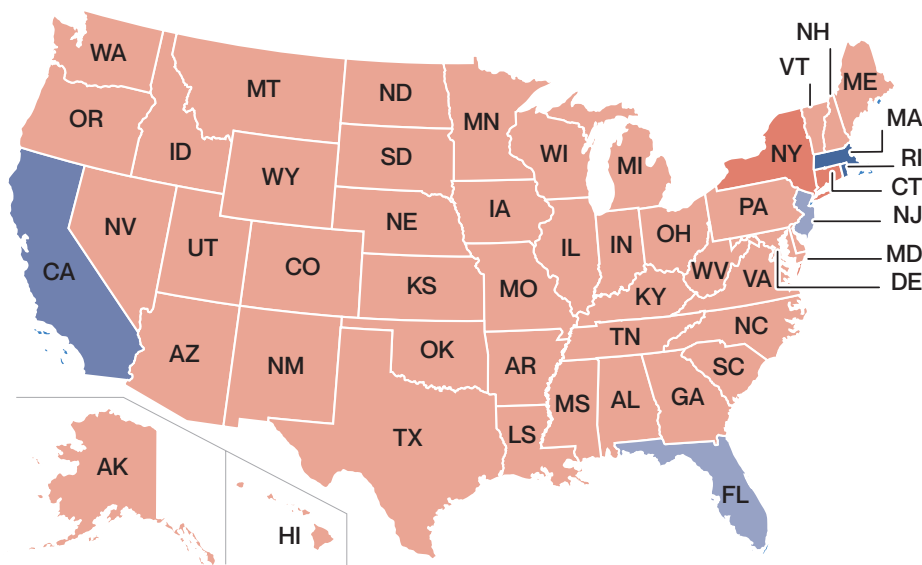
incremento remete para estruturas demográficas mais dinâmicas, eventualmente resultado de níveis de fecundidade mais elevados, como de alguma forma atestou a análise das estruturas demográficas efetuada na secção 5.

Figura 8. Distribuição dos lusodescendentes que falam português nos EUA por estado (n.º), 2006-2010 e 2016-2020

2006-2010



2016-2020



População ('000) 0-5 5-10 10-20 20-30 30-44

Fonte: microdados do American Community Survey. Cálculos dos autores.

Os maiores crescimentos registaram-se nos estados da Flórida (+8,12 mil), Texas (+1,83 mil), Georgia (+1,29 mil) e Nova Iorque (+1,09 mil), demonstrando, neste caso de modo mais expressivo, uma tendência para maior dispersão geográfica dos descendentes de portugueses, que aparece associada a um crescimento do estabelecimento de residências em estados do Sul e Sudeste. O facto de este grupo populacional diminuir em diversos estados de fixação tradicional dos portugueses nos EUA, designadamente

Massachusetts (-7,96 mil), Rhode Island (-3,04 mil), Connecticut (-2,91 mil), Califórnia (-1,63 mil) e Nova Jérсия (-1,08 mil), confirma também esta lógica de maior dispersão territorial.

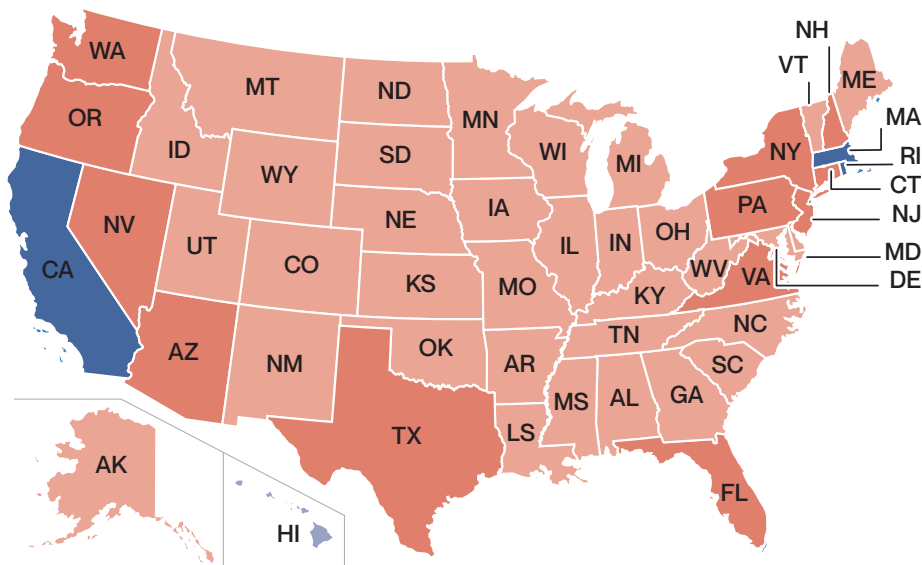
### **Lusodescendentes que não falam português**

Por último, o grupo com maior volume, o dos lusodescendentes que não falam português, está representado em todos os estados norte-americanos (figura 9). Como grupo mais consolidado e mais distante das vagas migratórias diretas, reflete de modo mais claro a história da imigração portuguesa para os EUA, emergindo os estados da Califórnia (269,5 mil), Massachusetts (177,04 mil), Rhode Island (60,45 mil), Flórida (52,28 mil) e Havai (46,46 mil), como os de maior fixação.

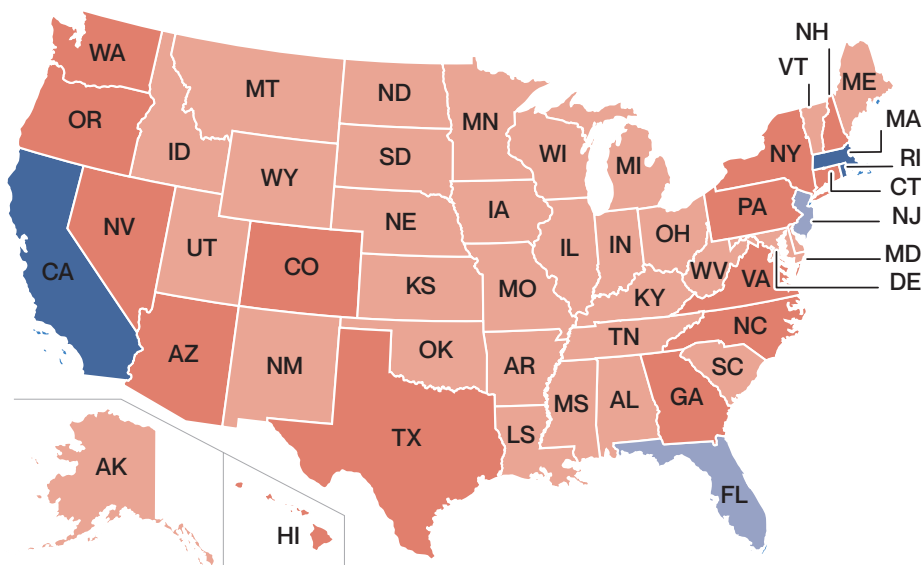
Este grupo perdeu população na última década: -26,19 mil pessoas, tendo passado de cerca de 1,01 milhões em 2006-2010 para 0,99 milhões de pessoas, em 2016-2020 (-2,58%). Isto não constitui propriamente uma surpresa, porque, tratando-se do grupo que possui mais indivíduos com menor proximidade a Portugal, parece normal que a mortalidade de alguns dos mais idosos acabe por não ser de todo compensada (os seus descendentes têm uma probabilidade de mistura étnica cada vez mais acentuada, não se identificando ou não remetendo para as raízes portuguesas). Relativamente à distribuição geográfica, os estados que perderam mais população correspondem àqueles que registam maiores volumes populacionais (figura 9). A Califórnia perdeu 29,77 mil lusodescendentes não-falantes de português, o Massachusetts 17,94 mil, o Havai 10,08 mil e Rhode Island 7,69 mil residentes. Ainda que os ganhos populacionais não compensem as perdas, alguns estados registaram um crescimento assinalável: Texas (+7,33 mil), Nova Jérсия (+6,80 mil), Flórida (+4,96 mil), Pensilvânia (+4,01 mil), Carolina do Norte (+3,93 mil) e Carolina do Sul (+3,54 mil). Estas tendências são ainda mais elucidativas no que respeita ao processo de dispersão territorial dos lusodescendentes e às suas linhas orientadoras. Por um lado, ocorre uma redução da presença nos estados de fixação mais tradicional de portugueses. Por outro, há um reforço da presença nos estados do Sul e Sudeste (Texas, Carolina do Sul e Flórida), sendo que, no último caso, a deslocação de aposentados poderá ter algum peso, como já mencionava Scott em 2009. Finalmente, Nova Jérсия é o estado de fixação tradicional que continua a manter-se atrativo para este grupo, o que pode relacionar-se com eventuais vantagens na oferta residencial (preços do imobiliário menos elevados), uma maior dinâmica das redes de portugueses em localidades como Newark e a emergência de lógicas de suburbanização relativamente a Nova Iorque. Tudo isto carece de uma confirmação mais detalhada, que justificaria a elaboração de futuros estudos sobre mobilidade residencial efetiva dos portugueses a nível local.

Figura 9. Distribuição dos lusodescendentes que não falam português nos EUA por estado (n.º), 2006-2010 e 2016-2020

2006-2010



2016-2020



População ('000) 0-10 10-50 50-75 150-325

Fonte: microdados do American Community Survey. Cálculos dos autores.

Uma nota baseada na apreciação conjunta dos mapas de distribuição dos quatro grupos aponta para uma tendência de dispersão geográfica progressiva da população de origem portuguesa nos EUA. Efetivamente, enquanto os imigrantes não naturalizados estão mais concentrados em alguns estados e ausentes em diversos outros, já o grupo dos lusodescendentes que não falam português e supostamente aquele que integra os indivíduos com uma presença ancestral mais consolidada nos EUA<sup>14</sup> não só evidencia novos estados de “concentração”, designadamente a Flórida, como se dispersa por todo o território americano. Refira-se que o grupo de lusodescendentes que falam português apresenta um padrão geográfico com bastantes semelhanças relativamente ao dos outros lusodescendentes.

<sup>14</sup> A importância do Havai neste grupo ilustra bem esta situação.

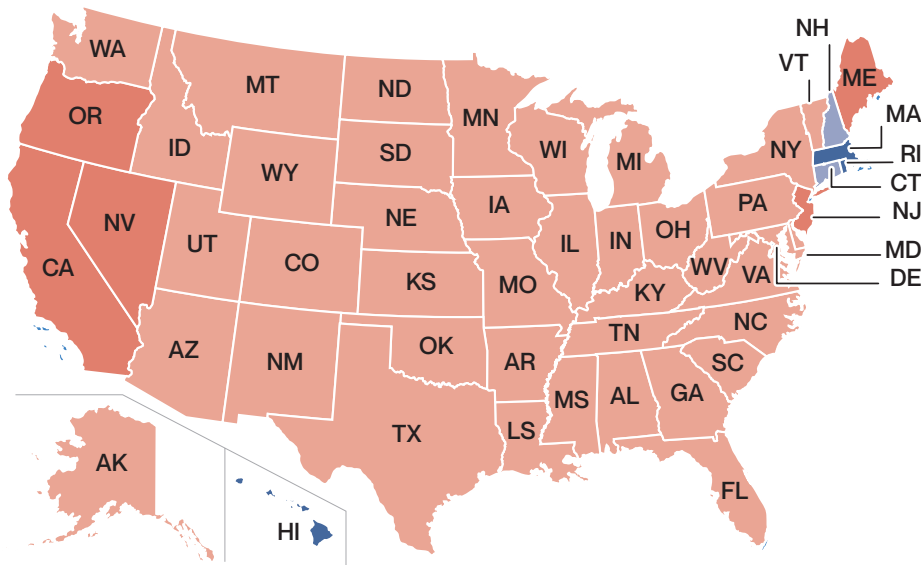
## 6.4. Peso dos imigrantes e dos lusodescendentes que falam português na população residente nos EUA

Ao nível nacional, a percentagem da população com vínculos a Portugal no total da população dos EUA era de 0,46% em 2006-2010, tendo diminuído para 0,41% em 2016-2020. No entanto, devido à distribuição desigual acima descrita, em alguns dos estados, o peso relativo dos imigrantes e lusodescendentes era bastante mais elevado do que noutros. Em 2006-2010, Rhode Island encabeçava a lista com 9,35%, seguido por Massachusetts (4,73%), Havai (4,73%), New Hampshire (1,5%) e Connecticut (1,41%). Por oposição, os estados de Minnesota, Dakota do Sul e Wisconsin tinham as proporções mais baixas da comunidade portuguesa e de proximidade lusa (0,05%) nos residentes totais (figura 10). Em 2016-2020, o peso dos imigrantes e lusodescendentes na população residente nos EUA tinha diminuído em Rhode Island, Massachusetts e Havai para 8,14%, 3,96% e 3,53%, respetivamente. Isto poderá estar associado à conjugação de diferentes fatores, nomeadamente a redução do número de novos imigrantes portugueses, o efeito da mortalidade ou a emigração de lusodescendentes (sem que ocorra a sua substituição na população), ou mesmo o maior aumento das migrações de outras nacionalidades, que implica a redução do peso relativo da comunidade portuguesa de proximidade lusa. Em contraste, a Flórida é um dos estados onde esta percentagem aumentou, tendo passado de 0,37% em 2006-2010, para 0,39% em 2016-2020. Isto dever-se-á, principalmente, ao crescimento do número de imigrantes e lusodescendentes provenientes de outros estados, designadamente aqueles que constituíam os espaços de fixação tradicional na costa leste dos EUA. Apesar de ser o estado com mais residentes com ligações a Portugal nos EUA, estes correspondem apenas a 0,84% da população total da Califórnia (figura 10). Esta percentagem diminuiu entre 2006-2010 e 2016-2020, possivelmente devido ao efeito conjugado da redução do efetivo populacional de origem portuguesa e do crescimento dos grupos de outras origens, como os provenientes da América Latina.

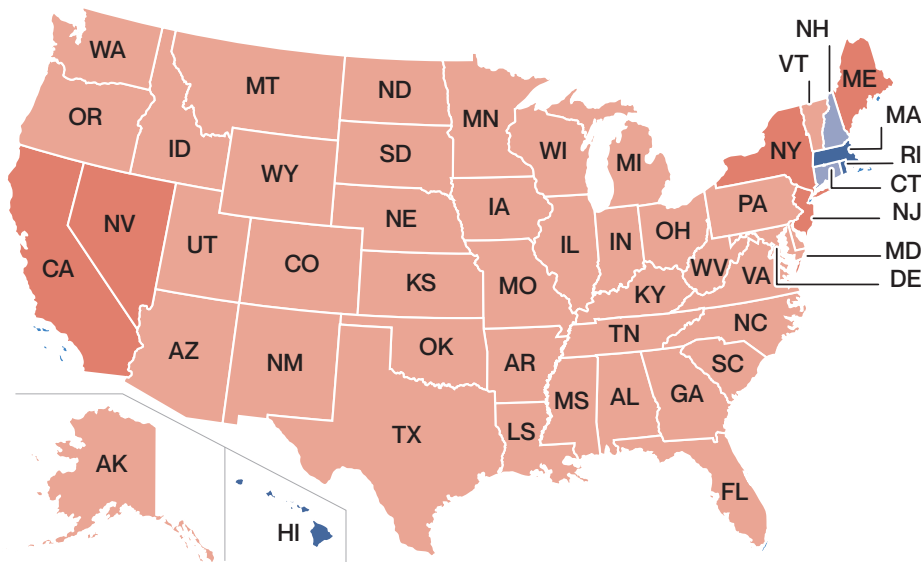


Figura 10. Imigrantes e lusodescendentes na população residente nos EUA por estado (%), 2006-2010 e 2016-2020

2006-2010



2016-2020



População (%) 0-0,5 0,5-1 1-2 2-4 4-10

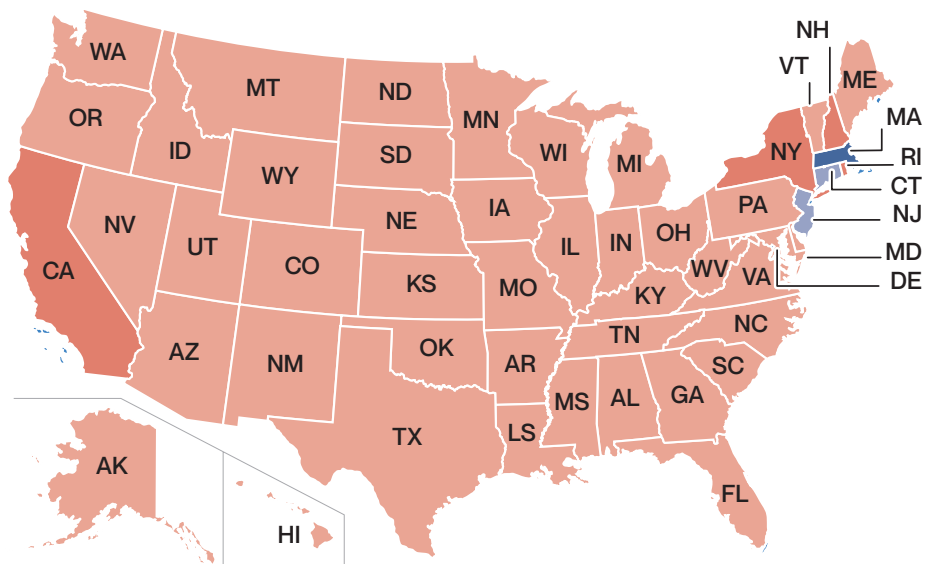
Fonte: microdados do American Community Survey. Cálculos dos autores.

Um enfoque no peso relativo dos imigrantes e lusodescendentes que falam português na população residente nos EUA (figura 11), grupos que à partida terão uma relação mais intensa com Portugal, uma vez que dominam a língua portuguesa, mostra que, em 2016-2020, Rhode Island surge no topo da lista, com um valor de 2,52%. Seguem-se Massachusetts (1,54%), Nova Jérсия (0,62%) e o Connecticut (0,61%). Isto mostra que, apesar da redução observada, continua a ser nos destinos tradicionais que a proporção de população de naturalidade portuguesa e de origem portuguesa com maior afinidade com o país de origem regista maior significado, o que pressupõe que as redes migratórias da comunidade continuam a desempenhar um papel na indução do movimento, mesmo que este pareça estar a sofrer uma erosão progressiva. De resto,

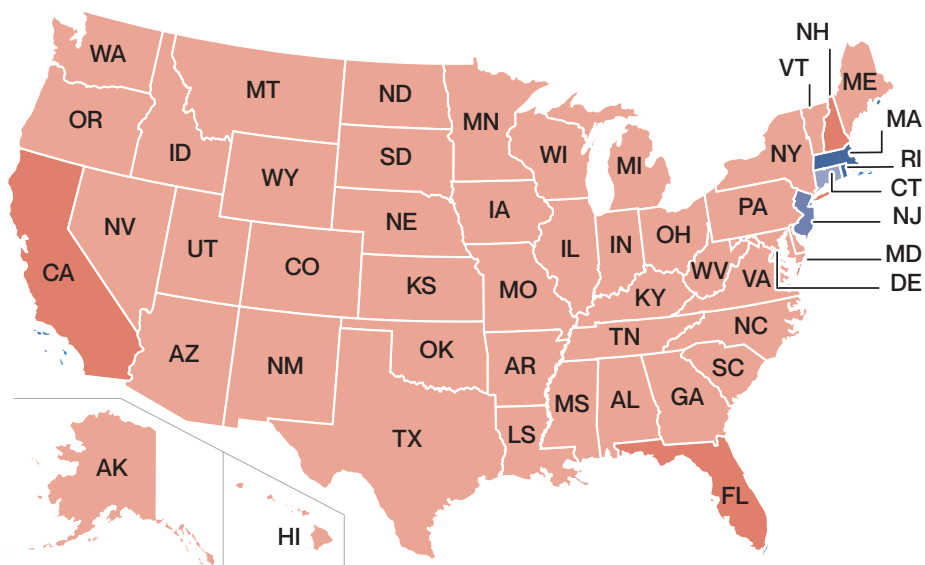
esta análise ao nível do estado esconde concentrações relativas mais acentuadas em algumas localidades, como veremos na próxima subsecção. Por último, deve frisar-se que nos restantes estados a percentagem de pessoas nestes três grupos é residual (igual ou inferior a 0,1%) (figura 11).

Figura 11. Imigrantes portugueses, naturalizados e lusodescendentes que falam português na população residente nos EUA por estado (%), 2006-2010 e 2016-2020

2006-2010



2016-2020



População (%) 0-0,1 0,1-0,25 0,25-0,5 0,5-0,75 1-2,4

Fonte: microdados do American Community Survey. Cálculos dos autores.

## 6.5. Principais *clusters* dos imigrantes e lusodescendentes nos EUA

Os dados do ACS permitem-nos explorar a distribuição da população portuguesa a um nível inferior ao do estado que, neste caso, corresponde às PUMA<sup>15</sup>. Assim, determinámos a presença dos quatro grupos nas PUMA que integram os cinco principais *clusters* territoriais de concentração da população imigrante portuguesa e lusodescendente (tabela 6). Note-se que estes cinco *clusters* concentram quase três quartos desta população nos EUA.

Tabela 6. Principais *clusters* territoriais dos imigrantes e lusodescendentes nos EUA (n.º e %), 2006-2010 e 2016-2020

<i>Clusters</i> territoriais		Total (n.º)	Imigrantes		Lusodescendentes	
			Portugueses (%)	Naturalizados (%)	Falantes de português (%)	Não-falantes de português (%)
Massachusetts- -Rhode Island- -Connecticut	2016-2020	<b>383 002</b>	4,38	12,99	12,93	69,70
	2006-2010	<b>432 498</b>	5,88	11,82	14,61	67,69
Califórnia	2016-2020	<b>309 958</b>	1,73	4,51	6,76	86,89
	2006-2010	<b>345 852</b>	1,87	4,89	6,63	86,51
Nova Iorque- -Nova Jérсия	2016-2020	<b>117 692</b>	8,46	19,31	22,82	49,41
	2006-2010	<b>122 175</b>	15,55	20,32	21,91	42,12
Flórida	2016-2020	<b>78 875</b>	2,07	6,91	24,71	66,31
	2006-2010	<b>64 059</b>	2,63	5,74	17,81	73,92
Havai	2016-2020	<b>47 045</b>	0,00	0,01	1,01	98,86
	2006-2010	<b>57 104</b>	0,00	0,11	0,79	99,10

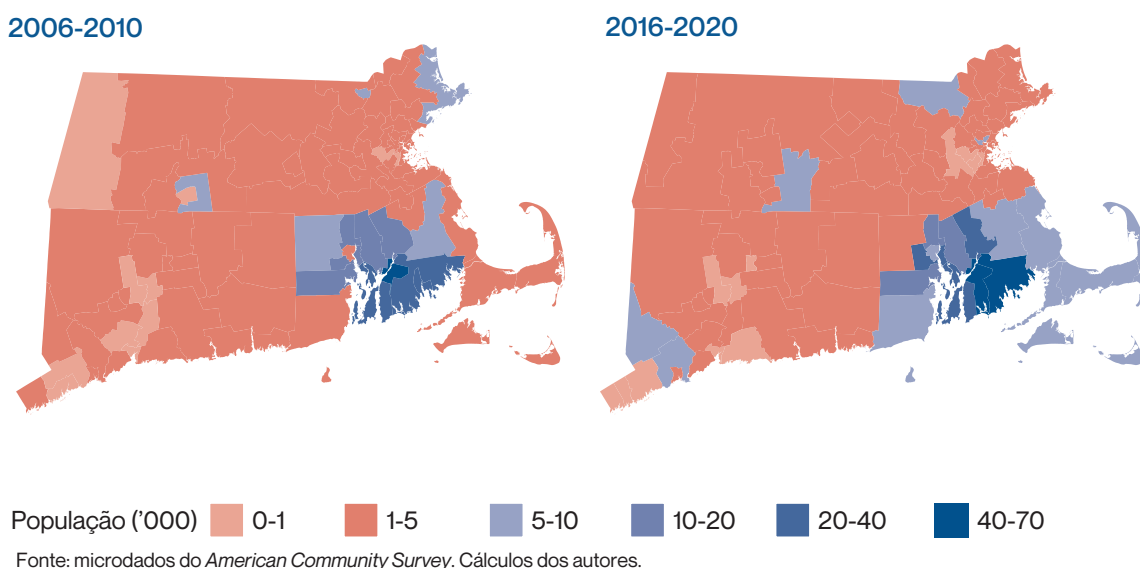
Fonte: microdados do *American Community Survey*.

### **Cluster de Massachusetts-Rhode Island-Connecticut**

O *cluster* Massachusetts – Rhode Island – Connecticut, localizado na região nordeste dos EUA, é constituído pelas regiões PUMA dos estados homónimos. Em 2016-2020, era o maior conglomerado territorial de imigrantes e lusodescendentes nos Estados Unidos com cerca de 383 mil pessoas (30,11% do total) (figura 12). Neste conglomerado, 67,42% da comunidade portuguesa e de proximidade lusa vive em Massachusetts, 21,33% em Rhode Island e 11,25% no Connecticut. No total da população incluída neste *cluster*, 69,7% eram lusodescendentes que não falam português, 12,99% eram imigrantes naturalizados, 12,93% eram lusodescendentes que falam português e 4,38% eram imigrantes portugueses. Durante a última década, este conglomerado territorial registou um declínio na população portuguesa (-49,49 pessoas, 11,41%). O maior declínio entre 2006-2010 e 2011-2016 ocorreu no estado de Massachusetts (-30,72 mil), seguido de Rhode Island e Connecticut (-11,61 mil e -7,18 mil, respetivamente). Relativamente aos grupos populacionais em estudo, a maior redução verificou-se nos lusodescendentes que não falam português (-25,39 mil), seguido dos lusodescendentes que falam português (-13,92 mil), dos imigrantes portugueses (-8,80 mil) e dos imigrantes naturalizados (-1,38 mil).

<sup>15</sup> Lembra-se que PUMA é o acrónimo de Public Use Microdata Area (PUMA) e corresponde à unidade espacial mais pequena do ACS. A lista das PUMA utilizadas nesta secção – *Census 2010 based PUMA map and Boundary files* –, bem como as respetivas fronteiras, podem ser consultadas em: <https://usa.ipums.org>.

Figura 12. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes nas PUMA de Massachusetts, Rhode Island e Connecticut (n.º), 2006-2010 e 2016-2020



Uma análise da distribuição dos grupos no estado do Massachusetts evidencia maiores concentrações na área da Grand Boston e de Cape Cod. Descendo a um nível geográfico ainda mais detalhado, em 2016-2020, destacam-se as PUMA de Bristol County (Central) – Fall River City & Somerset Town (com 40,72 mil pessoas), Bristol County (South) – New Bedford City & Fairhaven Town (34,14 mil), Bristol (Outside New Bedford City) & Plymouth (South) Counties (29,43 mil) e Bristol County – Taunton City, Mansfield, Norton, Raynam, Dighton & Berkley Towns (19,03 mil) (figura 12). Estes dados confirmam a manutenção de níveis elevados de imigrantes e lusodescendentes em locais específicos de concentração residencial antiga no estado do Massachusetts, que se foi consolidando ao longo do tempo, como foi evidenciado pela literatura explorada na secção 2. Neste âmbito, a PUMA de Bristol County (Central) – Fall River City & Somerset Town funciona como um bom exemplo, pois registou o maior crescimento de comunidade portuguesa e de proximidade lusa (+15,72 mil) na última década. Pelo contrário, a PUMA Attleboro City, North Attleborough, Swansea, Seekonk, Rehoboth & Plainville Towns observou o maior declínio populacional (-37,21 mil).

Em 2016-2020, os imigrantes e lusodescendentes em Rhode Island estão concentrados principalmente nas cidades de East Providence e Pawtucket. Estavam estabelecidos principalmente nas PUMA de Southeast Rhode Island – Newport & Bristol Counties – Newport City (21,31 mil), de Providence County (Southeast) – Cranston & East Providence Cities (16,43 mil), de Northeast Rhode Island – Providence County – Pawtucket & Central Falls Cities (14,42 mil) e de Central Rhode Island – Kent County – Warwick City (13,07 mil).

Também neste caso se verifica uma manutenção dos imigrantes e lusodescendentes em espaços onde a sua presença ocorre há muitas décadas. Estes são conhecidos pelos seus fortes laços comunitários e património cultural, existindo várias organizações luso-americanas (e.g. Holy Ghost Beneficial Brotherhood em East Providence e Clube Juventude Lusitana em Cumberland) e eventos culturais de matriz portuguesa no estado (e.g. Festas do Espírito Santo em Bristol e Celebrações do Dia de

Portugal em Providence), que frequentemente remetem para a ascendência açoriana destes luso-americanos.

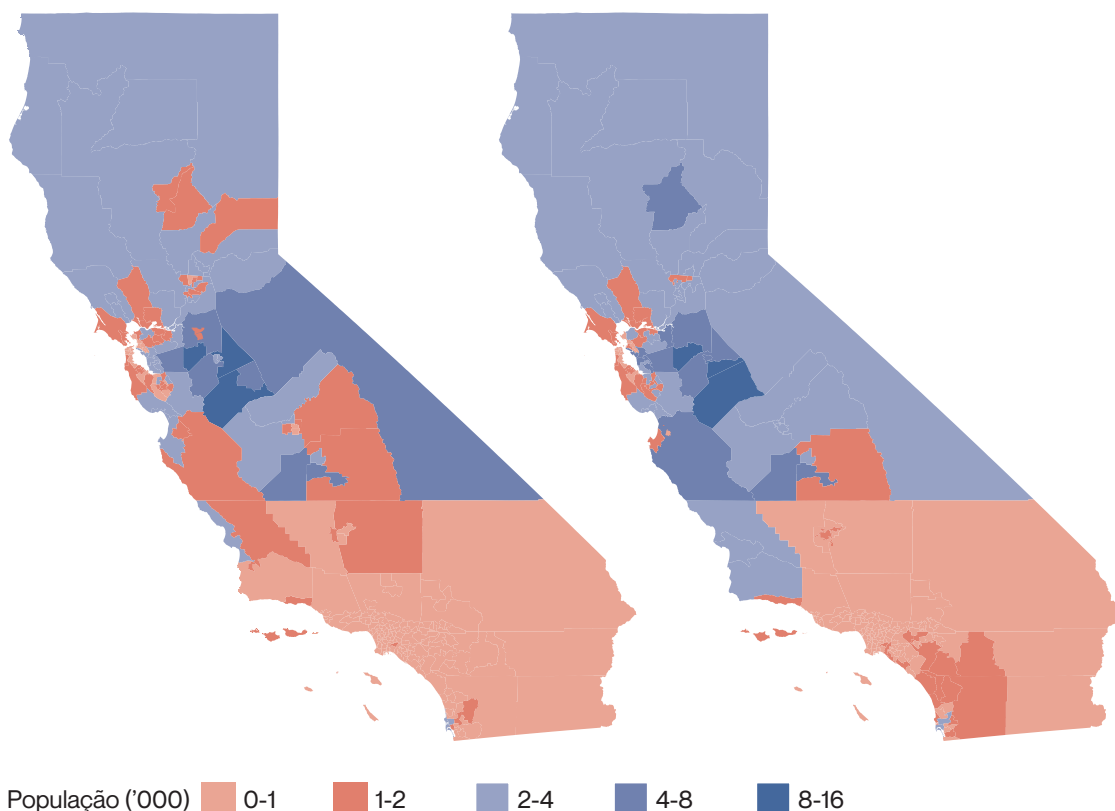
No estado do Connecticut, em 2016-2020, os imigrantes e lusodescendentes residem sobretudo nas PUMA de Danbury, Ridgefield, Bethel, Brookfield, New Fairfield, Redding & Sherman Towns (4,12 mil), de Stratford, Shelton, Trumbull, Newtown & Monroe Towns (3,67 mil) e New Haven County (Northwest) (3,23 mil). Durante a última década, a alteração mais expressiva foi na PUMA de Danbury, Ridgefield, Bethel, Brookfield, New Fairfield, Redding & Sherman Towns, que registou um declínio na população portuguesa de 1,31 mil pessoas. De salientar ainda que no Connecticut existem várias organizações luso-americanas, tais como o Centro Cultural Português em Danbury e o Clube Português de Hartford, cuja atividade é sustentada pelos muitos residentes de origem portuguesa que vivem nestes locais e que promovem a cultura e o património lusos, fornecendo recursos e apoios sociais e culturais à comunidade.

### **Cluster da Califórnia**

O *cluster* territorial da Califórnia é localizado na região sudoeste dos EUA. Em 2016-2020, com 309,9 mil pessoas, era o segundo maior aglomerado de imigrantes e lusodescendentes nos EUA. No total dos grupos, 86,89% eram lusodescendentes que não falam português, 4,51% eram imigrantes naturalizados, 6,76% eram lusodescendentes que falam português e 1,73% eram imigrantes portugueses (figura 13). Durante a última década, este aglomerado evidenciou um declínio significativo (-35,93 mil, 10,38%). Entre os grupos, o maior decréscimo foi registado pelos lusodescendentes que não falam português (-29,8 mil), seguido pelos imigrantes naturalizados (-3,1 mil), pelos lusodescendentes que falam português (-1,6 mil) e pelos imigrantes portugueses (-1,4 mil). No entanto, em termos relativos, a proporção de lusodescendentes que não falam português e lusodescendentes que falam português aumentou 0,21 e 0,43 pontos percentuais, respetivamente.

Ao nível das PUMA na Califórnia, em 2016-2020, os imigrantes e lusodescendentes concentravam-se essencialmente na região central do estado, designadamente em Stanislaus County (Northeast)–Turlock, Riverbank, Oakdale & Waterford Cities (8,89 mil), em Merced County (West & South) – Los Banos & Livingston Cities (8,4 mil), em San Joaquin County (South) – Tracy, Manteca & Lathrop Cities (8,22 mil), em Kings County – Hanford City (5,91 mil), em Alameda County (East) – Livermore, Pleasanton & Dublin Cities (5,87 mil), em Merced County (Northeast) – Merced & Atwater Cities (5,21 mil), em Stanislaus County (Southwest) – Ceres, Patterson & Newman Cities (4,88 mil), e em Tulare County (West Central) – Tulare & Porterville Cities (4,86 mil). De 2006-2010 para 2016-2020, as alterações mais significativas foram nas PUMA de Los Banos & Livingston Cities (-4,92 mil pessoas de origem portuguesa), de Tracy, Manteca & Lathrop Cities (-1,83 mil) e de Ceres, Patterson & Newman Cities (-4,71 mil pessoas).

Figura 13. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes nas PUMA da Califórnia (n.º), 2006-2010 e 2016-2020

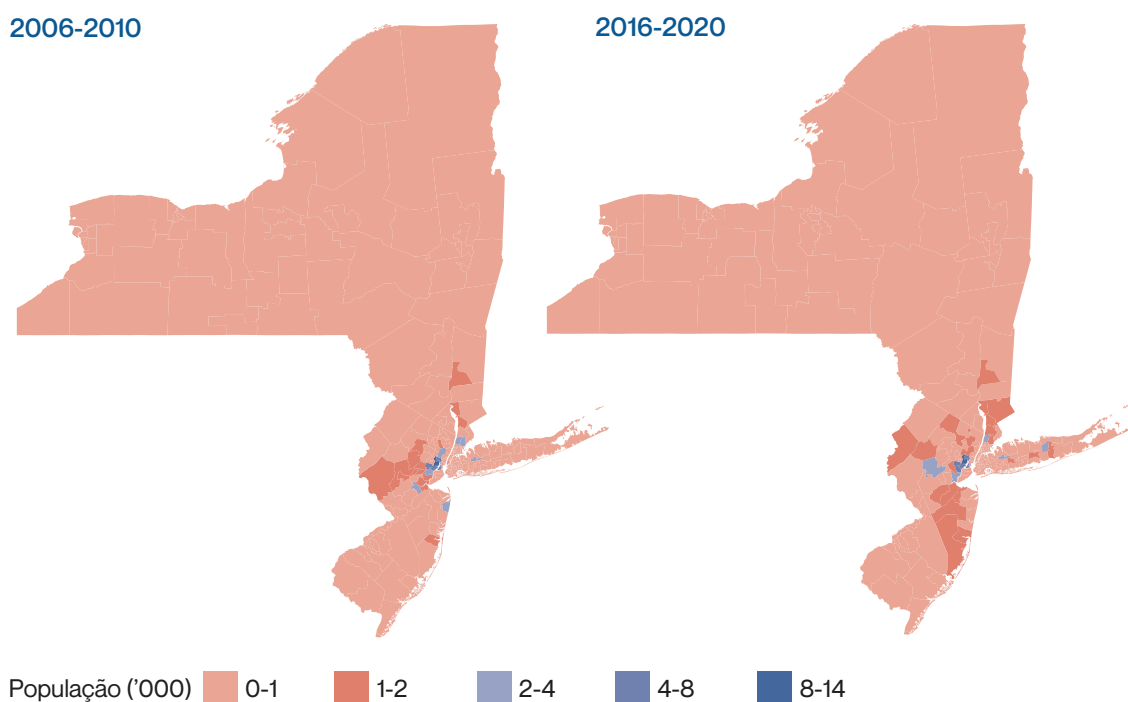


Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### **Cluster de Nova Iorque e Nova Jérсия**

O *cluster* Nova Iorque e Nova Jérсия é localizado na região nordeste dos EUA. Em 2016-2020, com 117,7 mil pessoas, era o terceiro maior conglomerado territorial de população lusa nos EUA. Neste conglomerado, 59,58% da população portuguesa vive em Nova Jérсия e 40,42% no estado de Nova Iorque, sendo visível a concentração nos espaços mais urbanizados e de maior densidade demográfica localizados na parte sul (figura 14). No total dos imigrantes e lusodescendentes aqui residentes, 49,41% eram lusodescendentes que não falam português, 19,31% eram imigrantes naturalizados, 22,82% lusodescendentes que falam português e 8,46% imigrantes portugueses. Este conglomerado territorial apresentava a menor proporção de lusodescendentes que não falam português e a maior proporção de imigrantes naturalizados e de imigrantes portugueses, o que evidencia uma capacidade de atração de vagas migratórias recentes que, contudo, parece estar a diminuir. Efetivamente, entre o primeiro e o último períodos, este *cluster* territorial registou um declínio global da população com ligações a Portugal (-4,49 mil), sendo que, entre os grupos que a compõem, a redução mais significativa foi registada nos imigrantes portugueses (-9,01 mil), seguida dos imigrantes naturalizados (-2,12 mil).

Figura 14. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes nas PUMA de Nova Iorque e Nova Jérсия (n.º), 2006-2010 e 2016-2020



Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Ao nível das PUMA de Nova Jérсия, em 2016-2020, destacavam-se como principais áreas de residência dos imigrantes e lusodescendentes Essex County (Southeast) – Newark City (8,87 mil), Union County (North Central) – Roselle Park Borough (6,37 mil), Union County (Northeast) – Elizabeth City (4,41 mil) e Bayonne, Kearney e Harrison no Sul e Oeste do condado de Hudson (4,08 mil). Durante a última década, destacam-se as mudanças demográficas em Newark (-3,87 mil pessoas de origem portuguesa), em Roselle Park Borough (-0,51 mil), e em Hudson County (South & West) – Bayonne City, Kearney & Harrison Towns (-1,81 mil pessoas).

Em Nova Iorque, a presença de origem portuguesa apresenta concentrações menos significativas do que em Nova Jérсия, destacando-se as PUMA de Nassau County (West Central) – North Hempstead Town (2,31 mil), Westchester County (South Central) – New Rochelle & Mount Vernon Cities (2,07 mil) e Westchester County (Southwest) – Yonkers City (1,53 mil). No período em estudo, há a salientar o crescimento de North Hempstead (+1,08 mil pessoas), e os declínios de New Rochelle & Mount Vernon e Yonkers (-423 e -512 pessoas, respetivamente).

### **Cluster da Flórida**

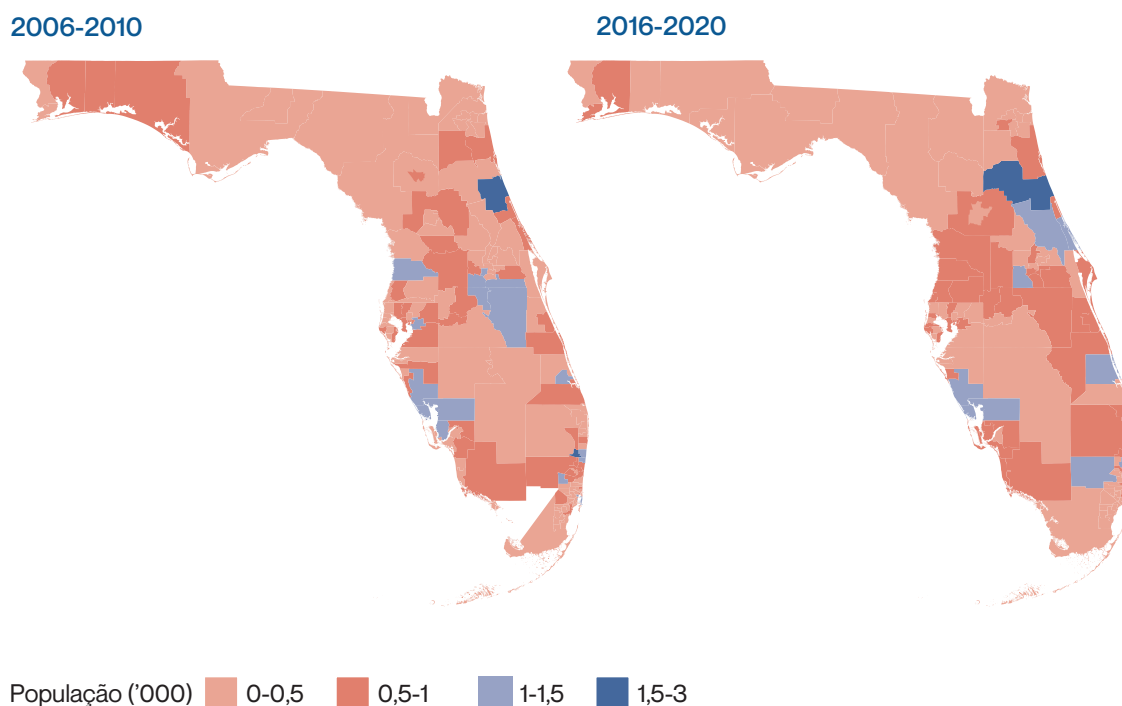
O *cluster* da Flórida é localizado na região sudeste dos EUA. Em 2016-2020, com 78,9 mil pessoas, foi o quarto maior conglomerado territorial de imigrantes e lusodescendentes nos EUA.

No total dos grupos residentes neste agrupamento, 66,31% eram lusodescendentes que não falam português, 24,71% lusodescendentes que falam português (a maior percentagem entre todos os *clusters* em análise), 6,91% eram imigrantes naturalizados, 2,07% imigrantes portugueses. Entre os dois períodos em observação, este é o único

aglomerado territorial que registou um aumento nos imigrantes e lusodescendentes (+14,82 mil), o que aponta para a chegada recente de um número significativo de pessoas. Entre os grupos que compõem a comunidade portuguesa e de proximidade lusa, o maior crescimento foi observado nos lusodescendentes que falam português (+8,08 mil), seguido pelos lusodescendentes que não falam português (+4,91 mil). Esta dinâmica vem confirmar as tendências para uma maior dispersão territorial dos lusodescendentes nos EUA, com uma deslocação para fora das áreas de residência tradicionais que, no caso da Flórida, envolverá, como referimos antes, alguma população mais envelhecida.

Ao nível das PUMA da Flórida, em 2016-2020, a presença portuguesa revelava alguma dispersão, não se detetando nenhuma concentração com mais de 3 mil pessoas: Flagler & Volusia (North Central) Counties, com 2662 imigrantes e lusodescendentes registava o número mais significativo, seguindo-se Palm Beach County (West of Boca Raton City), com 1,91 mil, Osceola County (East), com 1,3 mil, Broward County – Weston, Pembroke Pines (Northwest) Cities & Southwest Ranches Town também com 1,3 mil pessoas (figura 15). As restantes PUMA deste *cluster* contabilizavam volumes de imigrantes e lusodescendentes inferiores a 1,3 mil pessoas. Note-se que, entre 2006-2010 e 2016-2020, as PUMA mais populosas foram também aquelas onde se verificaram maiores incrementos demográficos, com destaque para Flagler & Volusia com mais 0,84 mil pessoas e o West of Boca Raton City com mais 1,45 mil. Eventualmente, estar-se-á perante uma tendência que levará, no futuro, ao reforço dos locais de concentração dos portugueses na Flórida, como a comparação dos mapas incluídos na figura 15 parece indiciar.

Figura 15. Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes nas PUMA da Flórida (n.º), 2006-2010 e 2016-2020



Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.



## **Cluster do Haváí<sup>16</sup>**

O *cluster* Haváí corresponde a um arquipélago localizado no Pacífico que dista aproximadamente 3200 quilómetros da costa continental Oeste dos EUA. Em 2016-2020, com 47,05 mil pessoas, era o quinto maior aglomerado territorial de população portuguesa nos Estados Unidos. No total da população de origem portuguesa neste agrupamento, 98,86% eram lusodescendentes que não falam português. Este é o *cluster* territorial com a maior percentagem de lusodescendentes que não falam português, o que mostra que a grande maioria da população portuguesa no Haváí é descendente de vagas migratórias antigas, tendo-se afastado em termos culturais e linguísticos do seu espaço de ancestralidade, não ocorrendo atualmente chegadas de imigrantes portugueses.

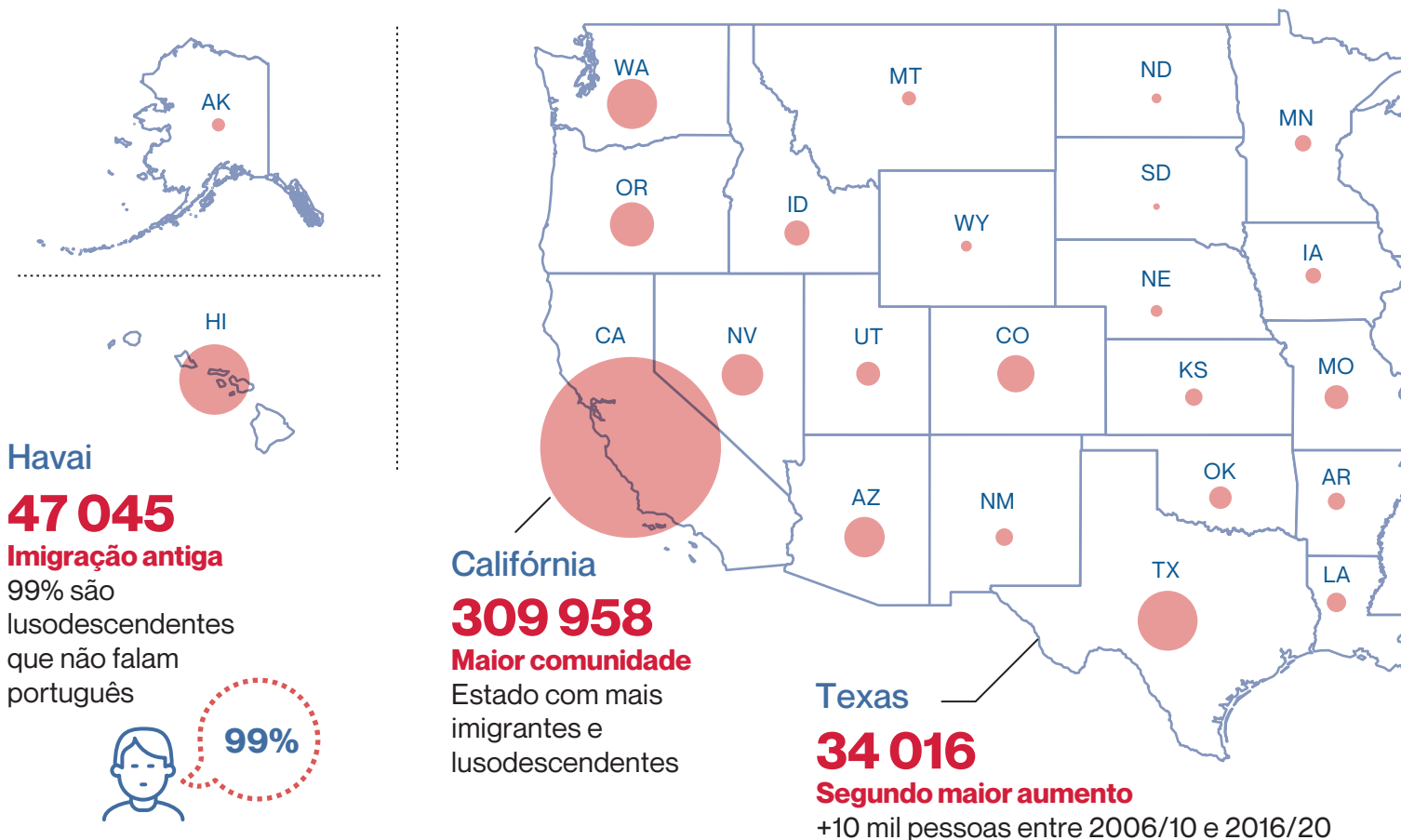
A comunidade lusa no Haváí concentra-se principalmente nas ilhas de Oahu, Maui e Haváí. Em termos mais específicos, a maior comunidade lusa no Haváí encontra-se na capital do estado, a cidade de Honolulu, na ilha de Oahu, que tem um rico património cultural e histórico associado à antiga imigração portuguesa. Para além de Honolulu, existem também importantes comunidades de origem portuguesa nas cidades de Hilo e Kailua-Kona, na ilha do Haváí, e na cidade de Kahului, na ilha de Maui. Estas comunidades estão centradas em torno de organizações culturais e sociais luso-americanas, igrejas e festivais, e desempenham um papel importante na preservação e promoção da cultura e tradições portuguesas no Haváí.

Relativamente às PUMA, em 2016-2020, os imigrantes e lusodescendentes eram mais significativos em Haváí County (12,32 mil), Maui, Kalawao & Kauai Counties (10,31 mil), Rural Oahu (4,84 mil), Koolaupoko (4,63 mil) e Central Oahu (3,82 mil), estas três últimas PUMA no condado de Honolulu. Durante a última década, verificaram-se perdas generalizadas dos grupos de origem portuguesa em todas estas unidades territoriais, mas destacam-se os declínios de Haváí County (-2,71 mil), Maui, Kalawao & Kauai Counties (-3,56 mil), Rural Oahu (-0,71 mil), e Koolaupoko (-1,23 mil).

<sup>16</sup> Por razões técnicas inerentes às unidades geográficas (PUMA) do Haváí que impede uma leitura clara do fenómeno em análise, optou-se por não incluir o mapa com a distribuição dos portugueses neste estado.

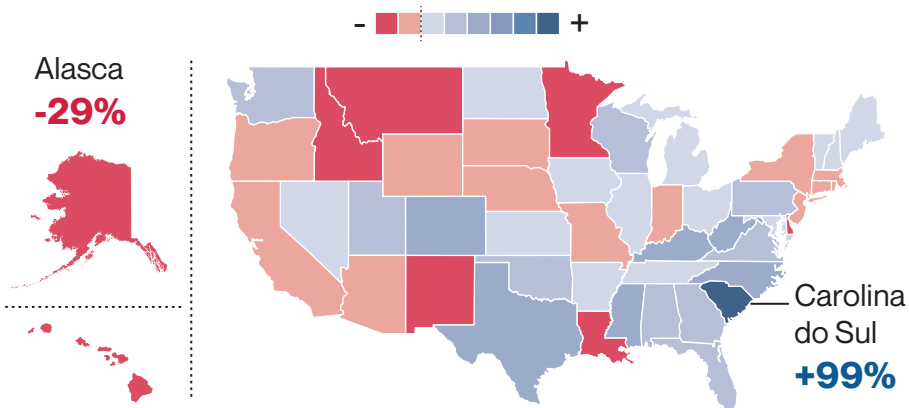
# Onde estão

Em 2016-2020, viviam 1 272 040 imigrantes e lusodescendentes com cinco e mais anos nos EUA. Estavam presentes em todos os estados, mas de forma desigual



## Variação em %

Entre 2006/10 e 2016/20



## DETALHES POR GRUPO



### Imigrantes portugueses

A população diminuiu na maioria dos estados

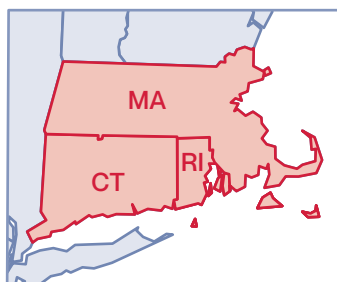
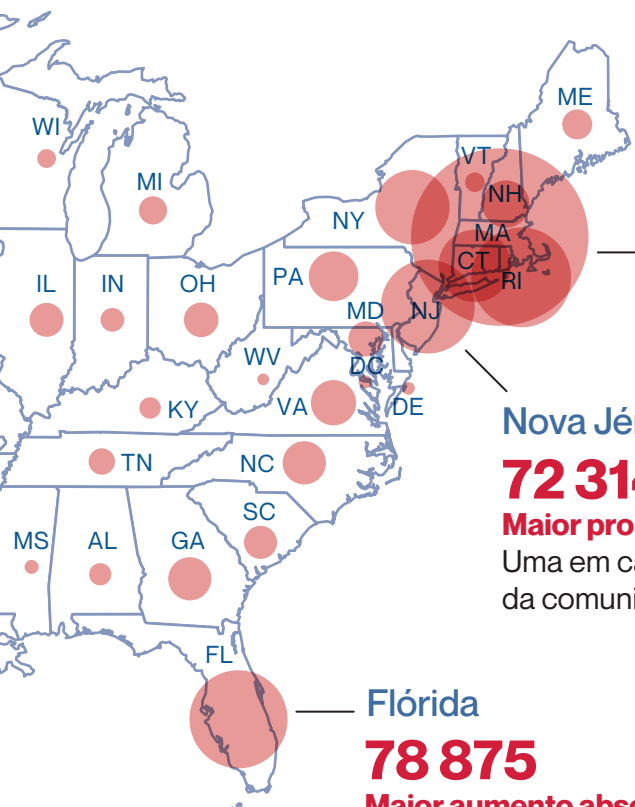
**+1179**  
 em 16 estados

**-20 880** em 28 estados

AL: Alabama; AK: Alasca; AZ: Arizona; AR: Arkansas; CA: Califórnia; CO: Colorado; CT: Connecticut; DE: Delaware; DC: Distrito de Colúmbia; FL: Flórida; GA: Geórgia; HI: Havai; ID: Idaho; IL: Illinois; IN: Indiana; IA: Iowa; KS: Kansas; KY: Kentucky; LA: Luisiana; ME: Maine; MD: Maryland; MA: Massachusetts; MI: Michigan; MN: Minnesota; MS: Mississippi; MO: Missouri; MT: Montana;

## O MAIOR CLUSTER

Principal conglomerado territorial de imigrantes e lusodescendentes nos EUA



### Massachusetts

**258 238**

**Segunda maior comunidade**

Um dos destinos históricos dos imigrantes, agora em queda

### Rhode Island

**81 685**

**Maior peso relativo**

Um em cada 12 habitantes é imigrante ou lusodescendente

### Connecticut

**43 079**

### Nova Jérсия

**72 314**

**Maior proporção de imigrantes**

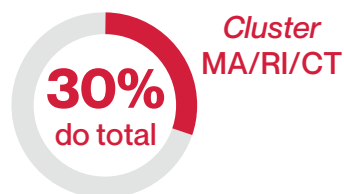
Uma em cada três pessoas da comunidade é imigrante

### Flórida

**78 875**

**Maior aumento absoluto**

+15 mil pessoas entre 2006/10 e 2016/20



Outros estados



### Imigrantes naturalizados

**79%** vivem em 4 estados



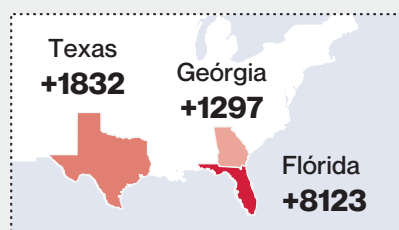
Massachusetts  
Nova Jérсия  
Califórnia  
Rhode Island

Outros



### Lusodescendentes que falam português

Estados com maiores subidas



### Lusodescendentes que não falam português

**50+1**

Único grupo presente em todos os estados e no Distrito de Colúmbia

NE: Nebraska; NV: Nevada; NH: New Hampshire; NJ: Nova Jérсия; NM: Novo México; NY: Nova Iorque; NC: Carolina do Norte; ND: Dacota do Norte; OH: Ohio; OK: Oklahoma; OR: Oregon; PA: Pensilvânia; RI: Rhode Island; SC: Carolina do Sul; SD: Dacota do Sul; TN: Tennessee; TX: Texas; UT: Utah; VT: Vermont; VA: Virginia; WA: Washington; WV: West Virginia; WI: Wisconsin; WY: Wyoming

---

## 7. Com quem vivem os imigrantes e os lusodescendentes?

---

**Pedro Moura Ferreira**

Com quem vivem é um aspeto crucial da caracterização das condições de vida dos imigrantes e dos lusodescendentes residentes nos EUA. As famílias são o principal foco de análise, embora seja necessário enquadrá-las a partir dos agregados domésticos, tendo em conta que a sobreposição entre ambos não é total. Há agregados que não são famílias e agregados compostos por mais de uma família. A caracterização dos agregados e das famílias é feita a partir de três variáveis: o tipo de agregado, a sua composição e a sua dimensão. A primeira variável, o tipo de agregado doméstico, é construída com base nas relações familiares e não familiares do *household head* com os restantes residentes no alojamento. A composição, por seu turno, reporta a maior ou menor complexidade do agregado pela presença de subfamílias e das relações geracionais. Por último, a dimensão do agregado apoia-se no número de pessoas que nele foram recenseadas e no número de filhos residentes, na medida em que estes, além de adensarem o agregado, realçam a importância das relações entre pais e filhos nos diferentes contextos familiares. Como o casamento é um elemento constituinte das famílias, a descrição do estado civil antecede a caracterização dos agregados domésticos, que termina com uma referência aos casais mistos dentro do perímetro da comunidade portuguesa e de proximidade lusa.

### 7.1. Estado civil

A distribuição da população segundo o estado civil, tomando o grupo dos outros residentes nos EUA como o conjunto da população sem a influência dos imigrantes, portugueses e naturalizados, e dos lusodescendentes, revela um peso quase equivalente nas duas principais categorias: casados/as (41,62%) e solteiros/as (42,50%). Seguem-se, por ordem descendente, as categorias de divorciados/as, viúvos/as e separados/as (tabela 7). A presença de cônjuges ausentes nos/as casados/as é muito pequena, abaixo de 2%, tanto no grupo dos outros residentes nos EUA, como nos restantes grupos populacionais considerados, à exceção dos imigrantes portugueses.

A distribuição do estado civil, no entanto, apresenta diferenças consideráveis quando se comparam os cinco grupos populacionais. Os imigrantes apresentam uma distribuição bem distinta dos lusodescendentes que não falam português e dos outros restantes residentes nos EUA, enquanto os lusodescendentes que falam português assumem uma posição intermédia.

O perfil do estado civil dos imigrantes, quer sejam naturalizados ou não, caracteriza-se por um peso bastante superior dos/as casados/as, sobretudo nos imigrantes naturalizados (73,46%), que é compensado pela redução drástica dos solteiros/

as. Esta relação reflete as idades médias bem mais elevadas destes dois grupos, devido à reduzida expressão da população mais jovem. A idade média dos imigrantes portugueses é de 52,54 anos e dos imigrantes naturalizados de 61,67 anos, enquanto os outros grupos apresentam uma idade média em torno dos 40 anos. O envelhecimento dos dois grupos de imigrantes traduz-se, ainda, no estado de viuvez, cujos valores têm um peso percentual que é mais do dobro dos outros residentes nos EUA.

Os lusodescendentes que falam português têm uma posição mais próxima dos lusodescendentes que não falam português e dos restantes residentes americanos no que diz respeito ao peso percentual das categorias casados/as, solteiros/as e viúvos/as. Em comparação com os imigrantes, estes três grupos têm percentagens mais baixas de casados/as e viúvos/as, que são compensadas por uma maior proporção de solteiros/as. No que se refere ao divórcio, os lusodescendentes que falam português alinham com os imigrantes e, no que toca à separação, apenas se distanciam significativamente dos outros residentes.

É interessante observar que os lusodescendentes que não falam português são o grupo que tem as percentagens mais elevadas de divorciados/as e solteiros/as.

Tabela 7. Estado civil dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
Casados/as, cônjuge presente	59,26	71,75	45,95	38,99	39,67
Casados/as, cônjuge ausente	2,11	1,71	1,66	1,16	1,95
Separados/as	1,33	1,39	1,30	1,35	1,60
Divorciados/as	8,60	9,05	8,79	10,20	9,35
Viúvos/as	10,66	9,82	3,39	3,93	4,93
Solteiros/as	18,04	6,28	38,92	44,39	42,50
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: As seguintes diferenças não são estatisticamente significativas, com um nível de confiança de 95%: imigrantes naturalizados e lusodescendentes falantes de português casados/as, cônjuge ausente; quatro grupos de origem portuguesa separados/as; imigrantes portugueses, naturalizados e lusodescendentes falantes de português divorciados/as.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

## 7.2. Tipo de família

A tipologia familiar resulta do vínculo da pessoa ou pessoas em torno das quais se constitui o agregado doméstico. Segundo a classificação do *Census Bureau*, os agregados domésticos podem ser constituídos com base em casais casados ou coabitantes, ou formados em torno de um homem ou de uma mulher, não existindo, neste caso, a figura de cônjuge ou parceiro/a. Esta última situação é desdobrada em quatro categorias: a) homens e mulheres que vivem sós; b) ou com filhos menores de 18 anos; c) ou com familiares, mas sem filhos de menos de 18 anos; d) ou apenas com pessoas não familiares.

### Famílias constituídas com base no casal

É o tipo de família mais representado no grupo de referência dos outros residentes nos EUA (66,89%), com o predomínio dos casais casados (59,44%) em relação aos coabitantes (7,44%) (tabela 8). Em ambas as situações, as famílias sem filhos com menos

de 18 anos têm uma ligeira vantagem numérica. Essa vantagem é mais acentuada no caso das famílias coabitantes.

A presença das famílias constituídas em torno do casal nos grupos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes é muito desigual. No que diz respeito aos casados com filhos com menos de 18 anos, destacam-se os valores mais baixos dos dois grupos de imigrantes, principalmente os naturalizados, os quais não podem ser dissociados da idade média mais alta que os caracteriza em relação aos lusodescendentes e aos outros americanos. No lado oposto, os casados com filhos com menos de 18 anos têm a expressão mais elevada nos lusodescendentes que falam português (39,35%).

No alargamento do perímetro familiar aos casados sem filhos com menos de 18 anos, a situação dos dois grupos imigrantes continua em destaque, mas agora em sentido inverso, ou seja, são os que apresentam valores mais elevados, bem acima dos valores que os demais grupos apresentam.

Juntando as duas situações com e sem filhos com menos de 18 anos, de modo a referir a importância do casamento na estrutura familiar dos grupos, verifica-se que os valores mais altos se encontram nos dois grupos de imigrantes, sobretudo os naturalizados (74,65%), e no grupo dos lusodescendentes que falam português (68,88%), qualquer deles bem acima do valor dos outros residentes nos EUA (59,44%).

A associação lusa ao casamento fica ainda evidenciada pela expressão pouco elevada dos casais coabitantes nestes três grupos. Quer se considere as situações com ou sem filhos com menos de 18 anos, eles apresentam sempre valores abaixo da restante população. É particularmente evidente a fraca expressão dos coabitantes com filhos com menos de 18 anos nos imigrantes naturalizados (0,43%), nos imigrantes portugueses (1,32%) ou nos lusodescendentes que falam português (2,40%) em relação ao valor dos outros residentes nos EUA (3,24%). Nos outros casos relativos aos casais coabitantes sem filhos menores, as diferenças não são tão acentuadas, mas, mesmo assim, são dilatadas.

Tabela 8. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que vivem em agregados domésticos formados com base no casal, com ou sem filhos com menos de 18 anos (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
<b>Casais (Total)</b>	<b>71,98</b>	<b>77,35</b>	<b>74,50</b>	<b>69,38</b>	<b>66,89</b>
<b>Casais casados</b>	<b>67,47</b>	<b>74,65</b>	<b>68,88</b>	<b>60,02</b>	<b>59,44</b>
com filhos < 18 anos	24,39	13,43	39,35	28,34	28,79
sem filhos < 18 anos	43,09	61,22	29,53	31,69	30,65
<b>Casais coabitantes</b>	<b>4,50</b>	<b>2,70</b>	<b>5,62</b>	<b>9,36</b>	<b>7,44</b>
com filhos < 18 anos	1,32	0,43	2,42	3,14	3,24
sem filhos < 18 anos	3,18	2,27	3,21	6,22	4,21

Fonte: microdados do *American Community Survey*.

Na população residente nos EUA, predominam os casais casados, sendo a expressão de casais coabitantes mais reduzida entre os imigrantes e lusodescendentes que falam português. Estes últimos têm a expressão mais elevada de casados com filhos menores de 18 anos.

### **Agregados domésticos de pessoas que vivem sós**

A seguir aos casais, as pessoas que vivem sós constituem o segundo tipo de agregado doméstico mais comum, representando um pouco mais de uma em cada dez pessoas. Estes agregados unipessoais têm mais expressão nas mulheres do que nos homens.

Os imigrantes naturalizados são, de novo, o grupo que mais se destaca, quer nas mulheres, onde se regista o valor mais elevado (8,16%), quer nos homens, onde se observa o valor mais baixo (2,95%) (tabela 9). Estes valores não podem ser dissociados da idade mais avançada deste grupo e, possivelmente, também de uma tendência de feminização do envelhecimento, que faz com que este seja o grupo em que as pessoas que vivem sós (neste caso) tenham mais expressão.

Os imigrantes naturalizados são, simultaneamente, o grupo com menos homens e mais mulheres a viverem sós, o que estará associado à sua idade média mais elevada.

Há também a assinalar as situações em que os homens suplantam as mulheres, contrariando a tendência geral. É o caso dos imigrantes portugueses e dos lusodescendentes que falam português. O grupo masculino dos imigrantes portugueses é, inclusive, o que regista o maior peso de homens a viver em agregados unipessoais.

Tabela 9. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que vivem em agregados domésticos unipessoais (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
<b>Pessoas que vivem sós</b>	<b>10,52</b>	<b>11,11</b>	<b>8,92</b>	<b>11,40</b>	<b>11,46</b>
Mulheres	4,82	8,16	4,19	6,13	6,32
Homens	5,70	2,95	4,73	5,27	5,14

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### **Agregados domésticos de pessoas que não vivem em casal, mas com filhos menores**

Este tipo de família define-se pela existência mínima de um núcleo monoparental formado por um homem ou uma mulher e pelo menos um(a) filho(a) com menos de 18 anos. Por ordem de importância, ocupa a quarta posição na tipologia familiar, tendo em conta o peso dos outros residentes (7,83%) (tabela 10). Neste tipo de família, que é

predominantemente feminino, o peso numérico das mulheres é quatro vezes superior ao dos homens (respetivamente, 6,34% e 1,49%).

Existe também outro contraste no que respeita às famílias monoparentais entre, por um lado, os imigrantes, e, por outro, os lusodescendentes e os outros residentes nos EUA. Os primeiros estão claramente menos representados, com os valores mais baixos a pertencerem aos imigrantes naturalizados tanto nas mulheres (1,54%), como nos homens (0,70%). Quanto aos lusodescendentes e aos outros residentes, além de marcarem todos eles uma presença mais forte nas famílias monoparentais, apresentam valores mais alinhados entre si, ainda que os valores dos lusodescendentes sejam menores.

## Há menos famílias monoparentais entre os imigrantes, sobretudo entre os naturalizados, que nos outros grupos.

Tabela 10. Pessoas que não vivem em casal, com filhos de menos de 18 anos em agregados domésticos de imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
<b>Pessoas sem cônjuge/parceiro(a) e com filhos de menos de 18 anos</b>	<b>4,12</b>	<b>2,24</b>	<b>6,56</b>	<b>7,11</b>	<b>7,83</b>
Mulheres	3,23	1,54	5,36	5,71	6,34
Homens	0,90	0,70	1,20	1,40	1,49

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### **Agregados domésticos de pessoas que vivem com familiares, mas não em casal, e sem filhos menores**

Estes agregados domésticos constituídos com base em relações familiares não resultantes do casamento ou da coabitação e em que não existem filhos com menos de 18 anos dizem respeito a um em cada dez indivíduos. Ocupam, por isso, a terceira posição na tipologia dos agregados domésticos. É também um tipo de família caracteristicamente feminino, mas não tanto como o das famílias monoparentais, em que o peso das mulheres é de cerca de 2,5 vezes o dos homens (tabela 11). A sua distribuição pelos diferentes grupos populacionais, contrariamente ao que se assinalou nas situações familiares anteriores, não sugere qualquer diferenciação com base na origem lusa.

Tanto nas mulheres, como nos homens, estas famílias estão mais bem representadas nos imigrantes portugueses e nos outros residentes nos EUA, ainda que as distâncias em relação aos outros grupos não sejam particularmente amplas, tornando a diferença entre homens e mulheres a característica mais distintiva deste tipo de agregados domésticos.



Tabela 11. Pessoas que vivem com familiares, mas não em casal, e sem filhos de menos de 18 anos em agregados domésticos de imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
<b>Pessoas sem cônjuge/parceiro(a) que vivem com familiares e sem filhos de menos de 18 anos</b>	<b>11,58</b>	<b>8,30</b>	<b>7,29</b>	<b>9,13</b>	<b>10,38</b>
Mulheres	8,21	5,59	5,19	6,89	7,33
Homens	3,37	2,71	2,10	2,23	3,05

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### Agregados domésticos de pessoas que vivem apenas com não familiares

Este tipo de agregados tem um carácter quase residual, tendo a expressão percentual de apenas 3,44% no grupo dos outros residentes nos EUA (tabela 12). A sua característica mais distintiva reside na diferença entre homens e mulheres, não por causa da sua amplitude, mas por predominarem os homens, ao contrário do que se observa nos três tipos de agregados anteriores.

No que toca aos grupos populacionais, salienta-se que os dois grupos imigrantes, tanto nas mulheres como nos homens, estão menos representados, sugerindo que a proximidade à origem lusa, reforçada ainda com os lusodescendentes que falam português, mas apenas no caso das mulheres, é menos favorável a este tipo de agregado doméstico.

Tabela 12. Pessoas que não vivem em casal e que vivem apenas com não familiares em agregados domésticos de imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
<b>Pessoas sem cônjuge/parceiro(a) que vivem apenas com não familiares</b>	<b>1,80</b>	<b>1,00</b>	<b>2,72</b>	<b>2,98</b>	<b>3,44</b>
Mulheres	0,30	0,45	0,81	1,38	1,48
Homens	1,50	0,55	1,91	1,60	1,96

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### Agregados domésticos compostos por subfamílias

A tipologia familiar é exclusivamente definida em função do *head* do agregado doméstico, não assinalando a existência de eventuais subfamílias. Subfamílias são simplesmente famílias que vivem na casa de outra pessoa. A classificação do *Census Bureau* considera dois tipos principais de subfamílias: a) as subfamílias de casais casados que vivem com ou sem filhos; b) as subfamílias monoparentais constituídas pelo pai/mãe solteiro(a) e um ou mais filhos, nunca casados, e com menos de 18 anos de idade.

A inventariação das subfamílias mostra que estas estão ausentes na larga maioria dos agregados domésticos (tabela 13). Apenas uma subfamília existe em cada dez agregados. Agregados com duas subfamílias são residuais.

O peso das subfamílias não diverge acentuadamente entre imigrantes, lusodescendentes e outros residentes. Mesmo assim, é possível assinalar que as subfamílias estão menos representadas nos grupos mais conotados com a origem lusa, ou seja, os imigrantes e os lusodescendentes que falam português.

Tabela 13. Número de subfamílias dos agregados domésticos de imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
Sem subfamílias	89,63	92,15	91,88	88,98	89,02
1 Subfamília	10,04	7,80	7,97	10,60	10,50
2 Subfamílias	0,28	0,05	0,16	0,41	0,46
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### Agregados domésticos multigeracionais

A existência de diferentes gerações constitui um indicador da complexidade relativa dos agregados domésticos a que os indivíduos pertencem. Num agregado pode existir apenas uma geração ou coexistirem mais de uma, e, neste último caso, as gerações podem ser adjacentes, no caso de serem sequenciais sem haver uma geração intercalar entre elas.

A situação mais comum é haver duas gerações (tabela 14). Apenas os imigrantes naturalizados fogem a esta tendência, com mais de metade dos agregados com apenas uma geração. Nos outros grupos, os agregados formados por uma geração representam sempre menos de 40%, com os lusodescendentes que falam português a assinalarem o valor mais baixo (29,79%). Em compensação, estes são os que revelam a posição mais proeminente nos agregados constituídos por duas gerações (63,39%), com os outros grupos a assinalarem pesos pouco diferenciados entre si.

Nos agregados em que coexistem duas gerações importa distinguir entre os agregados constituídos por uma geração mais velha e outra jovem, esta definida como indivíduos nunca casados de idade igual ou menor a 17 anos, e os agregados onde coexistem duas gerações adultas, abrangendo apenas indivíduos de mais de 17 anos, já que as gerações não-adjacentes são quase residuais.

Com base nessa distinção, verifica-se que nos imigrantes predomina a relação entre duas gerações adjacentes adultas, enquanto nos outros grupos a relação entre uma geração adulta e outra jovem assume mais importância. Este resultado sugere a existência de menos jovens e crianças nos agregados dos imigrantes, em particular nos imigrantes naturalizados, que apresentam o valor mais baixo (10,88%).

Os agregados formados por uma geração apenas são mais importantes nos imigrantes do que nos lusodescendentes que falam português, em que predominam os agregados constituídos por duas gerações.

Os agregados constituídos por três ou mais gerações representam menos de um em cada dez agregados. É nos imigrantes portugueses que se encontra o valor mais elevado (10,01%), enquanto os lusodescendentes que falam português registam o valor mais baixo (6,82%).

Tabela 14. Agregados domésticos multigeracionais nos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
1 Geração	40,43	52,45	29,79	29,79	38,19
2 Gerações	49,56	40,05	63,39	63,39	53,39
2 Gerações adjacentes, adulto/criança	21,66	10,88	38,90	38,90	29,89
2 Gerações adjacentes, adulto/adulto	27,11	28,37	23,86	23,86	22,16
2 Gerações não-adjacentes	0,79	0,80	0,63	0,63	1,34
3 ou + Gerações	10,01	7,50	6,82	6,82	8,41
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### 7.3. Dimensão dos agregados domésticos

Além das gerações e das subfamílias, o número de pessoas é outro elemento importante de caracterização dos agregados domésticos. Tomando os outros residentes nos EUA como grupo de referência, a dimensão média dos agregados é de 3,30 pessoas (tabela 15). Os lusodescendentes que falam português são quem mais se aproxima deste valor. Os imigrantes, sobretudo os naturalizados, são os que têm famílias menos numerosas, marcando uma forte presença nos agregados constituídos por duas ou três pessoas, embora estejam abaixo do valor médio do grupo de referência no que respeita aos agregados unipessoais. É nos agregados de maior dimensão que estão menos representados.

Em contrapartida, os lusodescendentes que falam português estão mais representados nos agregados de três e, sobretudo, de quatro pessoas, partilhando com os imigrantes um distanciamento ainda mais intenso em relação aos agregados unipessoais.

**A dimensão média dos agregados é de 3,3 pessoas, mas os lusodescendentes que falam português estão mais representados nos agregados de três e, sobretudo, de quatro pessoas.**

Os dois outros grupos, ou seja, os lusodescendentes que não falam português e os outros residentes, apesar de estarem mais bem representados nos agregados unipessoais, acabam por compensar, sobretudo o segundo, nos agregados de maior dimensão.

Tabela 15. Pessoas nos agregados domésticos dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
1 Pessoa	10,52	11,11	8,92	11,40	11,46
2 Pessoas	32,45	43,96	22,07	30,27	28,57
3 Pessoas	23,42	21,41	23,47	20,32	18,87
4 Pessoas	18,33	14,09	28,30	20,71	19,72
5 Pessoas	10,40	5,74	12,56	10,64	11,51
6 Pessoas	3,48	2,43	3,51	4,14	5,40
7 ou + Pessoas	1,41	1,25	1,16	2,53	4,47
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Média</b>	<b>3,03</b>	<b>2,72</b>	<b>3,29</b>	<b>3,14</b>	<b>3,30</b>

Nota: As seguintes diferenças não são estatisticamente significativas, com um nível de confiança de 95%: imigrantes portugueses e lusodescendentes falantes de português em agregados de 6 pessoas; imigrantes portugueses e naturalizados em agregados de 7 ou + pessoas.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

## 7.4. Número de filhos

O recenseamento dos filhos que residem pelo menos com uma das figuras parentais, independentemente da idade e do estatuto conjugal, permite avaliar a importância das relações familiares entre pais e filhos, para além do perímetro dos filhos menores.

Tomando o grupo dos outros residentes como similar ao conjunto da população, verifica-se que uma larga maioria da população (69,3%) não reside com filhos (tabela 16). Entre os que residem, o seu número decresce à medida que aumenta o número de filhos com quem vivem. A última categoria (quatro filhos presentes) já é bastante residual, assinalada por menos de 2% dos indivíduos.

Esta distribuição dos filhos residentes não encontra paralelo nos outros grupos populacionais considerados, à exceção dos lusodescendentes que não falam português, que a reproduzem com valores muito similares. Imigrantes e lusodescendentes que falam português são menos propensos a residir sem filhos, ainda que esta situação ocorra em mais de metade dos indivíduos. Nestes grupos, a situação mais comum nos imigrantes é residir com um filho, enquanto nos lusodescendentes que falam português é a de residir com dois ou mais filhos, indo ao encontro da posição destacada que este grupo tem nos agregados domésticos com gerações adjacentes envolvendo pais e filhos menores.

**Os imigrantes e os lusodescendentes que falam português são mais propensos a residir com filhos do que os lusodescendentes que não falam português e os outros residentes.**

Em termos de valores médios, imigrantes e lusodescendentes que falam português obtêm valores mais altos, principalmente os imigrantes portugueses e os lusodescendentes (0,70), que se distanciam bastante do valor da população (0,56). Deste modo, a presença de filhos, e não só de filhos menores, a residirem com pelo menos um dos pais assume particular relevância nas famílias mais próximas da origem portuguesa.

Tabela 16. Filhos que residem com cada indivíduo nos agregados domésticos de imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
0 Filho presente	54,17	59,13	60,35	71,11	69,34
1 Filho presente	26,52	25,59	16,79	13,96	14,27
2 Filhos presentes	14,93	12,24	16,72	10,27	10,38
3 Filhos presentes	3,59	2,55	4,79	3,41	4,16
4 Filhos presentes	0,80	0,49	1,34	1,26	1,85
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<b>Média</b>	<b>0,7</b>	<b>0,6</b>	<b>0,7</b>	<b>0,5</b>	<b>0,56</b>

Nota: As diferenças entre imigrantes portugueses e lusodescendentes não-falantes de português a residir com 3 filhos não são estatisticamente significativas, com um nível de confiança de 95%.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

## 7.5. Casamentos endógenos e mistos

A relação entre o número de casais em que ambos os cônjuges falam português e de casais em que apenas um fala português é muito desequilibrada entre os diferentes grupos. A tendência de o casamento se realizar com pessoas que falam a mesma língua é particularmente forte nos grupos de imigrantes (tabela 17). Ainda assim, mais de um quinto dos casamentos é misto, ou seja, com alguém de fora da comunidade imigrante ou dos lusodescendentes que falam português. Quanto a estes últimos, tendem já maioritariamente a realizar casamentos fora da comunidade dos falantes de português, apesar de os casamentos endógenos exibirem ainda valores muito expressivos (40,2%).

Por fim, os casamentos de imigrantes e de lusodescendentes que falam português com os outros residentes nos EUA que não falam português, apesar de representarem quase um terço, apresentam percentagens residuais, devido ao facto de o número desses casamentos ser muito pequeno no conjunto da população americana. Deste modo, a mais forte presença de casamentos mistos nos lusodescendentes sugere que eles tendem a tornar-se mais frequentes à medida que aumenta geracionalmente a distância à origem portuguesa.

Cerca de um em cinco casamentos dos imigrantes é com alguém de fora da comunidade linguística portuguesa, enquanto para os lusodescendentes que falam português é de três em cada cinco.

Tabela 17. Casamentos endógenos e mistos nos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
Cônjuge imigrante ou lusodescendente que fala português	78,12	77,43	40,20	1,05	0,05
Cônjuge lusodescendente que não fala português ou outro residente nos EUA	21,88	22,57	59,80	98,95	99,95
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: As diferenças entre os imigrantes portugueses e naturalizados não são estatisticamente significativas nas duas categorias consideradas para o cônjuge, com um nível de confiança de 95%.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

---

## 8. Em que condições habitacionais vivem os imigrantes e os lusodescendentes?

---

**Alda Botelho Azevedo e Nachatter Singh Garha**

Cumprindo as funções de providenciar segurança, conforto e privacidade, quer a habitação propriamente dita quer o contexto em que esta se insere desempenham um papel central nas condições de vida, nas oportunidades e no bem-estar das pessoas (Azevedo 2016; Azevedo 2020). Porque é intrinsecamente dependente dos rendimentos das famílias, o acesso à habitação adequada é, em primeiro lugar, uma questão de custos, sendo que pressiona de forma desigual as famílias, em particular as famílias economicamente mais vulneráveis (Council of Europe Development Bank 2017).

A análise das condições habitacionais dos grupos populacionais, imigrantes e lusodescendentes, tomando como grupo de referência os outros residentes nos EUA, começa com uma abordagem ao contexto residencial, a partir de três variáveis-chave do ACS: o estatuto metropolitano, o tipo de alojamento (privado ou coletivo) e o tempo de residência no alojamento. Segue-se uma análise das principais características dos edifícios e dos alojamentos. Por último, consideram-se os custos da habitação com base em dois grupos definidos pelo regime de ocupação da habitação: os proprietários e os arrendatários.

### 8.1. Qual o contexto residencial?

#### **Estatuto metropolitano**

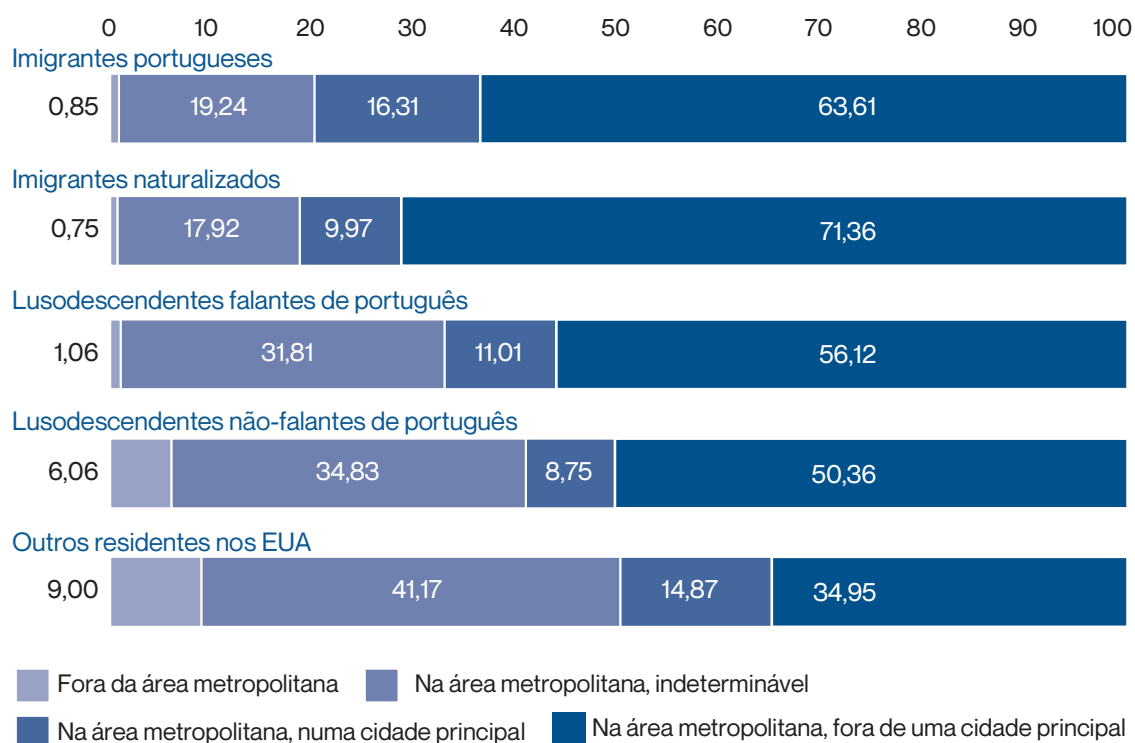
No quinquénio 2016-2020, a maior parte da população dos EUA reside em áreas metropolitanas<sup>17</sup>. Esta percentagem é mais elevada entre os imigrantes naturalizados, seguindo-se os imigrantes portugueses e os lusodescendentes que falam português (figura 16). Nos outros dois grupos, os lusodescendentes que não falam português e os outros residentes nos EUA, as percentagens de residentes nas áreas metropolitanas são bastante mais baixas. Residir numa área metropolitana, fora de uma cidade principal<sup>18</sup>, é especialmente comum entre os imigrantes naturalizados e portugueses (71,36% e 63,31%, respetivamente), o que contrasta com os lusodescendentes, em que sensivelmente metade reside neste contexto, e particularmente com os outros residentes nos EUA, que registam apenas um terço a viver numa área metropolitana, fora de uma cidade principal. De notar, no entanto, que neste último grupo existe uma percentagem alta de residentes numa área metropolitana, sem ser possível determinar mais sobre o seu estatuto metropolitano (41,17%). Residir numa cidade principal de uma área metropolitana é também expressivo no caso dos imigrantes portugueses (16,31%) e dos residentes nos EUA (14,87%).

<sup>17</sup> Uma área metropolitana é uma região constituída por um grande centro urbano e comunidades circundantes que têm um elevado grau de integração económica e social com o centro urbano.

<sup>18</sup> As áreas metropolitanas e as cidades principais definidas para o período 2016-2020 têm por base as definições de 2013 do U.S. Office of Management and Budget.

Em contexto não-metropolitano reside, assim, uma minoria da população, mais alta entre os outros residentes nos EUA, seguida dos lusodescendentes que não falam português. Nos outros três grupos, as percentagens são residuais (inferiores ou iguais a 1%).

Figura 16. Estatuto metropolitano da área de residência dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020



Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### Tempo de residência no alojamento

O ACS contém informação sobre o número de anos em que o *household head* reside no alojamento. Esta informação, ainda que não esteja disponível para todos os residentes, pode ser entendida como uma aproximação à antiguidade no alojamento e a mobilidade residencial dos grupos populacionais. A figura 17 mostra diferenças notáveis entre eles nas categorias dos extremos, isto é, nos casos em que o *household head* reside na mesma casa há menos de 5 e há mais de 20 anos.

Mais de metade dos lusodescendentes que falam português e mais de dois em cada cinco lusodescendentes que não falam português e dos outros residentes nos EUA residem em alojamentos ocupados pelo *household head* há menos de cinco anos.

Nos grupos dos imigrantes, a situação difere: menos de um terço dos imigrantes portugueses reside em casas ocupadas pelo *household head* há menos de cinco anos, sendo que no caso dos imigrantes naturalizados esse valor não vai além dos 16,4% dos casos. Em compensação, estes dois grupos estão bem mais representados na categoria de há mais de 20 anos: é o que acontece em mais de dois em cada cinco dos imigrantes naturalizados e em quase um terço dos imigrantes portugueses.

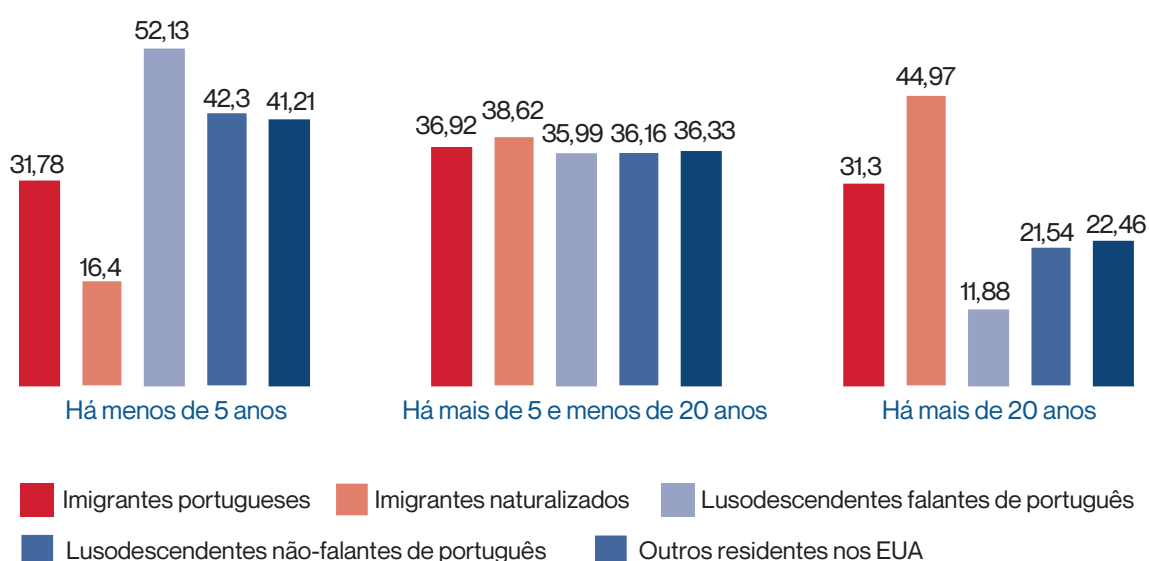
A distribuição pelos três períodos considerados é mais equilibrada entre os imigrantes portugueses: o *household head* reside na casa há menos de 5 anos em pouco menos de



um terço dos casos, noutros tantos, o *household head* vive no alojamento há mais de 20 anos e, por fim, mais de um terço vive na casa há mais de 5 e menos de 20 anos.

Há, assim, dois grupos que se destacam por terem um padrão diferenciado relativamente à antiguidade dos *household heads* no alojamento: por um lado, os lusodescendentes, por apresentarem uma concentração elevada de casos na categoria há menos de 5 anos e uma fraca presença na de há mais de 20 anos e, por outro lado, os imigrantes naturalizados que exibem um perfil oposto, ou seja, uma pequena percentagem de casos a residir no alojamento há menos de 5 anos e uma elevada percentagem na categoria de há mais de 20 anos. Ambas as circunstâncias poderão dever-se, pelo menos em parte, à estrutura etária dos grupos, mais jovem no primeiro caso, e mais envelhecida no segundo.

Figura 17. Anos de residência do *household head* nos alojamentos em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020



Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### Rendimento familiar anual

Sem prejuízo de uma análise detalhada dos rendimentos dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que trabalham ser realizada na secção 9, a relação estreita entre rendimento e condições habitacionais implica que se aborde nesta secção, sumariamente, o rendimento familiar anual médio. Há três grupos que dispõem de rendimentos familiares médios acima dos 100 000 dólares/ano (tabela 18). Por ordem decrescente, os lusodescendentes que falam português, com rendimentos de 121 193 dólares; os lusodescendentes que não falam português, com 118 718 dólares e, por último, os outros residentes, com 103 674 dólares. Os imigrantes portugueses e naturalizados dispõem dos rendimentos mais baixos, de 92 969 dólares e 99 253 dólares, respetivamente. Contrastando os lusodescendentes que falam português com os imigrantes portugueses, o rendimento médio dos primeiros é 30,36% superior ao dos segundos.

Tabela 18. Rendimentos familiares médios dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (em dólares), 2016-2020

	Média
Imigrantes portugueses	92 969
Imigrantes naturalizados	99 253
Lusodescendentes falantes de português	121 193
Lusodescendentes não-falantes de português	118 718
Outros residentes nos EUA	103 674

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### Tipo de alojamento

A maioria das pessoas nos EUA vive em alojamentos familiares. Há, no entanto, um grupo de pessoas que vive em alojamentos coletivos ou institucionais. Este tipo de alojamento está mais representado entre os outros residentes nos EUA (2,63%) e menos entre os imigrantes naturalizados (0,77%) (tabela 19). Para estas diferenças, no que respeita à institucionalização haverá certamente várias razões, designadamente culturais, familiares e/ou financeiras. Tendo em consideração as especificidades destes alojamentos e a reduzida informação disponibilizada sobre estes, a caracterização das condições habitacionais centra-se exclusivamente nos residentes em alojamentos familiares (97,37% do universo de estudo).

Tabela 19. Alojamentos em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
Alojamentos familiares	98,43	99,23	98,36	98,11	97,37
Alojamentos coletivos	1,57	0,77	1,64	1,89	2,63
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: as diferenças entre as proporções dos imigrantes portugueses e lusodescendentes falantes de português não são estatisticamente significativas, com um nível de confiança de 95%.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

## 8.2. Em que edifícios e casas?

Relativamente ao período de construção dos edifícios, verifica-se uma distribuição bastante diferenciada entre, por um lado, os imigrantes e, por outro, os lusodescendentes e os outros residentes nos EUA (tabela 20). Enquanto os imigrantes residem sobretudo em edifícios anteriores a 1969, a maioria dos lusodescendentes habita em edifícios posteriores a 1969, aproximando-se bastante dos outros residentes nos EUA.

Apesar de o período de construção não ser ilustrativo do estado de conservação dos edifícios, porque não tem em conta as eventuais intervenções, quer nos edifícios quer nos alojamentos, denota-se um padrão em que os imigrantes ocupam um segmento mais antigo do parque de habitação. É importante, ainda, salientar que estes números se referem a um quadro nacional, não tendo em consideração as expectáveis diferenças regionais e metropolitanas para as quais contribuirá a própria idade média dos edifícios do parque de habitação, fortemente ligada às tendências de urbanização do território.

## Denota-se um padrão em que os imigrantes ocupam um segmento mais antigo do parque de habitação.

Tabela 20. Período de construção dos edifícios em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
Anterior a 1939	25,47	22,12	16,15	14,06	11,66
1940-69	33,97	30,79	26,05	26,32	25,35
1970-99	31,88	34,62	37,45	41,3	41,82
2000 ou posterior	8,68	12,46	20,35	18,32	21,17
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Possivelmente em virtude das próprias características do edificado nos EUA, bastante horizontalizado, a maioria da população vive em habitações unifamiliares (tabela 21). Esta tendência é, todavia, mais acentuada entre os lusodescendentes que não falam português, os outros residentes nos EUA e os imigrantes naturalizados. Nos casos dos lusodescendentes que falam português e dos imigrantes portugueses, a percentagem de residentes em habitações unifamiliares é bastante menos elevada, ainda assim correspondendo à categoria mais numerosa. A segunda situação mais frequente corresponde a edifícios destinados a alojar entre 2 a 4 famílias, mais comum nos imigrantes portugueses e naturalizados do que nos restantes grupos. Por último, a residência em edifícios multifamiliares com mais de 20 alojamentos está sobretudo presente nos lusodescendentes que falam português, nos imigrantes portugueses e nos outros residentes nos EUA.

## A tipologia de edifício predominante em todos os grupos é a habitação unifamiliar, seguida de edifícios de pequena dimensão (2-4 alojamentos).

Tabela 21. Tipo de edifícios em que residem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
Móvel ou equivalente	1,79	1,16	0,71	3,02	5,51
Habitação unifamiliar	54,53	72,22	65,55	76,43	73,97
2-4 famílias	29,92	20,91	16,00	9,19	6,85
5-19 famílias	6,40	3,56	8,60	6,18	7,13
20+ famílias	7,35	2,15	9,14	5,18	6,54
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Em termos de espaço disponível, medido pelo número médio de quartos na casa (tabela 22), os valores médios, máximo e mínimo observados não diferem muito (0,27). No entanto, há algumas diferenças a assinalar. Dispõem de mais espaço os lusodescendentes que não falam português e os outros residentes nos EUA. Seguem-se, por ordem decrescente, os imigrantes naturalizados, os lusodescendentes que falam português e, por último, os imigrantes portugueses.

Tabela 22. Quartos dos alojamentos em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (média), 2016-2020

	Média
Imigrantes portugueses	2,75
Imigrantes naturalizados	2,97
Lusodescendentes falantes de português	2,94
Lusodescendentes não-falantes de português	3,02
Outros residentes nos EUA	3,01

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Cruzando o número disponível de quartos com a dimensão e composição familiar<sup>19</sup>, verifica-se que a adequação do espaço à família é sempre inferior a um terço dos casos (tabela 23). As percentagens de alojamentos com uma lotação adequada são mais elevadas nos imigrantes portugueses e lusodescendentes que falam português. Nos primeiros, a sublotação ocorre em mais de metade dos casos e a sobrelotação em quase um em cada cinco alojamentos. Nos segundos, a sublotação é menos frequente (ainda assim, quase metade dos casos), mas a sobrelotação é bastante mais significativa, atingindo um em cada quatro alojamentos. Apenas os outros residentes nos EUA têm uma proporção de alojamentos sobrelotados mais elevada do que os lusodescendentes que falam português.

Nos lusodescendentes que não falam português a lotação adequada ocorre em quase um quarto dos casos e nos outros residentes dos EUA em pouco mais de um quinto. Em ambos os grupos, mais de metade das situações de discrepância entre, por um lado, o número de quartos e, por outro, a dimensão e a composição familiar dizem respeito sobretudo à sublotação, apesar de os casos de sobrelotação representarem mais de um quarto dos casos.

O padrão de lotação dos alojamentos dos imigrantes naturalizados destaca-se dos restantes grupos por terem as percentagens mais baixas de alojamentos com lotação adequada e sobrelotados, em virtude de uma elevada proporção de alojamentos sublotados (72,38%).

Tabela 23. Lotação dos alojamentos em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Lotação adequada	Sublotação	Sobrelotação
Imigrantes portugueses	29,63	52,08	18,30
Imigrantes naturalizados	18,15	72,38	9,47
Lusodescendentes falantes de português	29,55	45,15	25,30
Lusodescendentes não-falantes de português	24,41	52,71	22,87
Outros residentes nos EUA	22,19	50,29	27,51

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

<sup>19</sup> Foram considerados como tendo uma lotação adequada os alojamentos com uma sala, um quarto por casal, um quarto para as crianças com menos de 18 anos e um quarto por cada um dos outros residentes no alojamento. Nos alojamentos sublotados o número de quartos é superior e nos alojamentos sobrelotados o número de quartos é inferior ao que seria necessário, segundo a definição utilizada.

Passando a referir o regime de ocupação do alojamento, a situação mais frequente é a propriedade, designadamente a propriedade com hipoteca (tabela 24). Nos grupos, a taxa de ocupação em propriedade é particularmente elevada entre os imigrantes naturalizados (83,23%), valor que se distribui equitativamente entre as situações sem e com hipoteca. Em todos os outros grupos, as diferenças entre as taxas de ocupação nestas duas situações são bastante mais expressivas com a taxa de ocupação em propriedade mais baixa nos imigrantes portugueses (58,05%), razão pela qual têm taxas de ocupação em arrendamento mais elevadas (41,95%).

De realçar também a pouca expressão dos arrendatários com renda gratuita, uma modalidade que abrange as rendas a título de salário ou a troco de produtos agrícolas, entre outras situações equiparáveis. De uma forma geral, é entre os imigrantes que este regime de ocupação do alojamento é mais comum, com especial incidência entre os imigrantes portugueses.

Os resultados apontam para um perfil específico dos imigrantes portugueses relativamente ao regime de ocupação do alojamento que diverge dos restantes quatro grupos. Mais do que resultado de preferências diferenciadas quanto ao regime de ocupação, estes números poderão dever-se aos constrangimentos adicionais que os imigrantes experimentam no acesso à habitação, por terem usualmente menos riqueza acumulada e enfrentarem dificuldades acrescidas no acesso ao crédito para a aquisição de habitação. Reforça esta interpretação o facto de os imigrantes portugueses e naturalizados, como mencionado, disporem de rendimentos familiares médios mais baixos.

Tabela 24. Regime de ocupação dos alojamentos em que vivem os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
Propriedade sem hipoteca	21,26	41,33	15,97	17,54	21,74
Propriedade com hipoteca	36,79	41,90	45,92	51,90	45,03
Arrendatário, sem renda monetária	2,40	1,62	1,20	1,40	1,52
Arrendatário, com renda monetária	39,55	15,15	36,90	29,17	31,71

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

No que respeita às casas com hipotecas, refira-se ainda que a grande maioria dos proprietários têm apenas uma hipoteca, apesar de não ser negligenciável a existência de duas hipotecas, principalmente entre os lusodescendentes que não falam português e os imigrantes naturalizados (tabela 25).

Tabela 25. Hipotecas dos proprietários imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
Uma hipoteca	91,36	83,7	87,06	83,59	86,69
Duas hipotecas	8,64	16,3	12,94	16,41	13,31
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

O ACS também indaga sobre o valor do alojamento caso este fosse posto à venda, uma variável necessariamente subjetiva, com base num cenário hipotético. Os valores médios indicam que os proprietários lusodescendentes que falam português avaliam os seus alojamentos com o valor mais alto (445 901 dólares), seguidos dos proprietários lusodescendentes que não falam português (436 713 dólares). Os restantes grupos indicam valores abaixo dos 400 000 dólares, aparecendo à frente os imigrantes naturalizados (392 235 dólares), depois os imigrantes portugueses (375 296 dólares) e, por último, os outros residentes nos EUA (336 496 dólares). Desta ordenação decrescente sobressai a posição dos imigrantes, sugerindo que, uma vez ultrapassados os obstáculos à compra de propriedade, tendem a avaliar as suas casas, em termos médios, em valores superiores aos outros residentes nos EUA.

### 8.3. Que custos da habitação têm?

#### Proprietários

Tendo em conta o elevado peso da propriedade com hipoteca(s), importa reter o seu valor médio (tabela 26). Relativamente à primeira hipoteca, os valores médios mais elevados são observados entre os lusodescendentes. Como se referiu, são também estes grupos que têm os rendimentos familiares médios mais altos. Seguem-se, por ordem decrescente, os imigrantes e os outros residentes nos EUA, sendo que estes últimos são os que referem valores mais baixos relativos à primeira hipoteca. Entre os que têm uma segunda hipoteca, o valor desta é, geralmente, inferior a um terço do valor da primeira hipoteca.

Os custos mensais dos proprietários incluem, além das hipotecas, os empréstimos ou as dívidas equivalentes sobre a propriedade, os impostos, seguros, serviços públicos e combustíveis. Quando aplicável, estes custos abrangem também o pagamento do condomínio ou custos fixos de casas móveis. Em termos médios, são também os lusodescendentes que falam português os que têm custos mais elevados, seguidos dos lusodescendentes que não falam português. Em terceiro lugar, por ordem decrescente, surgem os imigrantes portugueses. Os outros residentes nos EUA e os imigrantes naturalizados, com valores médios aproximados, correspondem aos grupos com custos médios mensais mais baixos.

Tabela 26. Custos da habitação dos proprietários imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (em dólares), 2016-2020

	Valor médio da 1.ª hipoteca	Valor médio da 2.ª hipoteca	Custos mensais médios
Imigrantes portugueses	1653	451	1708
Imigrantes naturalizados	1599	485	1536
Lusodescendentes falantes de português	1936	462	2103
Lusodescendentes não-falantes de português	1736	491	1917
Outros residentes nos EUA	1491	469	1565

Nota: As diferenças entre os imigrantes portugueses e naturalizados não são estatisticamente significativas nas duas categorias consideradas para o cônjuge, com um nível de confiança de 95%.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

## Arrendatários

O valor médio das rendas monetárias dos arrendatários situa-se em todos os grupos acima dos 1000 dólares, posicionando-se os lusodescendentes que falam português com o valor médio mais alto e os imigrantes naturalizados com o valor médio mais baixo (tabela 27). Os primeiros pagam, em média, mais 47,14% do que os segundos.

Os custos mensais brutos do arrendamento, que incluem, além do valor da renda, os custos dos serviços públicos e de combustíveis são, em certa medida, comparáveis aos custos mensais dos proprietários. Não é, por isso, de estranhar que a ordenação decrescente destes custos seja exatamente a mesma. Os lusodescendentes que falam português registam um valor médio mais elevado, seguindo-se os lusodescendentes que não falam português, os imigrantes portugueses, os outros residentes nos EUA e, por fim, os imigrantes naturalizados. A diferença entre os custos dos proprietários e dos arrendatários é, assim, favorável a estes últimos.

Tabela 27. Custos da habitação dos arrendatários imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (em dólares), 2016-2020

	Valor médio das rendas	Custos mensais brutos médios
Imigrantes portugueses	1184	1358
Imigrantes naturalizados	1014	1194
Lusodescendentes falantes de português	1492	1675
Lusodescendentes não-falantes de português	1300	1489
Outros residentes nos EUA	1143	1330

Nota: As diferenças entre os imigrantes portugueses e naturalizados não são estatisticamente significativas nas duas categorias. consideradas para o cômputo, com um nível de confiança de 95%.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

A ordenação decrescente dos custos com a habitação coloca em primeiro lugar os lusodescendentes que falam português, seguindo-se os lusodescendentes que não falam português, os imigrantes portugueses, os outros residentes nos EUA e, por fim, os imigrantes naturalizados.

---

## 9. Imigrantes e lusodescendentes: que rendimentos têm e em que trabalham?

---

**Lara Patrício Tavares**

Numa economia de mercado, os rendimentos que se auferem determinam o acesso a bens e serviços e, logo, o bem-estar dos indivíduos. Num contexto de elevada desigualdade como é os Estados Unidos – em 2021, quase um quinto de toda a riqueza estava concentrada no 1% da população mais rica, enquanto a metade mais pobre detinha apenas 14% (World Inequality Database) – é particularmente relevante estudar a situação dos imigrantes e lusodescendentes no mercado de trabalho, quer em relação aos seus rendimentos, quer em relação à atividade económica. Como para a esmagadora maioria das pessoas a maior parte dos rendimentos provêm do trabalho (Piketty 2017), aqui vão analisar-se os rendimentos de quem trabalha.

Uma vez que se considera que a população em idade ativa tem 15 ou mais anos, espera-se que os indivíduos que compõem a população empregada (que pertence à população ativa) tenham pelo menos 15 anos. Assim, e tendo em conta os dados disponíveis no ACS<sup>20</sup>, esta secção incide sobre um subconjunto específico da população de imigrantes e lusodescendentes: os indivíduos com 16 e mais anos que reportaram ter recebido algum rendimento do trabalho por conta de outrem no ano anterior ao do inquérito. Este subconjunto representa 50% da população residente nos EUA em 2016-2020. Para simplificar, iremos referir-nos a este subconjunto de indivíduos como os indivíduos que trabalham.

Uma vez que a análise de rendimentos incide não sobre toda a população, como o resto deste estudo, mas apenas sobre uma parte, é importante conhecer este subconjunto de indivíduos cujos rendimentos se vão analisar. É expectável que, por exemplo, tenham níveis de escolaridade superiores aos indivíduos que não participam no mercado de trabalho – e que, como tal, não pertencem a este subconjunto específico.

Depois de uma caracterização de quem são os imigrantes e lusodescendentes que trabalham, e de como diferem ou não do total da população analisada neste estudo, segue-se, então, a análise dos seus rendimentos, quantas horas e em que atividades económicas trabalham e a sua posição socioeconómica.

### 9.1. Quem são os imigrantes e lusodescendentes que trabalham?

A distribuição do conjunto dos 162 922 133 indivíduos que trabalham<sup>21</sup> pelos diferentes grupos da população residente nos EUA (tabela 28) é praticamente idêntica à da população no quinquénio 2016-2020 (ver tabela 1). As diferenças observam-se na proporção de imigrantes naturalizados, que é ligeiramente inferior, e na proporção de lusodescendentes

<sup>20</sup> No ACS, a questão sobre a situação perante o emprego é colocada apenas aos indivíduos com 16 e mais anos. A seleção dos indivíduos que têm algum rendimento de trabalho por conta de outrem no ano anterior ao do inquérito decorre do facto de a situação perante o emprego ser conhecida apenas para a semana antes do inquérito e de a informação sobre os rendimentos do trabalho dizer respeito apenas ao trabalho por conta de outrem. Tal não exclui que estes indivíduos tenham auferido outros rendimentos, nomeadamente rendimentos de trabalho por conta própria.

<sup>21</sup> Este valor corresponde a 50% da população.



que falam português, que é ligeiramente superior (segunda coluna) – o que se reflete nas menor e maior percentagens de indivíduos que trabalham no total da população de cada grupo, respetivamente (quarta coluna). Estas diferenças podem explicar-se pelas diferentes estruturas etárias dos dois grupos. O grupo dos imigrantes naturalizados, no conjunto da população residente nos EUA, tem uma idade média mais elevada que os demais (ver tabela 2), o que faz com que muitos estejam já fora da força de trabalho, enquanto os lusodescendentes que falam português são um/o grupo menos envelhecido. Já a percentagem de mulheres é mais baixa em todos os grupos, especialmente no grupo dos imigrantes portugueses (34,60% vs. 46,94% no total da população)<sup>22</sup>.

Tabela 28. Indivíduos com rendimentos do trabalho entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (n.º e %), 2016-2020

	N.º	%	% no total dos imigrantes e luso-descendentes	% no respetivo grupo do total da população
Imigrantes portugueses	19 742	0,01	2,79	52,11
Imigrantes naturalizados	45 864	0,03	6,47	46,42
Lusodescendentes falantes de português	89 611	0,06	12,64	60,01
Lusodescendentes não-falantes de português	553 456	0,34	78,10	52,41
<b>Subtotal dos imigrantes e lusodescendentes</b>	<b>708 673</b>	<b>0,44</b>	<b>100,00</b>	<b>52,81</b>
Outros residentes nos EUA	162 213 460	99,57		49,88
<b>Total</b>	<b>162 922 133</b>	<b>100,00</b>		<b>49,89</b>

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Olhando para a proporção de indivíduos com o ensino superior no total de indivíduos que têm rendimentos do trabalho<sup>23</sup>, observa-se que, em todos os grupos, esta é superior à observada para a população residente nos EUA em cerca de 5 p.p. (tabela 28 cf. tabela 4). Em termos qualitativos, os resultados são semelhantes, ou seja, os lusodescendentes são o grupo com a maior percentagem de indivíduos com ensino superior (45,28%) – cerca de 10 p.p. mais do que os outros residentes nos EUA; os imigrantes portugueses e naturalizados têm as percentagens mais baixas de indivíduos com ensino superior, sendo a dos imigrantes naturalizados a mais baixa (15,61%). A única diferença relativamente ao total da população residente nos EUA é na melhoria, em termos de posição relativa, dos imigrantes face aos demais grupos – por exemplo, enquanto no total da população a percentagem de imigrantes naturalizados com ensino superior era cerca de um quarto da observada para os lusodescendentes que falam português, nesta amostra é de um terço. Por outras palavras, observa-se uma sobrerrepresentação dos imigrantes com ensino superior no subconjunto dos indivíduos que trabalham, o que sugere a sua maior probabilidade de participar no mercado de trabalho.

Tabela 29. Indivíduos com o ensino superior (BSc +) entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (%), 2016-2020

	%
Imigrantes portugueses	17,36
Imigrantes naturalizados	15,61
Lusodescendentes falantes de português	45,28
Lusodescendentes não-falantes de português	36,70
Outros residentes nos EUA	35,59

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

<sup>22</sup> Sendo 51,04%, 47,91%, 49,85% e 47,86% para os imigrantes naturalizados, lusodescendentes que falam português, lusodescendentes que não falam português e outros residentes nos EUA, respetivamente.

<sup>23</sup> Neste caso, considera-se apenas a população com mais de 18 anos, pois só a partir desta idade existem indivíduos com BSc ou níveis de educação superiores.

<sup>24</sup> Esta semana pode ter ocorrido em qualquer data ao longo do quinquénio 2016-2020.

<sup>25</sup> O facto de haver 3% de desempregados entre os outros residentes nos EUA, por exemplo, não significa necessariamente que a taxa de desemprego da população seja de 3%, uma vez que estamos a analisar os indivíduos que tiveram apenas rendimentos do trabalho no último ano. No entanto, quando se analisa a situação perante o emprego de toda a população (para a qual há essa informação), as percentagens de desempregados (na última semana) dos vários grupos são bastante semelhantes (1,97%, 1,11%, 4,17%, 3,75% e 3,39% respetivamente), mas, como seria de esperar, as percentagens dos que não estão na força de trabalho são muito superiores (26,55%, 32,95% e 36,79%, respetivamente).

<sup>26</sup> Relembre-se que o subconjunto em análise é composto por indivíduos que no último ano auferiram algum rendimento de trabalho por conta de outrem.

<sup>27</sup> A pergunta é "Which one of the following best describes this person's employment last week or the most recent employment in the past 5 years?".

<sup>28</sup> Quando se analisa toda a população para a qual há informação sobre

A variável situação perante o emprego permite-nos saber que, do subconjunto dos indivíduos que tiveram rendimentos do trabalho no ano anterior, 94% fazia parte da força de trabalho (mais de 90% estavam empregados, os restantes desempregados) na semana anterior à do inquérito. Por outras palavras, 6% dos indivíduos que tiveram rendimentos do trabalho no último ano não faziam parte da força de trabalho na semana anterior à realização do inquérito<sup>24</sup>.

Analisando a situação perante o emprego (na semana anterior ao inquérito), constata-se que a percentagem de lusodescendentes que não falam português que estavam empregados é inferior à dos outros grupos (tabela 30). No extremo oposto, verifica-se que os imigrantes têm a percentagem mais elevada de indivíduos empregados, reflexo de percentagens mais baixas de indivíduos desempregados e de indivíduos que não pertenciam à força de trabalho na semana anterior<sup>25</sup>.

Tabela 30. Situação perante o emprego entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
Empregado	95,25	94,86	93,00	90,29	90,98
Desempregado	1,57	1,47	3,01	3,67	3,03
Não está na força de trabalho	3,18	3,67	3,99	6,04	5,99
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: As seguintes diferenças não são estatisticamente significativas, com um nível de confiança de 95%: nos empregados e desempregados, entre os imigrantes portugueses e naturalizados; em quem não está na força de trabalho, entre os lusodescendentes que não falam português e os outros residentes nos EUA.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Como seria de esperar, a distinção entre ser assalariado ou trabalhador por conta própria mostra que a grande maioria dos indivíduos eram assalariados (*work for wages*) (96%) e apenas 4% eram trabalhadores por conta própria<sup>26</sup>. Na interpretação destes resultados tem de se tomar em consideração que a distinção entre ser assalariado ou trabalhador por conta própria reporta não ao ano anterior mas à última semana, ou, em alternativa, aos últimos 5 anos<sup>27</sup>. Assim, um trabalhador que no ano anterior tenha tido rendimentos de trabalho assalariado podia também estar mais recentemente a trabalhar por conta própria.

Embora neste subconjunto que se está a analisar – o dos indivíduos que tiveram rendimentos de trabalho por conta de outrem no ano anterior – haja, naturalmente, poucos trabalhadores por conta própria, os resultados refletem o que se observa para o total da população residente nos EUA<sup>28</sup>. A tabela 31 mostra que a percentagem de trabalhadores por conta própria é superior no grupo dos lusodescendentes que falam português (6,3%), relativamente não só aos outros residentes nos EUA (4,44%) como aos lusodescendentes que não falam português (4,13%). O grupo que exhibe a segunda maior proporção de trabalhadores por conta própria são os imigrantes naturalizados (5,55%). Entre os imigrantes portugueses, os lusodescendentes que não falam português e os outros residentes não há diferenças estatisticamente significativas.

Entre os assalariados, que representam a larga maioria em todos os grupos, também se observam diferenças relevantes (tabela 31). Enquanto entre os imigrantes, portugueses e naturalizados, e os lusodescendentes que falam português a percentagem de indivíduos

que trabalhavam por conta de outrem no setor privado é superior à percentagem observada para os outros residentes nos EUA (75,05%), a situação oposta ocorre para os lusodescendentes que não falam português (72,79%). Essas diferenças refletem-se nas percentagens mais baixas que os três primeiros grupos têm em empregos dos governos federal, estadual e local, sendo que as percentagens de imigrantes portugueses empregados no governo local é bastante inferior à dos imigrantes naturalizados e lusodescendentes que falam português. A percentagem de lusodescendentes que falam português empregados no governo estadual praticamente não difere da dos outros residentes nos EUA, sendo que os lusodescendentes que não falam português têm uma percentagem ligeiramente superior (mas estatisticamente significativa) à daqueles dois grupos de empregados no governo estadual. Já no caso do emprego no governo local, a percentagem de lusodescendentes que falam português aí empregados é inferior à dos que não falam português e à dos outros residentes nos EUA, sendo a diferença entre estes dois grupos também estatisticamente significativa, a favor dos lusodescendentes que não falam português<sup>29</sup>.

Tabela 31. Tipo de trabalhador entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
Trabalhador por conta própria	4,45	5,55	6,30	4,13	4,44
Trabalhador assalariado	95,55	94,45	93,70	95,87	95,56
<b>Entre os assalariados</b>					
Salário, setor privado	83,82	79,25	78,10	72,79	75,05
Salário, sem fins lucrativos	9,22	9,14	8,48	9,46	8,96
Empregado do governo federal	1,20	1,54	2,06	3,34	3,38
Empregado do governo estadual	2,30	3,62	4,63	5,05	4,78
Empregado do governo local	3,36	6,19	6,41	9,07	7,58
Trabalhador familiar não-remunerado	0,10	0,25	0,31	0,29	0,26
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Nota: As seguintes diferenças não são estatisticamente significativas, com um nível de confiança de 95%: para os trabalhadores por conta própria e assalariados, entre os imigrantes portugueses e, os lusodescendentes que não falam português e entre os imigrantes portugueses e os outros residentes nos EUA. Para os empregados do governo federal, entre os lusodescendentes que não falam português e os outros residentes nos EUA.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

## 9.2. Quais os rendimentos dos imigrantes e lusodescendentes que trabalham?

Uma vez que esta secção incide sobre os trabalhadores que têm rendimentos de trabalho por conta de outrem, a análise dos rendimentos dos imigrantes e lusodescendentes terá como ponto de partida o rendimento individual total de trabalho assalariado. Contudo, como os indivíduos podem ter rendimentos de outras fontes, analisar-se-á, em seguida, o rendimento individual total, o que nos permitirá ver que parte do seu rendimento individual é rendimento do trabalho (por conta de outrem). Posteriormente, analisam-se outros rendimentos de quem trabalha, nomeadamente pensões e rendimentos de capital. Por fim, como a maior parte dos indivíduos não vive sozinha (ver secção 7), analisa-se o rendimento total da família a que o indivíduo pertence. Todos os rendimentos analisados são rendimentos brutos, isto é, antes de impostos.

se o trabalho é por conta própria ou por conta de outrem (192 163 556 observações), as percentagens de trabalhadores por conta própria são 9,97%, 12,78%, 14,44%, 9,64% e 9,79% para os imigrantes portugueses, imigrantes naturalizados, lusodescendentes que falam português, lusodescendentes que não falam português e outros residentes nos EUA, respetivamente.

<sup>29</sup> As percentagens de empregados dos governos federal, estadual e local entre os assalariados são muito semelhantes às observadas para o total da população, uma vez que são indivíduos que trabalham por conta de outrem.

## Rendimento individual total de trabalho assalariado

O desempenho dos imigrantes e dos lusodescendentes em termos de rendimentos de trabalho assalariado supera o dos outros residentes nos EUA (tabela 32).<sup>30</sup> Os lusodescendentes que falam português recebem, em média, mais 22% do que os outros residentes nos EUA. No caso dos imigrantes naturalizados, imigrantes portugueses e lusodescendentes que não falam português, essa diferença percentual é de 12%, 9% e 7%, respetivamente – sendo que a diferença entre o rendimento médio destes dois últimos grupos não é estatisticamente significativa.

Note-se que os imigrantes, portugueses e naturalizados, têm rendimentos médios superiores aos dos outros residentes nos EUA e aos dos lusodescendentes que não falam português, apesar de terem percentagens muito mais baixas de indivíduos com escolaridade superior.

De acordo com o perfil de rendimentos ao longo da vida, os rendimentos do trabalho são inicialmente mais baixos, subindo ao longo da carreira (Thornton et al. 1997). Tendo em conta que os imigrantes, portugueses e naturalizados, estavam, em média, na fase final da idade nobre do mercado de trabalho ou para lá dela, isso pode ajudar, em parte, a explicar a razão de os seus rendimentos médios serem superiores aos dos restantes grupos. No entanto, esta explicação não ajuda a perceber a razão dos rendimentos médios mais elevados dos lusodescendentes, que estão, em média, numa fase mais inicial da idade nobre do mercado de trabalho.

Tabela 32. Rendimento bruto total do trabalho por conta de outrem entre os imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (em dólares), 2016-2020

	Média	Em % do rendimento dos outros residentes nos EUA
Imigrantes portugueses	56 616,45	108,89
Imigrantes naturalizados	58 130,59	111,80
Lusodescendentes falantes de português	63 581,34	122,28
Lusodescendentes não-falantes de português	55 804,90	107,33
Outros residentes nos EUA	51 995,96	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

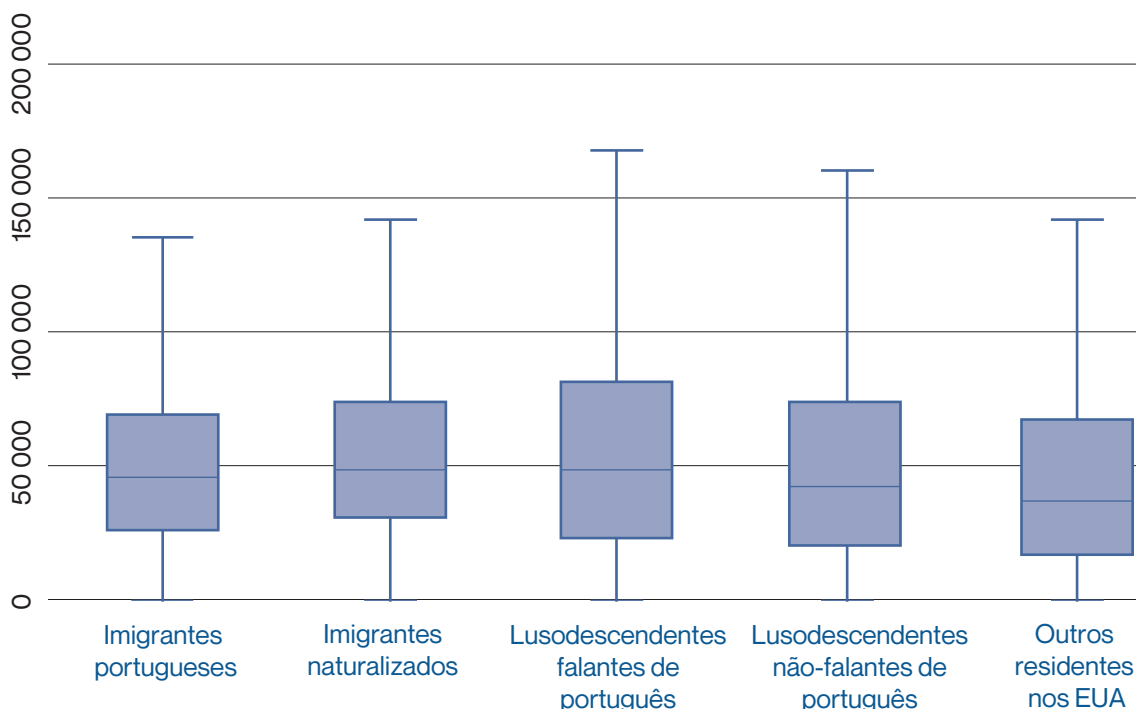
Os lusodescendentes que falam português têm, em média, rendimentos do trabalho por conta de outrem superiores em mais de 20% aos dos outros residentes nos EUA.

Quando se analisa a dispersão do rendimento (figura 18), observa-se que o grupo que tem um rendimento médio mais elevado – os lusodescendentes que falam português – é o que apresenta maior dispersão de rendimentos. Os retângulos a azul mostram o intervalo de valores entre o percentil 25 (base do retângulo azul) e o percentil 75 (topo do retângulo azul). Os percentis 25 e 75 indicam o valor para o qual 25% ou 75% dos indivíduos, respetivamente, recebem um rendimento inferior a esse valor. O traço horizontal dentro do retângulo azul representa a mediana, ou seja, o percentil 50.

<sup>30</sup> Os rendimentos de trabalho por conta de outrem podem corresponder a rendimentos de mais de um emprego.

Assim, a figura 18 mostra que a metade dos lusodescendentes que falam português que recebem rendimentos entre os percentis 25 e 75 têm rendimentos mais heterogéneos do que os outros grupos. No extremo oposto, os imigrantes portugueses são o grupo com menor dispersão de rendimentos, pese embora os imigrantes portugueses não sejam o grupo com um rendimento médio mais baixo. Por outro lado, é também de salientar que o percentil 25 e a mediana do rendimento do trabalho assalariado dos imigrantes portugueses são superiores aos dos outros residentes nos EUA e dos lusodescendentes que não falam português. Tal significa que os imigrantes portugueses que auferem rendimentos mais baixos recebem rendimentos mais elevados do que os lusodescendentes que não falam português ou do que outros residentes nos EUA que, dentro dos seus grupos, auferem rendimentos mais baixos.

Figura 18. Dispersão do rendimento bruto total do trabalho por conta de outrem dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (em dólares), 2016-2020



Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

O rendimento médio dos imigrantes portugueses é superior ao dos outros residentes nos EUA. Mesmo os rendimentos baixos dos imigrantes portugueses são mais elevados do que os rendimentos baixos dos outros residentes nos EUA.

## Rendimento individual total

Os respondentes do ACS são inquiridos também sobre o seu rendimento bruto individual total, isto é, de todas as fontes. Como se pode ver, todos os grupos têm um rendimento médio individual total superior ao dos outros residentes nos EUA, sendo que os lusodescendentes que falam português são os que, mais uma vez, se destacam: têm um rendimento médio individual total 18% superior ao dos outros residentes nos EUA (tabela 33)<sup>31</sup>. Os imigrantes naturalizados têm o segundo rendimento médio individual total mais elevado, que é significativamente superior ao dos outros residentes nos EUA – uma diferença de 14 p.p. Note-se que estas diferenças são menores do que as observadas quando se analisa apenas o rendimento do trabalho, com exceção dos imigrantes naturalizados. Este resultado pode refletir um maior peso de outros rendimentos que não do trabalho no rendimento individual total dos imigrantes naturalizados.

Tabela 33. Rendimento médio individual total dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (em dólares), 2016-2020

	Média	Em % do rendimento dos outros residentes nos EUA
Imigrantes portugueses	59 033,3	104,46
Imigrantes naturalizados	64 539,47	114,20
Lusodescendentes falantes de português	66 993,91	118,55
Lusodescendentes não-falantes de português	60 469,33	107,00
Outros residentes nos EUA	56 513,37	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Como seria de esperar, o peso do rendimento do trabalho por conta de outrem no rendimento individual total é muito elevado para todos os grupos – sempre acima de 90% –, mas é particularmente elevado precisamente para os lusodescendentes que falam português (94,90%) e para os imigrantes portugueses (95,09%)<sup>32</sup>. Isto sugere que estes dois grupos recebem menos de outras componentes do rendimento como pensões ou rendimentos de capital, por exemplo.

## Outros rendimentos de quem trabalha

O ACS permite distinguir entre pensões da segurança social, pensões de sobrevivência, reformas do caminho de ferro americano ou incapacidade permanente para o trabalho (primeira coluna da tabela 34) e pensões de velhice, sobrevivência e incapacidade que não da segurança social (segunda coluna da mesma tabela). Os valores reportados são os valores médios destas pensões para cada grupo, sendo a percentagem no grupo a percentagem de indivíduos no grupo (imigrantes portugueses, por exemplo) que, tendo rendimentos do trabalho, também auferia de pensões.

À exceção dos imigrantes naturalizados, em todos os grupos de portugueses ou lusodescendentes, a percentagem de indivíduos que receberam pensões da segurança social e sobrevivência, e outras pensões acima era inferior à observada para os outros residentes nos EUA – em particular os imigrantes portugueses e os lusodescendentes que falam português. O valor mais elevado observado para os imigrantes naturalizados (9,35%) pode estar relacionado com o maior peso dos indivíduos com 65 e mais anos

<sup>31</sup> Quando os respondentes são inquiridos sobre o seu rendimento bruto individual total, isto é, de todas as fontes, no ano anterior, podem igualmente reportar prejuízos. No entanto, como seria de esperar, a percentagem de indivíduos que reportam prejuízos é muito baixa (menos de 1%). Nesta análise consideram-se apenas rendimentos positivos, correspondentes a 162 894 254 indivíduos.

<sup>32</sup> Estes cálculos foram realizados analisando apenas os indivíduos que tinham um rendimento individual total positivo.

Tabela 34. Rendimentos de pensões dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (em dólares), 2016-2020

	Pensões da segurança social e sobrevivência, e outras pensões	Pensões de velhice, sobrevivência e incapacidade
Imigrantes portugueses	14 672,63	15 788,34
<b>% no grupo</b>	<b>3,93</b>	<b>2,08</b>
Imigrantes naturalizados	15 222,15	15 692,72
<b>% no grupo</b>	<b>9,35</b>	<b>4,93</b>
Lusodescendentes falantes de português	14 322,15	15 680,74
<b>% no grupo</b>	<b>1,40</b>	<b>1,96</b>
Lusodescendentes não-falantes de português	15 735,82	23 375,54
<b>% no grupo</b>	<b>4,68</b>	<b>4,87</b>
Outros residentes nos EUA	15 560,05	22 531,42
<b>% no grupo</b>	<b>5,38</b>	<b>4,56</b>

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

neste grupo: 11,35 % vs. 3,98%, 1,89%, 5,14% e 6,02% para os imigrantes portugueses, lusodescendentes que falam português, lusodescendentes que não falam português e outros residentes nos EUA, respetivamente. Este resultado parece confirmar parte da explicação do resultado encontrado anteriormente, segundo o qual os imigrantes naturalizados recebem mais de outras componentes de rendimento (que não de trabalho) do que os restantes grupos. Em termos do valor médio do rendimento destas pensões, este é semelhante entre os vários grupos – embora as pequenas diferenças entre os lusodescendentes que não falam português e os outros residentes nos EUA, e os outros grupos sejam estatisticamente significativas (entre os dois primeiros grupos, entre si, não há diferença), assim como entre os imigrantes naturalizados e os lusodescendentes que falam português.

No que diz respeito às pensões de velhice, sobrevivência e incapacidade (que não da segurança social), observa-se que são os imigrantes naturalizados o grupo que tem uma maior percentagem de indivíduos com esse tipo de pensões. No entanto, neste caso, essa percentagem é apenas muito ligeiramente superior à dos lusodescendentes que não falam português e à dos outros residentes nos EUA – embora o primeiro grupo seja mais envelhecido, isto é, tenha uma percentagem maior de indivíduos com 65 e mais anos (50,82% vs. 35,5% e 41,23%, respetivamente). Estes dados mostram ainda que as pensões que não da segurança social que os imigrantes, portugueses e naturalizados, e os lusodescendentes que falam português recebem são inferiores em cerca de 30% às dos outros residentes nos EUA (não havendo diferenças estatisticamente significativas entre os três primeiros grupos). É de sublinhar que, independentemente do grupo, os indivíduos que têm estas pensões são indivíduos que continuam a trabalhar. Por outro lado, os rendimentos do trabalho que auferem são inferiores aos rendimentos médios do conjunto dos indivíduos que têm rendimentos do trabalho, sobretudo no caso dos imigrantes, portugueses e naturalizados (74,01% e 82,74%, respetivamente).

### Rendimentos de capital

Os imigrantes portugueses e os lusodescendentes que não falam português recebem menos rendimentos de capital<sup>33</sup> do que os outros residentes nos EUA e, à exceção dos imigrantes naturalizados, a percentagem de indivíduos que tem rendimentos de capital,

<sup>33</sup> Rendimentos brutos de juros, dividendos, *royalties* e de propriedade, *estates ou trusts*.

em cada grupo, está abaixo de 10% (tabela 35). Os imigrantes naturalizados destacam-se dos demais também pelo valor médio do rendimento de capital que recebem: 34% superior ao dos outros residentes nos EUA. À semelhança do que se observou relativamente aos rendimentos de pensões, este resultado mostra que os imigrantes naturalizados recebem relativamente mais rendimentos que não do trabalho e, como tal, ajuda a perceber porque têm um rendimento individual total superior aos dos outros residentes nos EUA em 14 p.p. (tabela 33).

Tabela 35. Rendimentos de capital dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (em dólares), 2016-2020

	Média	% no respetivo grupo	Em % do rendimento dos outros residentes nos EUA
Imigrantes portugueses	10 217,02	6,66	69,23
Imigrantes naturalizados	19 784,65	14,72	134,06
Lusodescendentes falantes de português	14 582,21	9,30	98,81
Lusodescendentes não-falantes de português	13 467,27	9,81	91,25
Outros residentes nos EUA	14 757,88	8,99	100,00

Nota: As seguintes diferenças não são estatisticamente significativas, com um nível de confiança de 95%: entre os lusodescendentes que falam português e os outros residentes nos EUA.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Entre os indivíduos que trabalham, os imigrantes naturalizados têm rendimentos de capital superiores aos dos outros residentes nos EUA em 34 pontos percentuais.

### Rendimento total da família

Como a maior parte das pessoas não vivem sós mas em família, o seu bem-estar não depende apenas do seu rendimento individual mas também do da família. Em relação ao rendimento médio total da família do indivíduo<sup>34</sup>, observa-se um padrão semelhante ao encontrado até aqui, mas com uma importante diferença (Tabela 36): o rendimento médio total da família dos imigrantes portugueses é mais baixo do que o dos outros residentes nos EUA. Tratando-se do rendimento da família, que depende do número de elementos que a compõem, este/ tal resultado podia, em parte, dever-se ao facto de os imigrantes portugueses viverem em famílias mais pequenas, nomeadamente viverem sós. No entanto, os resultados da secção ‘Com quem vivem?’ mostram que tal não é o caso, o que sugere que os familiares destes imigrantes portugueses que trabalham tendem a ter rendimentos mais baixos do que os dos outros residentes nos EUA.

Tabela 36. Rendimento bruto total da família dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (em dólares), 2016-2020

	Média	Em % do rendimento dos outros residentes nos EUA
Imigrantes portugueses	105 774,7	97,80
Imigrantes naturalizados	120 200,1	111,14
Lusodescendentes falantes de português	126 253,4	116,74
Lusodescendentes não-falantes de português	119 453,9	110,45
Outros residentes nos EUA	108 150,9	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

<sup>34</sup> Nesta variável há 4% de *missings*. Só temos valores positivos para o rendimento total da família para 159 425 187 indivíduos.



Os rendimentos médios totais da família dos imigrantes naturalizados e dos lusodescendentes que não falam português são estatisticamente idênticos – ambos significativamente mais elevados do que o dos outros residentes nos EUA.

### 9.3. Quantas horas trabalham e em que atividades económicas?

A tabela 37 revela o número de horas habituais de trabalho por semana, nos casos em que o indivíduo trabalhou no ano anterior ao inquirido. Os resultados mostram que os imigrantes portugueses trabalham mais horas do que os imigrantes naturalizados, que, por sua vez, trabalham mais horas do que os lusodescendentes que falam português. Os lusodescendentes que não falam português são os que menos horas trabalham, menos do que os outros residentes nos EUA.

Tabela 37. Horas trabalhadas por semana pelos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho, 2016-2020

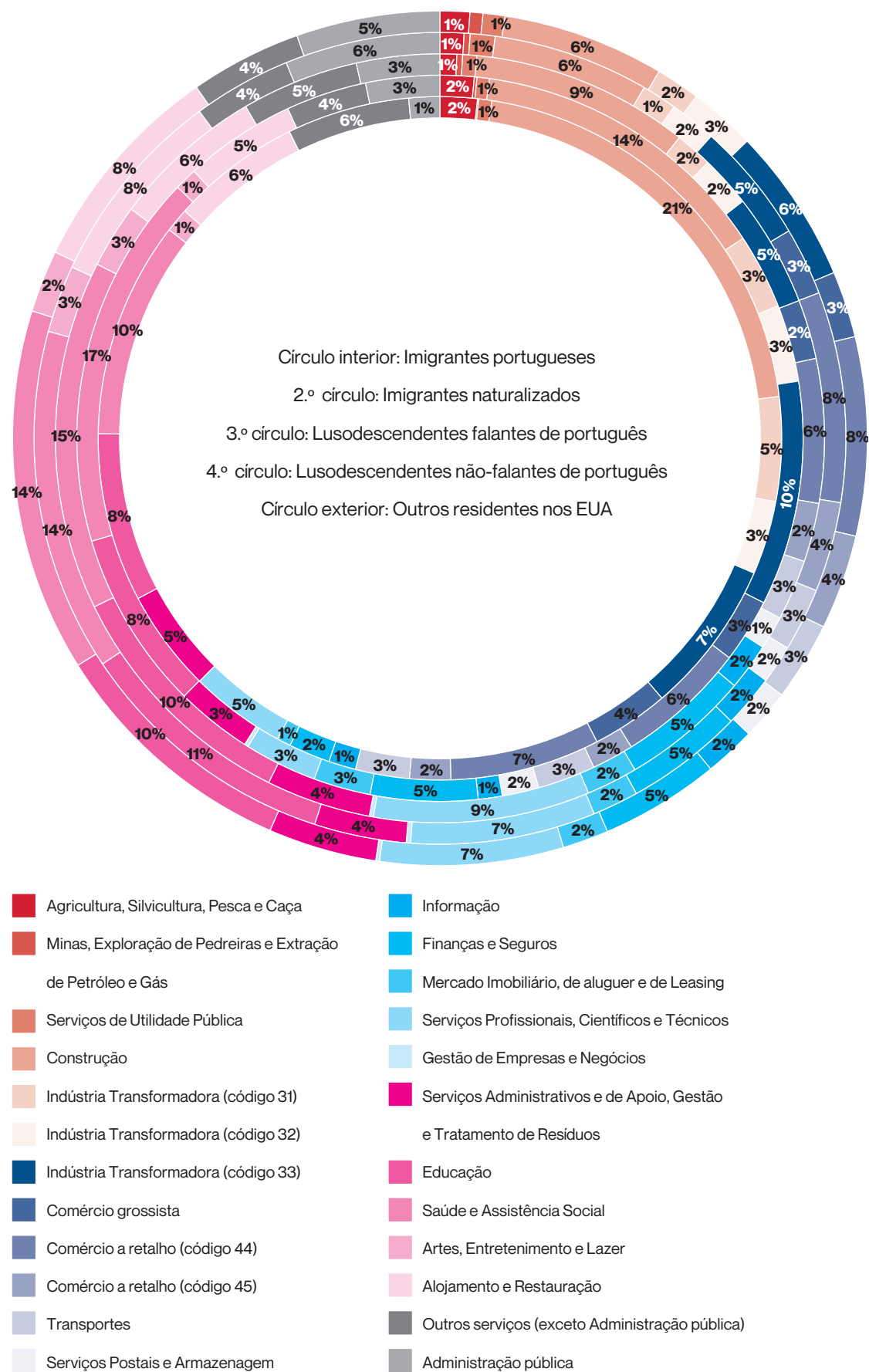
	Média
Imigrantes portugueses	40,27
Imigrantes naturalizados	39,52
Lusodescendentes falantes de português	39,23
Lusodescendentes não-falantes de português	38,08
Outros residentes nos EUA	38,51

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Da análise das atividades económicas em que os indivíduos dos diferentes grupos trabalham sobressaem diferenças interessantes<sup>35</sup>. Os imigrantes, portugueses e naturalizados, e os lusodescendentes que falam português têm uma maior presença na *construção* quando comparados com os outros residentes nos EUA, sendo a diferença particularmente expressiva no caso dos imigrantes portugueses – um em cada cinco dos imigrantes portugueses trabalha na construção (figura 19). Refira-se também que este resultado se observa para os lusodescendentes que falam português, mas não para os que não falam. Embora com uma menor magnitude, observa-se para os imigrantes portugueses e naturalizados uma maior presença nas *indústrias transformadoras* comparativamente com os outros residentes nos EUA (diferenças de 6 e 7 p.p.). Os lusodescendentes, por seu turno, estão comparativamente menos concentrados nas indústrias transformadoras do que os outros residentes nos EUA. É também notória a menor presença dos imigrantes em *atividades de consultoria, científicas e técnicas*. Importa referir, ainda assim, a diferença entre os imigrantes portugueses e os naturalizados: os primeiros, apesar de terem uma percentagem de indivíduos com ensino superior semelhante à dos imigrantes naturalizados (ver tabela 29), têm uma maior percentagem de trabalhadores nesta última atividade. De assinalar também que os lusodescendentes, particularmente os que falam português, têm uma maior percentagem de trabalhadores nas *atividades de consultoria, científicas e técnicas* do que os outros residentes nos EUA. Os imigrantes, portugueses e naturalizados, estão também menos representados nas atividades de *alojamento e restauração* e, neste último caso, também os lusodescendentes.

<sup>35</sup> As atividades económicas utilizadas nesta secção correspondem à Lista de códigos da indústria de 2017, utilizadas pelo PUMS no quinquénio 2016-2020.

Figura 19. Distribuição dos trabalhadores que têm rendimentos do trabalho por atividades económicas, imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA (%), 2016-2020

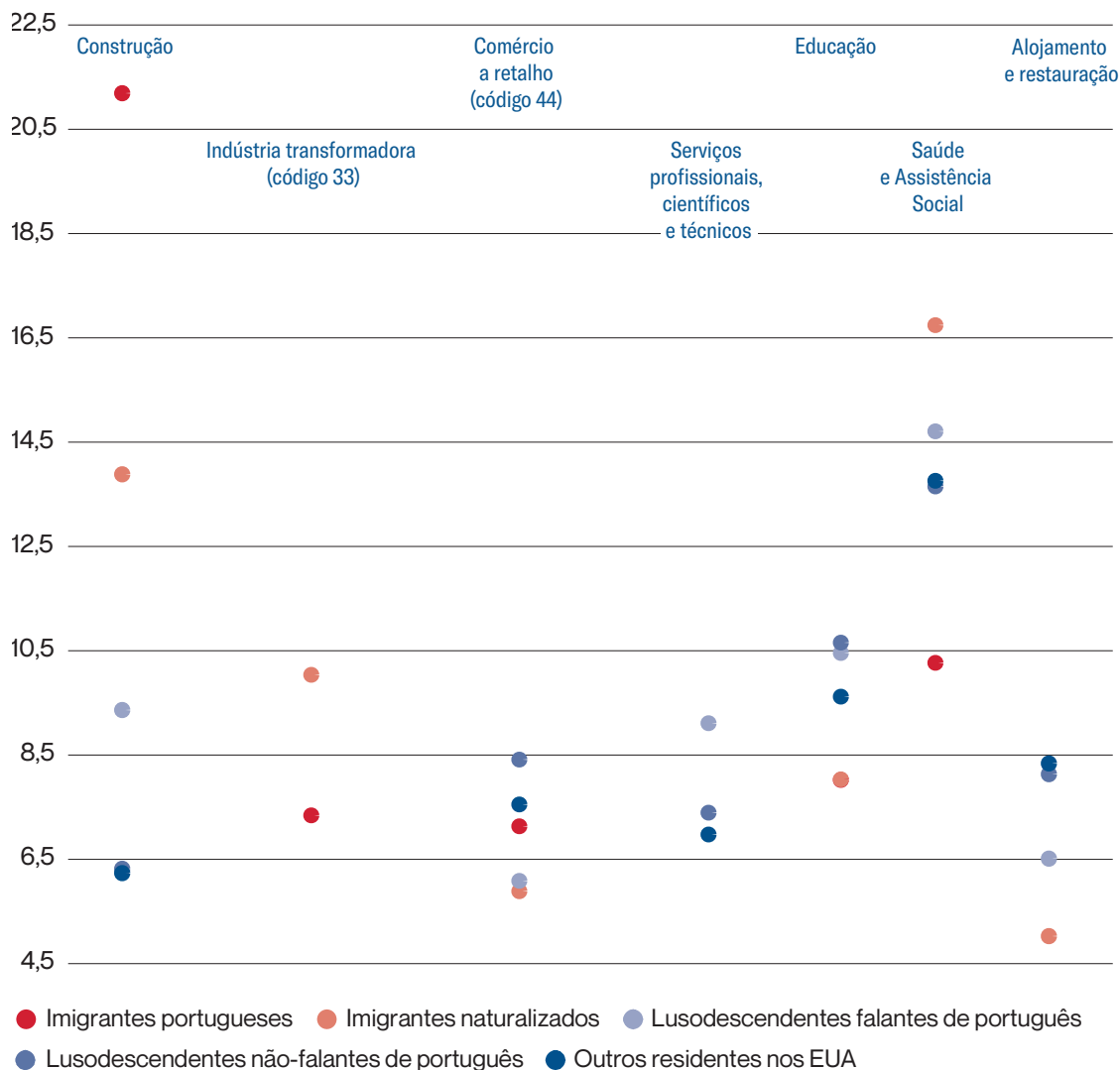


Fonte: microdados do American Community Survey. Cálculos dos autores.

Um em cada cinco dos imigrantes portugueses trabalha na construção. Os lusodescendentes, particularmente os que falam português, têm uma maior percentagem de trabalhadores em atividades de consultoria, científicas e técnicas do que os outros residentes nos EUA.

Usando a mesma informação, podemos assinalar quais as atividades onde mais se concentram os trabalhadores de cada grupo. Ordenando-os de forma decrescente e limitando a análise às atividades que, em cada grupo, concentram pelo menos 50% dos trabalhadores do respetivo grupo, observa-se que há atividades com uma grande concentração, transversal aos vários grupos. É o caso das *indústrias transformadoras, do comércio a retalho, da educação e de cuidados de saúde e assistência social* (figura 20). Pelo contrário, os lusodescendentes, concentram-se mais em *atividades de consultoria, científicas e técnicas* do que os restantes residentes nos EUA, sobretudo os que falam português.

Figura 20. Distribuição dos trabalhadores que têm rendimentos do trabalho nas atividades económicas que, em cada grupo, concentram mais trabalhadores (%), 2016-2020



Fonte: microdados do American Community Survey. Cálculos dos autores.

## 9.4. Qual a posição socioeconómica?

A análise da ocupação profissional, em si, é muito complexa, dada a miríade de ocupações diferentes. Assim, a ocupação profissional é geralmente analisada através de indicadores numéricos. Aqui vamos analisar um indicador baseado no rendimento (*Occupational Income Score*), outro baseado na escolaridade (*Occupational Education Score*) e, por fim, um indicador baseado nos rendimentos e nível de escolaridade (*Nam-Powers-Boyd Occupational Status Score*).

### **Occupational Income Score**

O *Occupational Income Score* é uma medida contínua da ocupação profissional (cujo valor máximo é 80), que corresponde ao rendimento mediano total de todas as pessoas que tinham aquela ocupação específica<sup>36</sup>.

Os imigrantes, portugueses e naturalizados, estão mais concentrados do que qualquer outro grupo em ocupações com um rendimento mediano mais baixo (tabela 38). Tendo em conta que, em média, o rendimento do trabalho por conta de outrem dos imigrantes portugueses e naturalizados é superior ao dos outros residentes nos EUA, este resultado sugere que, apesar de os imigrantes portugueses e naturalizados estarem relativamente mais concentrados nas ocupações mais mal pagas, auferem rendimentos mais elevados do que os outros indivíduos que têm as mesmas ocupações. De notar também é o facto de os lusodescendentes terem uma menor percentagem de indivíduos nessas ocupações mais mal pagas do que os outros residentes nos EUA, o que, neste caso, pode ser explicado pela maior percentagem de indivíduos com ensino superior.

Os imigrantes, portugueses e naturalizados, estão relativamente mais concentrados em ocupações mais mal pagas, mas auferem rendimentos mais elevados do que os outros indivíduos que têm as mesmas ocupações.

Quando se consideram as ocupações que têm scores na metade superior do *ranking* (acima de 40), os lusodescendentes que falam português destacam-se claramente de todos os outros grupos, sendo notável a diferença relativamente aos outros residentes nos EUA. No entanto, quando se consideram as ocupações que têm o rendimento mediano mais elevado (entre 61 e 80), a percentagem de lusodescendentes que falam português é inferior à dos outros residentes nos EUA (1,22 vs. 1,34), não obstante terem, em média, um rendimento de trabalho assalariado superior ao dos outros residentes nos EUA e uma percentagem substancialmente maior de indivíduos com ensino superior.

<sup>36</sup> Para efeitos de comparabilidade ao longo dos anos, o rendimento mediano total do *Occupational Income Score* é medido em centenas de dólares de 1950, e corresponde ao rendimento mediano total de todas as pessoas que tinham aquela ocupação específica em 1950, isto é, utiliza-se o esquema de classificação de 1950.

Tabela 38. *Occupational Income Score* dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
0 - 20	36,10	29,05	23,72	22,88	25,58
21 - 40	46,65	53,40	49,08	55,61	54,49
41 - 60	17,14	17,18	25,97	20,54	18,59
61 - 80	0,11	0,37	1,22	0,97	1,34
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

### **Occupational Education Score**

O *Occupational Education Score* é uma medida que indica a percentagem de pessoas na categoria ocupacional do respondente que tem um ou mais anos de escolaridade superior (*college*)<sup>37</sup>.

Quando se usa o *score* das ocupações baseado no nível de escolaridade, há algumas diferenças nos resultados relativamente aos que se obtêm quando o *score* se baseia no rendimento. Neste caso, os lusodescendentes que falam português estão ligeiramente mais concentrados do que os outros residentes nos EUA em ocupações nas quais a percentagem de pessoas com um ou mais anos de escolaridade superior é mais baixa (tabela 39) – apesar de terem uma percentagem maior de indivíduos com ensino superior. Embora fosse interessante explorar este resultado no sentido de perceber se se deve a algum tipo de discriminação, essa análise está fora do âmbito do presente estudo.

Tabela 39. *Occupational Educational Score* dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (%), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
0 - 20%	3,45	1,67	1,27	0,41	0,74
21 - 40%	52,94	38,17	23,27	23,69	28,71
41 - 60%	16,79	24,75	20,31	24,23	23,19
61 - 80%	13,33	22,09	24,27	23,69	20,87
81 - 100%	13,49	13,32	30,88	27,98	26,48
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Mais de 30% dos lusodescendentes que falam português têm ocupações associadas a uma força de trabalho com elevados níveis de escolaridade.

É também de notar a muito mais elevada concentração dos imigrantes portugueses em ocupações onde a percentagem de pessoas com um ou mais anos de escolaridade superior é relativamente baixa (entre 21 e 40%), comparativamente com os outros

<sup>37</sup> Nesta variável há *missings*, o que significa que os dados apresentados na tabela 11 se referem a um total de 161 763 177 indivíduos. Neste indicador usa-se o esquema de classificação de ocupações de 1990.

grupos, especialmente os lusodescendentes e outros residentes nos EUA. Nesta categoria, não se observam diferenças entre os lusodescendentes.

Os lusodescendentes e os outros residentes nos EUA estão repartidos de forma mais ou menos semelhante nas categorias para as quais a percentagem de pessoas com um ou mais anos de escolaridade superior é superior a 20%, sendo que para os três grupos, essa percentagem é ligeiramente mais elevada nas ocupações onde a percentagem de pessoas na categoria ocupacional do respondente que tem um ou mais anos de escolaridade superior é bastante elevada (acima de 80%). Tal é, particularmente, o caso dos lusodescendentes que falam português: mais de 30% têm ocupações nas quais mais de 80% das pessoas tem um ou mais anos de escolaridade superior. Isso explica, em parte, o facto de terem ocupações onde o rendimento mediano é mais elevado que o das ocupações dos outros grupos, nomeadamente o dos outros residentes nos EUA.

Note-se que, apesar de a percentagem de imigrantes portugueses em ocupações onde a percentagem de pessoas com um ou mais anos de escolaridade superior excede os 60% (26,82%) ser muito inferior à observada para os outros grupos, tal não acontece relativamente à percentagem de indivíduos em ocupações com rendimentos medianos relativamente elevados (*score* acima de 40). Isto sugere que uma fração significativa de imigrantes portugueses estão em ocupações que, não exigindo níveis de escolaridade elevados, oferecem remunerações relativamente elevadas. No entanto, na última categoria não se observam diferenças entre os imigrantes.

Uma fração significativa de imigrantes portugueses parecem estar em ocupações que, não exigindo níveis de escolaridade elevados, oferecem remunerações relativamente elevadas.

### **Nam-Powers-Boyd Occupational Status Score**

Este indicador atribui a cada ocupação (usando o esquema de classificação de ocupações de 1990) um *score* baseado nos rendimentos medianos e o nível de escolaridade mediano associado a cada categoria<sup>38</sup>.

O *Nam-Powers-Boyd Occupational Status Score* mostra que os imigrantes, portugueses

Tabela 40. *Nam-Powers-Boyd Occupational Status Score* dos imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA que têm rendimentos do trabalho (n.º), 2016-2020

	Imigrantes		Lusodescendentes		Outros residentes nos EUA
	Portugueses	Naturalizados	Falantes de português	Não-falantes de português	
0 - 20	19,45	16,53	9,98	10,24	13,14
21 - 40	43,93	33,14	28,13	28,8	30,69
41 - 60	15,98	24,59	16,6	19,5	17,79
61 - 80	6,22	11,45	14,93	16,84	14,95
81 - 100	14,43	14,28	30,35	24,62	23,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

<sup>38</sup> Nesta variável há *missings*, o que significa que os dados apresentados na tabela 40 se referem a um total de 161 763 177 indivíduos.

e naturalizados, estão mais concentrados na categoria mais baixa (0 a 20) do que os outros residentes nos EUA, acontecendo o inverso para os lusodescendentes, quer falem português ou não – sendo que, entre estes, não se observa uma diferença estatisticamente significativa (tabela 40). Comparando este resultado com o da tabela 39, pode verificar-se que, apesar de os lusodescendentes que falam português (tal como os imigrantes) estarem mais concentrados na categoria mais baixa quando se tem apenas em conta o nível de escolaridade (quando comparados com os outros residentes nos EUA), o mesmo não acontece quando se tem em conta simultaneamente o rendimento e o nível de escolaridade medianos da ocupação. Este resultado sugere que os poucos lusodescendentes que falam português que têm ocupações associadas a níveis de escolaridade baixos (1,27%) têm remunerações mais elevadas que os outros residentes nos EUA que têm o mesmo tipo de ocupações. De resto, os lusodescendentes estão menos representados que os outros residentes nos EUA nas categorias baixas e intermédia (de 0 a 60), na categoria entre 61 e 80, estão igualmente representados (não se observa uma diferença estatisticamente significativa), e estão mais representados na categoria mais elevada do *Nam-Powers-Boyd Occupational Status*.

Já os imigrantes naturalizados, apesar de terem um maior peso em ocupações associadas a níveis de escolaridade elevados (22% estão em ocupações onde a percentagem de pessoas na categoria ocupacional do respondente que tem um ou mais anos de escolaridade superior está entre 61 e 80%) do que os outros residentes nos EUA, têm um peso menor que este último nas categorias mais elevadas do *Nam-Powers-Boyd Occupational Status Score*. Tal sugere que estes imigrantes têm ocupações nas quais a maior parte dos colegas tem níveis de escolaridade mais elevados, mas auferem rendimentos mais baixos. Este resultado poderá ser reflexo de discriminação, mas só uma análise mais aprofundada, que está fora do âmbito deste estudo, permitiria testar essa hipótese. Na última categoria do *Nam-Powers-Boyd Occupational Status Score* não se observa uma diferença estatisticamente significativa entre os imigrantes portugueses e naturalizados.

---

## 10. Que acesso à saúde têm os imigrantes e os lusodescendentes nos EUA e em que condições de saúde vivem?

---

**Katielle Silva, Jorge Malheiros e Pedro Moura Ferreira**

As condições de saúde, em particular a possibilidade de beneficiar de uma vida saudável, constituem uma dimensão essencial da qualidade de vida das populações e do modo como estas se inserem e participam na sociedade. No que respeita à saúde dos imigrantes portugueses nos EUA, apesar de o número de estudos existentes ser relativamente reduzido, verifica-se um crescimento desde o início do século <sup>xxi</sup><sup>39</sup>. Não obstante, vale a pena lembrar que um dos primeiros trabalhos académicos sobre esta população, publicado em 1899 por Frederic L. Hoffman, como mencionado na secção 2, aborda as questões da mortalidade dos portugueses, designadamente dos naturais dos Açores e da Madeira.

No âmbito deste estudo, tendo presente a informação disponibilizada pelo ACS, a temática das condições de saúde é analisada numa dupla perspetiva: por um lado, a do acesso aos cuidados de saúde, que permite assinalar diferentes tipos de barreiras que limitam ou condicionam a prestação desses cuidados, e, por outro, a das incapacidades e limitações de saúde dos grupos populacionais considerados como «barómetro» do estado de saúde.

Relativamente ao estado de saúde, tendo em conta a importância dos dois grupos de imigrantes, é necessário referir o efeito inicial do denominado Healthy Migrant Effect (estado global de saúde dos imigrantes, em média, melhor do que o das populações autóctones), supostamente associado ao carácter seletivo do fenómeno e à sobrerrepresentação das pessoas em idade ativa. Contudo, esta suposta vantagem de partida não só diverge em função dos grupos de imigrantes, como tenderá a desvanecer--se ao longo do tempo, devido à existência de vulnerabilidades específicas da população imigrante ou à sua exposição a fatores de risco, como a realização de trabalhos mais perigosos ou mais severos em termos de saúde ou a habitação precária e degradada.

No que respeita ao acesso aos cuidados de saúde, componente que, evidentemente, condiciona o estado de saúde, a influência do rendimento é muito relevante. Isto significa que os grupos mais vulneráveis tendem a acumular condições socioeconómicas que dificultam o acesso aos cuidados de saúde, como não dispor de um seguro de saúde, seja público ou privado. Note-se que a questão do seguro de saúde é particularmente relevante em sociedades com modelos de Estado Providência de tipo liberal onde os sistemas nacionais de saúde dão respostas menos universais e

<sup>39</sup> Destacam-se, por exemplo, os trabalhos sobre portugueses e lusodescendentes abordando questões como a saúde mental (James et al. 2009; Trombka et al. 2021), o consumo de tabaco (Dos Santos et al. 2011) ou o acesso aos cuidados de saúde (Pavão, Gunn e Golden, 2021).



mais limitadas. Adicionalmente, incapacidades e limitações de natureza física, mental e/ou emocional podem também contribuir para condicionar o acesso aos cuidados de saúde e uma vida saudável. Embora estas condições não decorram necessariamente do fator idade, não se ignoram as relações entre limitações e saúde e o envelhecimento da população, sendo que as comunidades de imigrantes mais consolidadas terão proporções mais elevadas de idosos, sobretudo se as vagas migratórias diminuírem ou não se renovarem. Deste modo, rendimentos mais baixos, inexistência de seguro de saúde (público ou privado), limitações e incapacidades de natureza física, mental e/ou emocional, bem como o envelhecimento podem assinalar vulnerabilidades cumulativas, com impacto no estado de saúde dos grupos considerados, em particular dos dois grupos de imigrantes.

Tendo em conta a relevância da questão da saúde para o bem-estar das populações imigradas, bem como a dimensão exploratória e o número ainda relativamente reduzido de trabalhos específicos mais recentes neste domínio a incidirem especificamente sobre os imigrantes e os lusodescendentes, aborda-se nesta secção a questão da saúde considerando duas dimensões: i) cobertura de um seguro de saúde, e ii) as condições limitantes de saúde.

A primeira dimensão circunscreve-se à indicação relativa à posse de alguma cobertura de seguro de saúde por parte dos inquiridos no momento da entrevista e se esta é privada ou pública. A segunda abrange as limitações das condições de saúde, englobando as dificuldades cognitivas (*cognitive difficulty*), ambulatorias (*ambulatory difficulty*), de autocuidado (*self-care difficulty*), de vida independente (*independent living difficulty*), de visão (*vision difficulty*) e de audição (*hearing difficulty*). Com base nessas variáveis, estabelecemos um agrupamento tripartido: (i) dificuldades cognitivas; (ii) dificuldades motoras, que inclui as ambulatorias, de autocuidado e de vida independente; e (iii) dificuldades sensoriais, designadamente a visão e a audição.

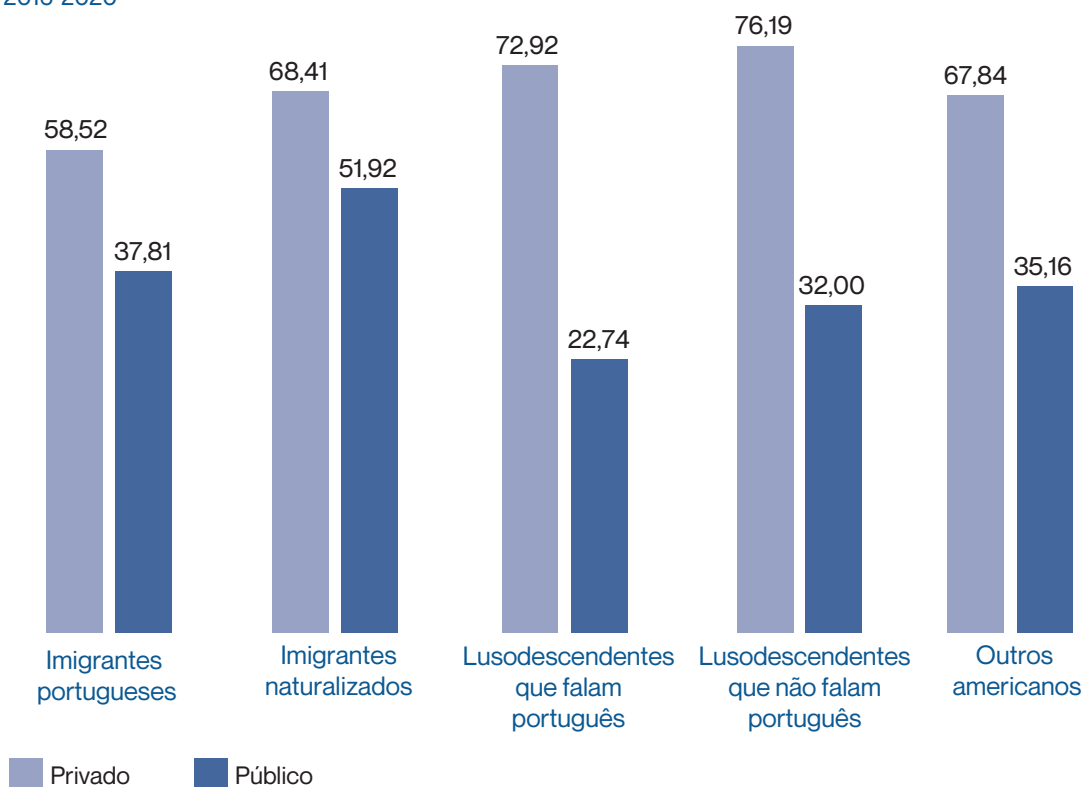
## 10.1. O acesso aos cuidados de saúde

O acesso aos cuidados de saúde é analisado levando exclusivamente em consideração a existência de um seguro ou cobertura de saúde. Conforme medido pelo *Census Bureau*, as pessoas têm uma cobertura de saúde se estiverem protegidas pelo menos por um dos tipos de seguros listados, privado ou público. A cobertura privada inclui os seguros fornecidos pelo empregador ou pelo sindicato, seguros adquiridos diretamente pelos indivíduos e a TRICARE ou outros cuidados de saúde militares. A cobertura pública inclui a Medicare, Medicaid ou outro programa governamental de assistência médica e cuidados de saúde. As pessoas podem estar cobertas por mais de um tipo de seguro, privado ou público.

A maior parte da população dos grupos analisados possui algum tipo de seguro de saúde. Os valores ultrapassam os 88%, variando entre o mais baixo 88,23% (imigrantes portugueses) e o mais elevado 97,79% (imigrantes naturalizados). Entre esses dois, o grupo dos lusodescendentes que não falam português (95,44%) aproxima-se dos imigrantes naturalizados, enquanto os lusodescendentes que falam português (89,03%) se aproximam dos imigrantes portugueses. Estes dois últimos grupos balizam a posição intermédia do grupo dos outros americanos (90,53%).

Quanto à natureza do seguro de saúde, público ou privado, a representação deste último é muito superior à do primeiro. Apesar deste desequilíbrio acentuado entre os dois tipos de seguros, verifica-se uma diferenciação segundo os grupos populacionais (figura 21). Considerando a cobertura por seguro privado, os lusodescendentes são aqueles que registam valores mais elevados (76,19% para os lusodescendentes que não falam português e 72,92% para os que falam). Na terceira posição, surgem os imigrantes naturalizados (68,41%), um pouco à frente dos outros residentes dos EUA (67,84%), enquanto os imigrantes portugueses têm a proporção mais baixa de cobertura de seguro privado (58,52%). Importa destacar que, apesar de o rendimento médio individual total de quem tem rendimentos do trabalho ser mais baixo nos outros residentes nos EUA do que em qualquer um dos grupos de imigrantes e lusodescendentes (ver tabela 33), os rendimentos familiares médios dos imigrantes portugueses são efetivamente os mais baixos (ver tabela 18).

Figura 21. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA com seguro de saúde, por setor (%), 2016-2020



Nota: A conjugação dos valores pode superar 100% porque há pessoas que beneficiam das duas coberturas.  
 Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

Os imigrantes naturalizados são os que mais beneficiam do seguro público, enquanto os lusodescendentes estão no extremo oposto.

No que respeita a cobertura de saúde pública, há, como referido, menos beneficiários em todos os grupos, embora as diferenças continuem a ser relevantes. Os imigrantes naturalizados compõem o grupo que apresenta níveis mais altos de cobertura pública (51,92%), enquanto no outro extremo se posiciona o grupo dos lusodescendentes falantes de português (22,74%). Neste intervalo, entre os imigrantes naturalizados e lusodescendentes que falam português, ocupam a segunda posição os imigrantes portugueses (37,81%) seguidos pelos grupos dos outros americanos (35,16%) e dos lusodescendentes que não falam português (32%).

## 10.2. Incapacidades e limitações de saúde

As incapacidades e limitações de saúde dizem respeito às dificuldades cognitivas, ambulatoriais, de cuidados pessoais, de vida independente, de visão e audição, que foram agrupadas em três tipos: (i) as dificuldades cognitivas – condição física, mental ou emocional que dificulta aprender, lembrar, concentrar-se e/ou tomar decisões; (ii) as dificuldades motoras, que incluem as ambulatoriais – condição que limita as atividades físicas, como subir escadas, caminhar, levantar-se ou carregar pesos; de vida independente – condição física, mental ou emocional que dificulta ou impede a realização de atividades desenvolvidas fora de casa; e de autocuidado – condição física ou mental que dificulta atividades como vestir-se, deslocar-se, tomar banho; e (iii) as dificuldades sensoriais, incluindo visão e audição – a primeira entendida como uma condição duradoura de cegueira ou existência de sérias dificuldades para ver mesmo com lentes corretivas, a segunda como uma condição duradoura de surdez ou existência de sérias dificuldades de audição.

Todas estas incapacidades ou limitações são apenas consideradas se persistirem pelo menos durante seis meses, com exceção das dificuldades de visão e audição, que são entendidas como uma “condição duradoura”.

### **Dificuldades cognitivas**

No que respeita às incapacidades e limitações cognitivas, é possível dividir em três os grupos considerados. O primeiro, que apresenta a prevalência mais elevada, é composto pelos imigrantes portugueses (5,99%) e naturalizados (6,75%). Em seguida, aparecem os lusodescendentes que não falam português (5,58%), muito próximos dos outros residentes dos EUA (5,49%). Por último, com a mais baixa prevalência de dificuldade cognitiva, estão os lusodescendentes que falam português (3,32%).

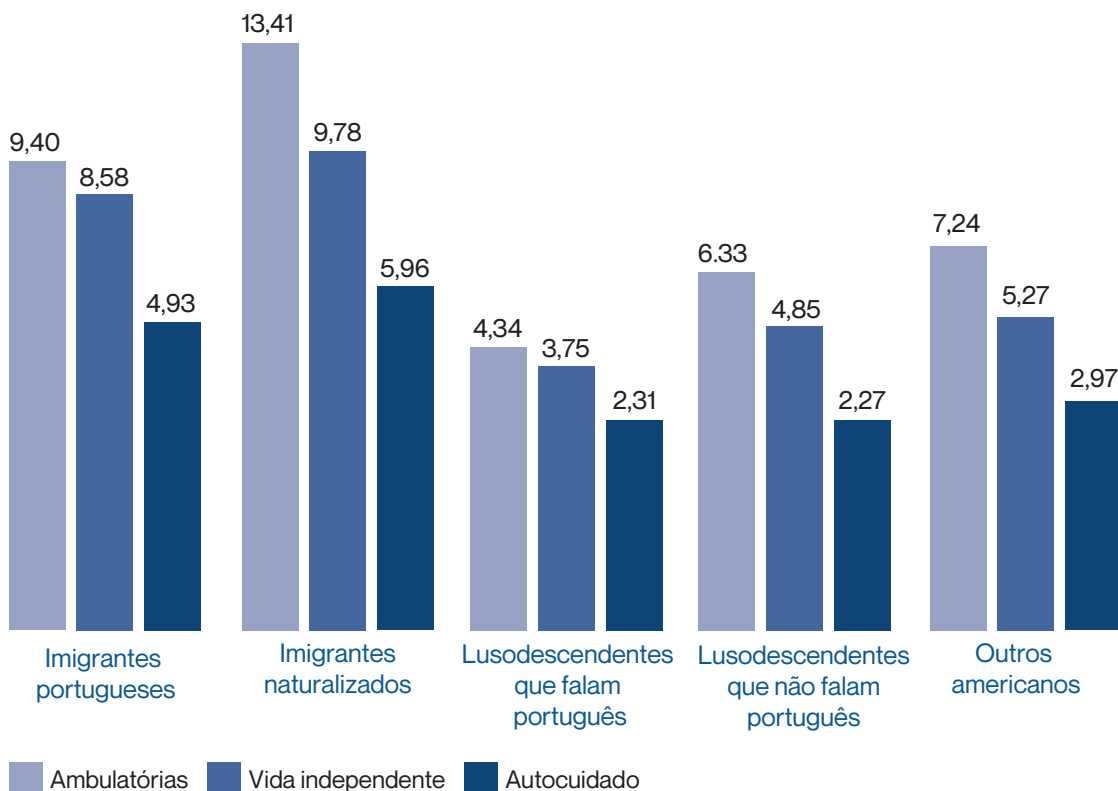
### **Dificuldades motoras**

As dificuldades ambulatoriais são as que se encontram mais difundidas em todos os grupos populacionais, ainda que com importâncias relativas diferenciadas. Assim, por ordem decrescente, aparecem: imigrantes naturalizados (13,41%), imigrantes portugueses (9,40%), outros residentes nos EUA (7,24%) lusodescendentes que não falam português (6,33%) e lusodescendentes que falam português (4,34%).

Embora com valores distintos, a ordem de prevalência entre os grupos para as dificuldades de vida independente é a mesma apresentada para as dificuldades ambulatoriais. Ou seja, em ordem também decrescente, a maior prevalência verifica-se

no grupo dos imigrantes naturalizados (9,78%), seguido dos imigrantes portugueses (8,58%). Os outros residentes americanos (5,27%) surgem numa posição intermédia entre as prevalências mais altas e as mais baixas, com estas últimas a pertencerem ao grupo dos lusodescendentes, com os que falam português a registarem os valores mais baixos (3,75%) do que os que não falam português (4,85%) (figura 22).

Figura 22. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA com dificuldades motoras por tipo (%), 2016-2020



Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

A limitação motora de saúde que menos ocorre em todos os grupos populacionais é a dificuldade de autocuidado. Contudo, e como seria natural, a dificuldade em realizar tarefas como vestir-se, deslocar-se e tomar banho está relacionada com a idade, pelo que os grupos mais envelhecidos, designadamente os imigrantes naturalizados e os imigrantes portugueses, assinalam os valores mais altos (5,96% e 4,93%, respetivamente). Os grupos dos lusodescendentes apresentam níveis de prevalência muito próximos entre si e dos outros residentes nos EUA.

Importa dizer que os imigrantes portugueses e os naturalizados reportam as prevalências mais elevadas em todas as dificuldades motoras referidas, enquanto o grupo dos lusodescendentes apresentam as mais baixas, aproximando-se da prevalência registada pelos demais residentes americanos. Estas diferenças não podem deixar de estar relacionadas com o facto de os imigrantes portugueses e imigrantes naturalizados constituírem os dois grupos populacionais mais envelhecidos, enquanto os lusodescendentes apresentam uma população mais jovem.

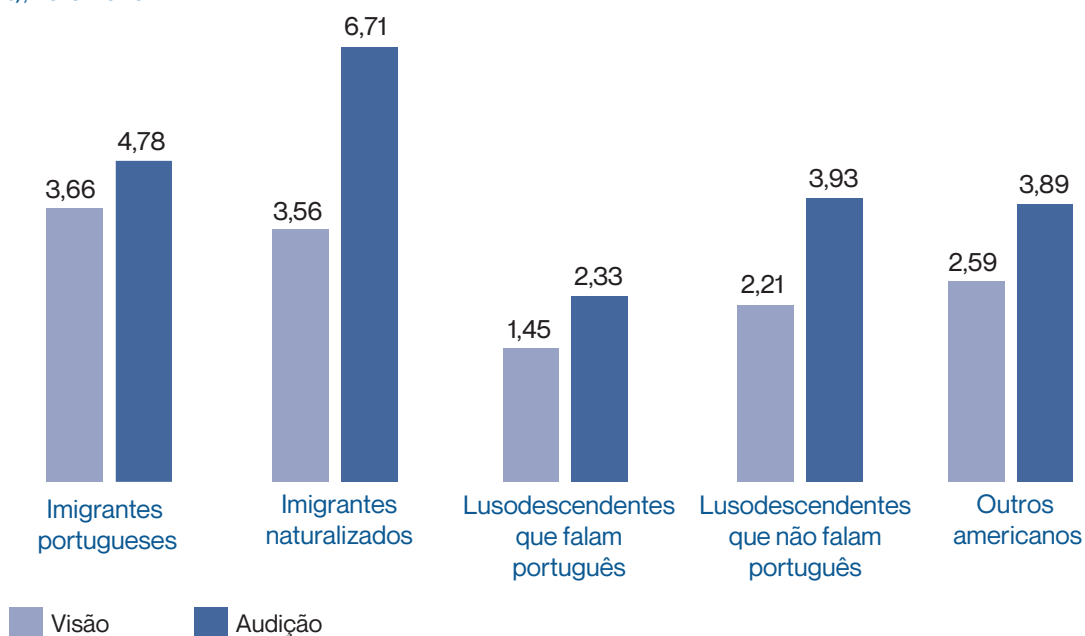
## Dificuldades sensoriais

As dificuldades relacionadas com problemas de audição afetam significativamente mais do que as dificuldades de visão a população imigrante e lusodescendente. No que respeita a audição, os imigrantes naturalizados apresentam a prevalência mais alta (6,71%), seguidos dos imigrantes portugueses (4,78%). Os grupos dos lusodescendentes distanciam-se destes dois últimos grupos, com os que falam português a apresentar a mais baixa prevalência (2,33%) seguida pelos que não falam português (3,93%). Os outros residentes dos EUA têm prevalência idêntica a este último grupo dos lusodescendentes.

Embora as dificuldades de visão apresentem níveis de prevalência mais baixos, os grupos seguem praticamente a ordem descrita na análise das dificuldades de audição. O uso do termo “praticamente” justifica-se pelo facto de os imigrantes portugueses apresentarem uma prevalência muito próxima à dos imigrantes naturalizados (respetivamente, 3,66% e 3,56%), invertendo, portanto, as posições relativamente às dificuldades de audição. Seja como for, os imigrantes, sejam portugueses ou naturalizados, apresentam níveis de prevalência mais elevados, enquanto os grupos de lusodescendentes registam prevalência mais baixas, o que se coaduna com o padrão dos outros residentes dos EUA (figura 23).

Os lusodescendentes que falam português apresentam a menor prevalência de todas as incapacidades.

Figura 23. Imigrantes, lusodescendentes e outros residentes nos EUA com dificuldades sensoriais por tipo (%), 2016-2020



Nota: As diferenças obtidas para as dificuldades na visão entre os imigrantes portugueses e naturalizados não são estatisticamente significativas a um nível de confiança de 95%.

Fonte: microdados do *American Community Survey*. Cálculos dos autores.

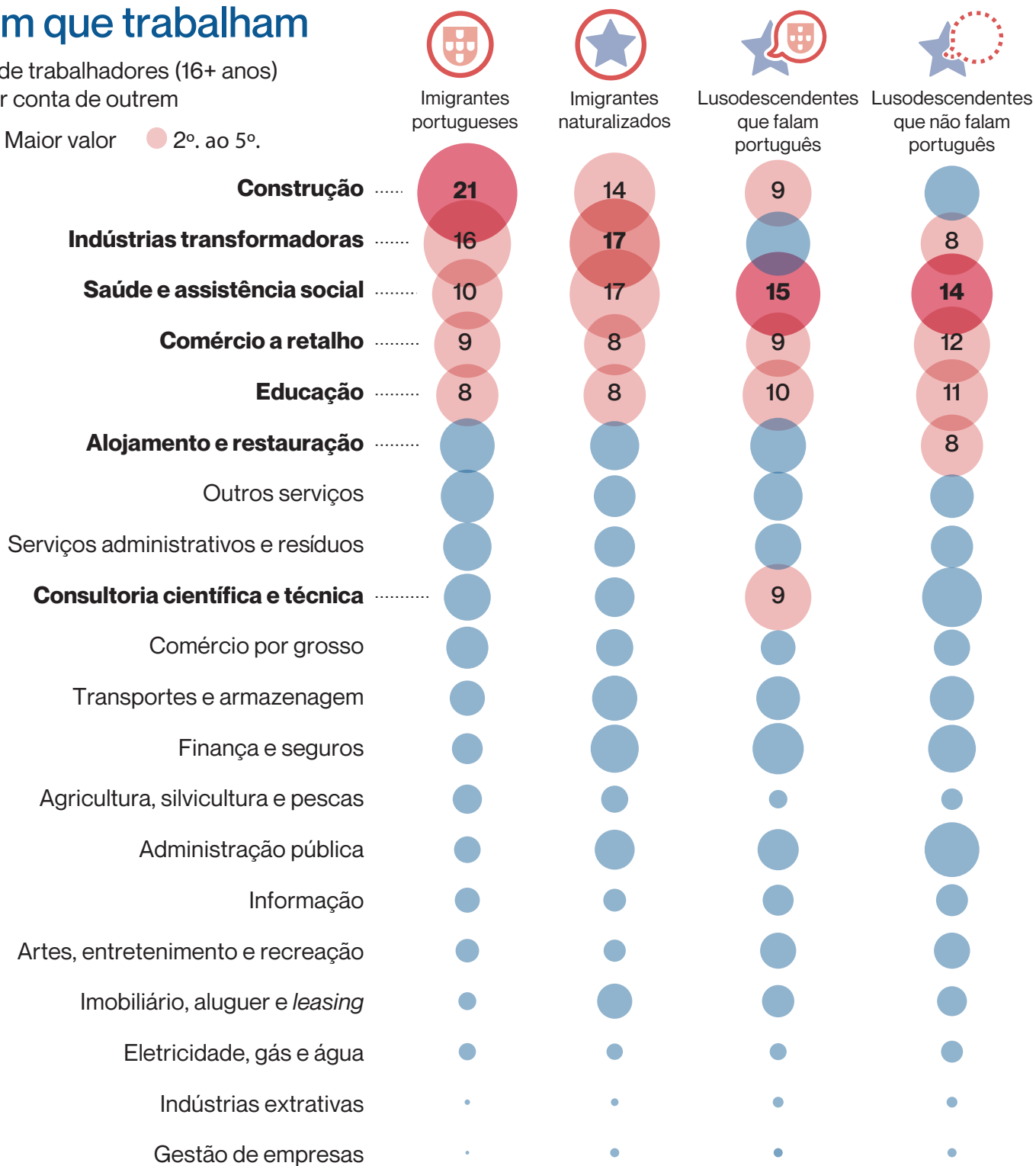
# Como vivem

Uma síntese de como imigrantes e lusodescendentes se posicionavam em alguns aspetos do seu dia a dia em 2016-2020

## Em que trabalham

% de trabalhadores (16+ anos) por conta de outrem

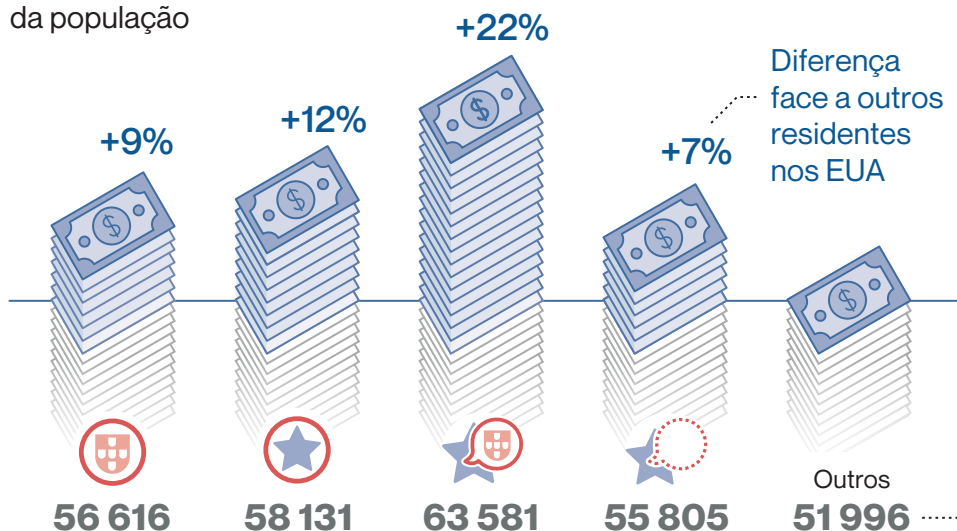
● Maior valor ● 2º. ao 5º.



FONTE: American Community Survey

## SALÁRIOS

Os imigrantes e lusodescendentes ganham mais do que o resto da população



**>30%** dos lusodescendentes que falam português têm ocupações associadas a elevada escolaridade



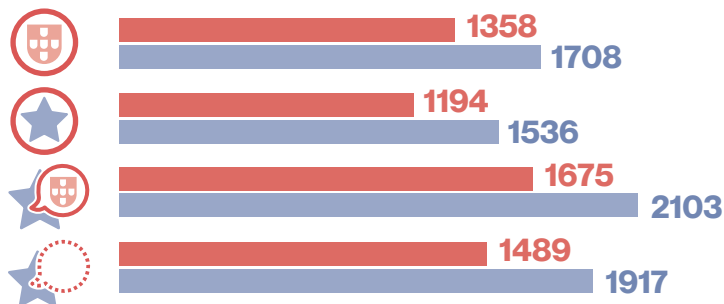
Média do rendimento anual do trabalho  
Dólares

## HABITAÇÃO

% da população por regime de ocupação

	Própria	Arrendada
Imigrantes lusos	58%	42%
Outros lusos	83%	17%
Imigrantes lusodescendentes	62%	38%
Outros residentes nos EUA	69%	31%

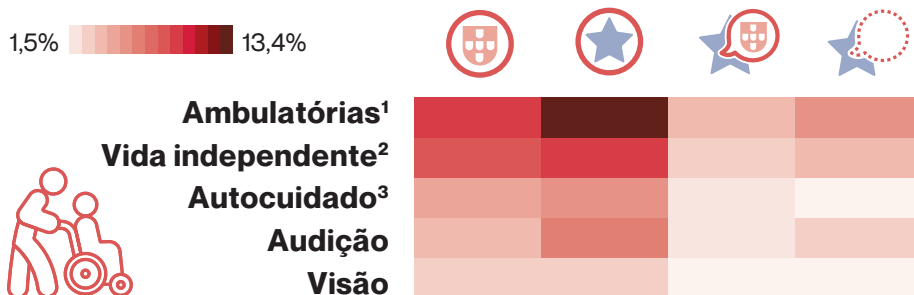
Custos mensais com a habitação  
Dólares



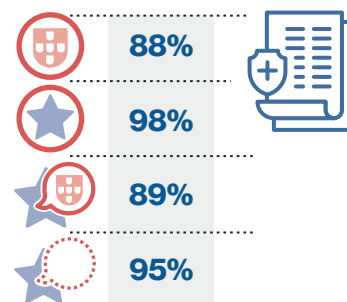
## SAÚDE

% com incapacidades e limitações: maior nos imigrantes, que são mais velhos

1,5% 13,4%



Têm seguro de saúde



Limitações: <sup>1</sup> físicas, como caminhar; <sup>2</sup> atividades fora de casa; <sup>3</sup> vestir-se, tomar banho, etc.

---

# 11. Imigrantes e lusodescendentes nos EUA: principais resultados

---

**Pedro Moura Ferreira, Lara Patrício Tavares e Alda Botelho Azevedo**

Este estudo tem dois contributos principais. O primeiro é o de propor uma distinção concetual entre as pessoas de origem portuguesa ou com vínculos a Portugal que vivem nos EUA. As pessoas nascidas em Portugal, mesmo que mais tarde tenham obtido a cidadania americana, fazem parte de um fluxo emigratório de longa data para os EUA. A ascendência portuguesa resulta deste fluxo migratório e envolve diferentes profundidades cronológicas e culturais. Assumindo que a língua portuguesa é um elemento cultural diferenciador e de afirmação identitária, a proposta concetual consiste na distinção dos lusodescendentes em função do uso da língua portuguesa. Assim, propusemos a designação de comunidade portuguesa e de proximidade lusa para referir os imigrantes e os lusodescendentes, dividindo estes últimos entre os que falam e os que não falam português.

O segundo contributo é o de fazer uma incursão profunda no *American Community Survey* (ACS), explorando os seus microdados, com vista a estudar os imigrantes portugueses e lusodescendentes nos EUA no século XXI. Utilizando quatro variáveis do ACS – local de nascimento, cidadania americana, língua e ascendência – foi possível operacionalizar a proposta concetual numa tipologia de quatro grupos: imigrantes portugueses, imigrantes naturalizados, lusodescendentes que falam português e lusodescendentes que não falam português. Depois, a riqueza dos microdados do ACS permitiu obter um retrato detalhado dos imigrantes e lusodescendentes nos EUA, onde é possível perceber as diferenças entre os diferentes perfis de imigrantes e lusodescendentes, bem como compará-los com os restantes residentes nos EUA.

## Imigrantes e lusodescendentes: quantos são?

A periodicidade anual do ACS permitiu observar a evolução destes quatro grupos populacionais entre 2006-2010 e 2016-2020, nomeadamente identificar continuidades e descontinuidades e olhar para as possíveis tendências futuras. A análise desta informação foi consubstanciada na questão “Quantos são?”.

- Em 2016-2020, havia 1,27 milhões de residentes nos EUA nascidos em Portugal ou com ascendência portuguesa.
- Destes, mais de um quinto (22,49%) falavam português em casa, além do inglês, fator que revela uma preservação da identidade cultural.
- A população imigrante portuguesa nos EUA tem vindo a diminuir desde o início do século XXI, caindo 34% de 2006 a 2020. No período 2016-2020, a população imigrante portuguesa situou-se abaixo dos 40 000 indivíduos.
- Ao contrário do observado para os imigrantes portugueses ou naturalizados,



a população de lusodescendentes que falam português aumentou para quase 150 000 indivíduos no período 2016-2020.

## Caracterização dos imigrantes e lusodescendentes: quem são?

Os quatro grupos populacionais não são homogéneos em termos dos seus perfis sociodemográficos e estão sujeitos a impactos diferenciados que resultam de mudanças sociais aceleradas. Os microdados do ACS permitem conhecer as estruturas demográficas dos diferentes grupos e a sua evolução, bem como o posicionamento social da comunidade portuguesa e de proximidade lusa na sociedade americana, medido pelo nível de escolaridade. Eis as principais respostas à pergunta “Quem são?”.

- A população imigrante é uma população particularmente envelhecida. Este facto resulta da baixa renovação da população através da imigração e do envelhecimento da população.
- O envelhecimento da população reflete-se na proporção de mulheres. O envelhecimento mais acentuado da população imigrante traduziu-se num aumento mais significativo (em termos relativos) da sua proporção de mulheres, entre 2006-2010 e 2016-2020, do que o observado para os lusodescendentes.
- A população feminina de imigrantes portugueses registou um duplo processo de envelhecimento: ao mesmo tempo que aumentou a proporção de mulheres com mais de 65 anos, diminuiu a proporção de mulheres com menos de 15 anos.
- Embora a proporção de jovens seja mais baixa entre os lusodescendentes que falam português do que entre os outros residentes nos EUA, continua a ser muito mais elevada do que entre os imigrantes, naturalizados ou não. Mas está a diminuir.
- Em 2006-2010, os imigrantes (portugueses e naturalizados) já se encontravam, em média, na fase final da idade nobre do mercado de trabalho (25-54 anos) ou para além dela, enquanto os lusodescendentes e os outros residentes nos EUA ainda se encontravam numa fase intermédia.
- Em 2016-2020, quatro em cada dez lusodescendentes que falam português têm o ensino superior. Esta percentagem é quase 10 p.p. superior à observada para os restantes residentes nos EUA. Trata-se de um resultado novo, que surge da segmentação entre lusodescendentes que falam e não falam português e da sua comparação com a população residente nos EUA.
- Verifica-se um forte crescimento da percentagem de indivíduos com ensino superior ao longo de todo o período 2006-2020 no grupo dos lusodescendentes que falam português – o que não se observa nos restantes grupos.

## Distribuição dos imigrantes e lusodescendentes: onde estão?

Para além de descrever a evolução do volume da população imigrante, portuguesa e naturalizada, e da população lusodescendente, importava analisar a sua distribuição no território norte-americano. Por razões históricas, a população tem raízes e concentra-se em determinadas regiões ou estados e, apesar de se ter expandido mais recentemente para outros locais, não se distribui uniformemente pelo território. Descrever estas concentrações, as suas fases de contração e expansão, é de evidente

interesse político, tanto para o sistema político americano como para as relações luso-americanas. A distribuição das populações imigrantes e lusodescendentes foi incluída na questão “Onde estão?”.

- Em 2016-2020, os imigrantes e lusodescendentes residentes nos Estados Unidos com ligações a Portugal podem ser encontrados em todos os 50 estados dos EUA.
- No mesmo período, três em cada quatro imigrantes e lusodescendentes (74,25%) viviam num dos seguintes cinco estados norte-americanos: Massachusetts, Nova Jérquia, Califórnia, Flórida e Rhode Island.
- Os centros “tradicionais” de fixação de imigrantes portugueses têm vindo a perder população ao longo da última década.
- Um processo de dispersão geográfica baseado na mobilidade interna dos lusodescendentes pode explicar o seu crescimento em estados como Texas, Carolina do Norte, Pensilvânia, Carolina do Sul e, sobretudo, na Flórida.
- Ao nível das *Public Use Microdata Areas*, identificam-se cinco grandes *clusters*, dos quais Massachusetts-Rhode Island-Connecticut é o maior.
- Na última década, a Flórida é o único *cluster* em que se registou um aumento da comunidade portuguesa e de proximidade lusa.
- O *cluster* Nova Iorque-Nova Jérquia, aquele que apresenta o maior peso relativo de imigrantes portugueses, naturalizados e lusodescendentes que falam português na população, é o mais diversificado em termos de presença portuguesa.
- O *cluster* do Havai é quase exclusivamente composto por lusodescendentes que não falam português, sinal de uma imigração antiga e consolidada, sem fluxos de imigrantes portugueses nas últimas décadas.

## Com quem vivem os imigrantes e os lusodescendentes?

A caracterização dos agregados familiares, ou seja, das famílias *lato sensu* com quem vivem, baseou-se numa tipologia centrada no *household head*. Os principais resultados são os seguintes:

- Observam-se tendências distintas entre a comunidade portuguesa ou com ligações a Portugal (apesar de os lusodescendentes diferirem dos imigrantes em vários aspectos), por um lado, e os lusodescendentes que não falam português e o resto da população americana, por outro.
- Em comparação com os lusodescendentes que não falam português e o resto da população americana, os imigrantes tendem a viver mais frequentemente em famílias compostas por casais, com menos filhos pequenos e mais filhos adultos, pelo que predominam as gerações adulto-adulto. Estas famílias também tendem a ser mais pequenas em número e com menor presença de subfamílias. Os imigrantes estão ainda menos representados entre os casais que coabitam com ou sem filhos, entre os agregados monoparentais e entre os agregados constituídos por não-familiares. Apenas no caso dos agregados unipessoais se regista uma tendência divergente. Os imigrantes portugueses homens e, sobretudo, as imigrantes naturalizadas têm uma presença muito forte no grupo das pessoas que vivem sozinhas. Este facto deve-se, em parte, à sua idade, uma vez que constituem os grupos com a idade média mais elevada; e explica

também a importância da viuvez entre eles. Por último, o casamento tende a ser endogâmico, embora se registre alguma abertura para além da comunidade portuguesa.

- Quanto aos lusodescendentes que falam português, estes convergem com os imigrantes em vários aspectos. Como estes, são também mais propensos a viver em casais casados do que coabitantes e com filhos, embora estes sejam predominantemente menores, o que faz com que a relação geracional entre adultos e crianças/jovens ganhe relevância; e são igualmente refratários quanto à presença de subfamílias ou à vivência em agregados não-familiares. Diferem dos imigrantes no que respeita ao número de pessoas e à coexistência de duas ou mais gerações, pelo que as famílias tendem a ser mais numerosas. São ainda o grupo menos propenso a viver só e mais suscetível de contrair casamentos mistos.
- Em comparação com os outros residentes nos EUA e com os lusodescendentes que não falam português, a comunidade portuguesa e de proximidade lusa é mais “familista” e, no caso dos imigrantes com algum pendor tradicionalista, que se manifesta em aspetos como a coabitação ou a monoparentalidade.

## Em que condições habitacionais vivem os imigrantes e os lusodescendentes?

As condições de habitação estão relacionadas com o acesso à habitação, que por sua vez está associado ao rendimento e ao estatuto social e, conseqüentemente, a uma melhor ou pior qualidade de vida. Destacam-se os seguintes resultados:

- A esmagadora maioria dos imigrantes e lusodescendentes vive nas áreas metropolitanas, o que contrasta com a situação dos lusodescendentes que não falam português e dos restantes residentes nos EUA.
- Os imigrantes naturalizados destacam-se pela elevada percentagem que vive num alojamento ocupado pelo *household head* há mais de 20 anos.
- Os imigrantes (portugueses e naturalizados) ocupam o segmento mais antigo do parque habitacional, mais do que qualquer outro grupo.
- A tipologia de edifícios predominante em todos os grupos é a habitação unifamiliar, seguida dos pequenos edifícios (2-4 alojamentos).
- Os alojamentos com níveis de ocupação adequados não são muito frequentes, embora sejam mais elevados entre os imigrantes portugueses e os lusodescendentes que falam português. Entre os imigrantes naturalizados, é particularmente elevada a percentagem de alojamentos subocupados.
- Os lusodescendentes falantes de português são quem tem custos mais elevados com a habitação, seguindo-se os lusodescendentes que não falam português, os imigrantes portugueses, os outros residentes nos EUA e, finalmente, os imigrantes naturalizados.

## Imigrantes e lusodescendentes: que rendimentos têm e em que trabalham?

Numa economia de mercado, os rendimentos que se auferem determinam o acesso a bens e serviços e, logo, o bem-estar dos indivíduos. Num contexto de elevada desigualdade como são os EUA, onde o 1% do topo concentra quase um quinto de toda a riqueza, torna-se particularmente relevante estudar a posição dos imigrantes e lusodescendentes no mercado de trabalho, quer em relação aos rendimentos que auferem, quer em relação às atividades económicas em que participam. Alguns dos principais resultados encontrados:

- Metade da população residente nos EUA em 2016-2020 trabalhou por conta de outrem no ano anterior. A percentagem é de 60% para os lusodescendentes que falam português.
- Em termos relativos, há mais lusodescendentes que falam português a trabalhar por conta própria do que lusodescendentes que não falam português ou outros residentes nos EUA.
- O rendimento médio dos imigrantes portugueses é superior ao dos outros residentes nos EUA. Apesar de terem um nível de escolaridade inferior, os imigrantes portugueses encontram-se numa fase mais avançada da sua vida profissional (na qual os rendimentos são, tipicamente, mais elevados), o que pode contribuir para este resultado.
- Os vencimentos/salários dos lusodescendentes que falam português são, em média, 20% superiores aos dos restantes residentes nos EUA. Dado que estes lusodescendentes se encontram numa fase mais inicial da idade nobre do mercado de trabalho (25-54 anos), este resultado não se deve a uma posição favorável em termos do perfil idade-rendimento.
- Mesmo os baixos rendimentos dos imigrantes portugueses são mais elevados do que os baixos rendimentos dos outros residentes nos EUA.
- Entre os indivíduos que trabalham, os imigrantes naturalizados têm rendimentos de capital superiores aos dos outros residentes nos EUA em 34 pontos percentuais.
- Um em cada cinco imigrantes portugueses trabalha na construção. Os lusodescendentes, particularmente os que falam português, têm uma maior percentagem de trabalhadores em atividades de consultoria, científicas e técnicas do que os outros residentes nos EUA.
- Os imigrantes, portugueses e naturalizados, estão relativamente mais concentrados em ocupações mais mal remuneradas, mas auferem rendimentos mais elevados do que os outros indivíduos nas mesmas ocupações.
- Mais de 30% dos lusodescendentes que falam português têm ocupações associadas a uma força de trabalho com elevados níveis de escolaridade.
- Uma fração significativa de imigrantes portugueses parece estar em ocupações que, não exigindo níveis de escolaridade elevados, oferecem remunerações relativamente elevadas.

## Que acesso à saúde têm os imigrantes e os lusodescendentes nos EUA e em que condições de saúde vivem?

Por último, as informações sobre o acesso à saúde e o estado de saúde dos quatro grupos populacionais permitem identificar as incapacidades e limitações que afetam a qualidade de vida das pessoas. No que respeita ao acesso aos cuidados de saúde através de seguros de saúde, a análise revelou que:

- Como esperado, os grupos têm maior cobertura de seguros privados do que públicos, e mais de 88% da população imigrante e lusodescendente está coberta por algum tipo de seguro de saúde.
- A ausência de seguro de saúde é mais comum entre os imigrantes naturalizados e os lusodescendentes que não falam português, e menos comum entre os imigrantes portugueses e os lusodescendentes que falam português.
- Os imigrantes portugueses têm a menor cobertura de seguros privados, enquanto os lusodescendentes têm as maiores.
- Os imigrantes naturalizados são os que mais beneficiam de seguros públicos, enquanto os lusodescendentes que falam português estão no extremo oposto.

Relativamente aos resultados sobre as incapacidades e limitações de saúde, os principais resultados são:

- Os lusodescendentes que falam português apresentam a menor prevalência de todas as incapacidades.
- Os lusodescendentes que não falam português, tal como os restantes residentes nos EUA, apresentam a segunda menor prevalência de pessoas com alguma limitação de saúde.
- Os imigrantes, portugueses e naturalizados apresentam as maiores prevalências de limitações de saúde, com estes últimos a registarem valores mais elevados.
- As dificuldades ambulatoriais, um dos indicadores de limitação e incapacidade motora, apresentam as prevalências mais elevadas, sobretudo nos dois grupos de imigrantes, o que está de acordo com as suas idades médias mais elevadas.

Uma última palavra de reconhecimento é devida à FLAD pela iniciativa de promover este estudo, contribuindo, assim, para a investigação sobre a emigração portuguesa e sobre a presença e influência dos vínculos a Portugal consubstanciados na comunidade portuguesa e de proximidade lusa nos EUA.



---

## 12. Referências

---

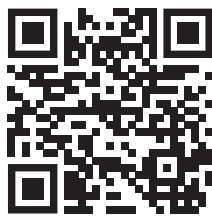
- Almeida, O. T. (2009). Comunidades portuguesas dos EUA: Identidade, assimilação, aculturação. In A. T. Matos., & M. Lages (Eds.), *Portugal. Percursos de interculturalidade: Desafios à identidade*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, 339-422.
- Azevedo, A. B. (2020). *Como Vivem os Portugueses – população e famílias, alojamentos e habitação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: <https://www.pordata.pt/publicacoes/livros/como+vivem+os+portugueses+-189>.
- Azevedo, A. B. (2016). Housing and Family Dynamics in Southern Europe. Tese doutoral. Universitat Autònoma de Barcelona. Disponível em: [https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2016/hdl\\_10803\\_400479/aba1de1.pdf](https://ddd.uab.cat/pub/tesis/2016/hdl_10803_400479/aba1de1.pdf).
- Baganha, M. I. (1988). *International labor movements. Portuguese emigration to the United States, 1820-1930*. Dissertação de doutoramento não publicada. Filadélfia, University of Pennsylvania.
- Baganha, M. I. (1991). The Social Mobility of Portuguese Immigrants in the United States at the Turn of the Nineteenth Century. *The International Migration Review*, 25(2): 277–302. doi:10.1177/019791839102500202.
- Becker, A. (2009). The role of the school in the maintenance and change of ethnic group affiliation. In K. C. Holton., & A. Klimt (Ogs.), *Community, culture and the makings of identity: Portuguese-Americans along the Eastern seaboard*. Dartmouth: University of Massachusetts Dartmouth, 317-336.
- Brilhante, M. (2000). *As representações sociais do repatriado*. Lisboa: Salamandra.
- Census Bureau (2017). American Community Survey. Information Guide. U.S. Department of Commerce Economics and Statistics Administration. Disponível em: [https://www.census.gov/content/dam/Census/programs-surveys/acs/about/ACS\\_Information\\_Guide.pdf](https://www.census.gov/content/dam/Census/programs-surveys/acs/about/ACS_Information_Guide.pdf).
- Census Bureau (2020). Understanding and Using American Community Survey Data. What All Data Users Need to Know. U.S. Department of Commerce. Disponível em: [https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2020/acs/acs\\_general\\_handbook\\_2020.pdf](https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2020/acs/acs_general_handbook_2020.pdf).
- Census Bureau (2022a). DP2Profile of Selected Social Characteristics: 2000. Disponível em: <https://data.census.gov/table?q=portuguese&d=DEC+Summary+File+4+Demographic+Profile&tid=DECEN.NIALDPSF42000.DP2>.
- Census Bureau (2022b). American Community Survey Variance Replicate Estimate Tables. Disponível em: [https://www2.census.gov/programs-surveys/acs/replicate\\_estimates/2020/documentation/5-year/2016-2020\\_Variance\\_Replicate\\_Table\\_Documentation.pdf](https://www2.census.gov/programs-surveys/acs/replicate_estimates/2020/documentation/5-year/2016-2020_Variance_Replicate_Table_Documentation.pdf).
- Cordeiro, G. I. (2011). Community, Culture and the makings of Identity – Portuguese-Americans along the Eastern Seaboard [Kimberly Dacosta Holton e Andrea Klimt, 2009, Portuguese in the Americas Series, North Dartmouth, MA, University of Massachusetts, Center for Portuguese Studies and Culture]. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 65, 147-151 (recensão).
- Cordeiro, G. I. (2012). De minoria étnica à maioria linguística: metamorfoses do sentido de “português” em Massachusetts (século XX-XXI). *Antropolítica*, 32, 19-40, 1.º semestre 2012.
- Council of Europe Development Bank (2017). *Housing Inequality in Europe. Tackling inequalities in Europe: the role of social investment*. Disponível em: [https://coebank.org/media/documents/Part\\_3-Inequality-Housing.pdf](https://coebank.org/media/documents/Part_3-Inequality-Housing.pdf).
- Dias, E. M. (1981). *Os Portugueses na Califórnia – Perspectiva Histórica*. Ponta

- Delgada: Universidade dos Açores (separata de Arquipélago, n.º 2).
- Dias, E. M. (1987). *A presença portuguesa no Havai*. Lisboa: Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa, III série, n.º 87, 1.º Tomo.
- Dias, E. M. (2002). *A presença portuguesa na Califórnia*. Rumford: Peregrinação Publications.
- Dos Santos, H., Tonstad, S., Montgomery, S., Paalani, M. & Faed, P. (2011). Smoking Cessation Behavior in Male Portuguese Californians. *Californian Journal of Health Promotion*, 9(2): 68-76.
- Feldman-Bianco, B. (2009). Reinventando a localidade: Globalização heterogênea, escala da cidade e a incorporação desigual de migrantes transnacionais. *Horizontes Antropológicos*, 15, 19-50.
- Feldman-Bianco, B. (1992). Saudade, imigração e a construção de uma nação (portuguesa) desterritorializada. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 9, 35-49.
- Ferreira, C. (2009). *Identidades lusófonas em rede: importância da internet na relação dos emigrantes portugueses nos EUA com a cultura de origem*. Anuário Lusófono, 2009: 135-152.
- Freitas, J. J. (1930). *Portuguese-Hawaiian Memories*. Honolulu: The Printshop Company.
- Gregg, Paul e Machin, Stephen (1999). *The Relationship Between Childhood Experiences, Subsequent Educational Attainment and Adult Labour Market Performance*. Mimeo. Doi: 10.1332/policypress/9781861342539.003.0006
- Halter, M. (1993). *Between Race and Ethnicity. Cape Verdean American Immigrants 1860-1965*. Chicago: University of Illinois Press.
- Hoffman, F. L. (1899). *The Portuguese Population in the United States. Publications of the American Statistical Association*, 6, 47 (Sep., 1899), 327-336.
- Holton, K. C., & Klimt, A. (2009). Community, culture and the makings of identity: Portuguese-Americans along the Eastern Seaboard. North Dartmouth, MA: University of Massachusetts, Center for Portuguese Studies and Culture.
- Holton, K. C. (2016). Fado in diaspora: Online internships and self display among youtube generation performers in the U.S. *Luso-Brazilian Review*, 53, 210-232.
- James, S., Fernandes, M., Navara, G. S., Harris, S. F. D. (2009). Problemas de nervos: a multivocal symbol of distress for Portuguese immigrants. *Transcultural Psychiatry*, 46: 285-99. doi: 10.1177/1363461509105819
- Lobão, C. M. G. (2009). *A Geração do Vulcão*. Horta: Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta.
- Lokensgard, M. (2007). A presença da língua portuguesa nos EUA. *Revista Espaço Acadêmico*, 73 (Ano VII), 1-4.
- Martins, N. L. (2009). *Portuguese with American Dreams. Dissertação de Mestrado não publicada em História, Relações Internacionais e Cooperação*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Observatório da Emigração (2022). *Entrada de portugueses nos EUA atinge mínimo em 2020*. Disponível em: <http://observatorioemigracao.pt/np4/8337.html>.
- Pap, L. (1981). *The Portuguese-Americans*. Boston: Twayne Publishers.
- Pavão, C. A. O., Grayson, Gunn, G.E., Golden, R. G. (2021). The State of Portuguese-American Health Disparities. *Acta Medica Portuguesa*, 34(3): 171-172. <https://doi.org/10.20344/amp.15659>
- Piketty, T. (2017). *Capital in the twenty-first century* (A. Goldhammer, Trans.). Belknap Press.
- Population Reference Bureau (2001). Around the globe, women outlive men. Disponível em: <https://www.prb.org/resources/around-the-globe-women-outlive-men/>.
- Ribeiro, R. T. (2000). *Presença Luso-Americana nos Estados Unidos*. Mafra: Edições Elo.
- Rocha-Trindade, M. B. (1976). Comunidades migrantes em situação bipolar: Análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França. *Análise Social*, XII, 983-997. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914842N5nCJOem1Yq58DB9.pdf>
- Sá, M. G., & Borges, D. (2009). Context or culture: Portuguese-Americans and social mobility. In K. C. Holton., & A. Klimt (Orgs.),



- Community, culture and the makings of identity: Portuguese-Americans along the Eastern seaboard*. Dartmouth: University of Massachusetts Dartmouth, 265-290.
- Scott, D. M. (2009). Portuguese Americans' Acculturation, Socioeconomic Integration, and Amalgamation. How far have they advanced? *Sociologia, Problemas e Práticas*, 61, 41-64. Disponível em: <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/10140/10142.pdf>.
- Stoet, G. e Geary, D. C. (2020). Gender differences in the pathways to higher education. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 117(25), 1473-76. doi: 10.1073/pnas.2002861117.
- Tavares, L. P. (2009) *Parents, children, and non-cognitive skills*. Thesis (Ph.D.). University of Essex.
- Thornton, Robert J., James D. Rodgers and Michael L. Brookshire (1997). On the interpretation of age-earnings profiles. *Journal of Labor Research*. Vol. 18, n.º 2. Spring. pp. 351-365.
- Trombka M., Creedon, T. B., Demarzo, M., Cuoco, L. T., Smith, L., Oxnard, A. C., Rozembaque, A. T., Hirayama, M. S., Moreno, N. B., Comeau, A., Gawande, R., Griswold, T., Cook, B. L., Rocha, N. S. e Schuman-Olivier, Z. (2021). Mindfulness Training for Primary Care for Portuguese-Speaking Immigrants: A Pilot Study. *Frontiers. Psychiatry* 12: 664381. doi: 10.3389/fpsy.2021.664381
- Valente, P. A. L. (2019) *Sou um bom português sendo um bom americano. O Portuguese Times e a construção identitária da comunidade luso-americana na Nova Inglaterra*. Dissertação de Mestrado não publicada em Estudos Internacionais. Lisboa: ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa.
- Vicente, A. L. (1998) *Os Portugueses nos Estados Unidos da América. Política de Comunidades e Comunidade de Política*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Wolforth, S. K. (1976). *The Portuguese in America*. Dissertação de mestrado não publicada. Boca Raton, Florida Atlantic University.

[flad.pt/subscrever](https://flad.pt/subscrever)



Subscreva as comunicações  
da FLAD e fique a par dos  
nossos projetos e eventos

**FLAD**  
FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA  
PARA O DESENVOLVIMENTO



